

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social Câmpus de Franca**

BRUNO CÉSAR DE OLIVEIRA GUILHERME

**CENTRO POP: A RESISTÊNCIA COLETIVA NA VILA FORMOSA EM
FRANCA-SP**

**FRANCA-SP
2025**

BRUNO CÉSAR DE OLIVEIRA GUILHERME

**CENTRO POP: A RESISTÊNCIA COLETIVA NA VILA FORMOSA EM
FRANCA-SP**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social: trabalho e sociedade.

Linha de Pesquisa: Serviço Social, Formação e Trabalho Profissional.

Orientador: Prof. Dr. José Fernando Siqueira da Silva

**FRANCA-SP
2025**

G956c GUILHERME, Bruno César de Oliveira
CENTRO POP: A RESISTÊNCIA COLETIVA NA VILA
FORMOSA EM FRANCA-SP / Bruno César de Oliveira
GUILHERME. -- Franca, 2025
135 p. : tabs.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista
(UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca
Orientador: José Fernando Siqueira da Silva

1. População em situação de rua. 2. Centro POP. 3. Espaço
Dignidade. 4. Fórum PSR. 5. Vila Formosa. I. Título.

BRUNO CÉSAR DE OLIVEIRA GUILHERME

**CENTRO POP: A RESISTÊNCIA COLETIVA NA VILA FORMOSA EM
FRANCA-SP**

**Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais,
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito
para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Área de Concentração:
Serviço Social: trabalho e sociedade. Linha de Pesquisa: Serviço Social,
Formação e Trabalho Profissional.**

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____
Prof. Dr. José Fernando Siqueira da Silva
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

1ª Examinadora: _____
Profª. Drª. Andréia Aparecida Reis de Carvalho Liporoni.
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

2ª Examinadora: _____
Profª. Drª. Rita de Cassia Lopes de Oliveira Mendes
Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM/ Uberaba)

Franca/SP, _____ de _____ de 2025.

Dedico este trabalho aos meus pais, Sílvia e José, por todo amor e cuidado, às equipes do Centro POP, ao Fórum PSR e, principalmente, à População em Situação de Rua.

AGRADECIMENTOS

Essa dissertação não nasce no momento em que ingresso no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Ela nasce comigo, com todas as relações que me cercaram e tudo que a vida criou, destruiu e recriou em mim.

Há quatro anos e meio, quando perdi meu pai, José Marino ou “Zezinho”, houve uma mudança de chave na minha existência. É como se, ao morrer o pai, morresse um tanto do filho junto. E nessa parte que ficou, restou um Bruno que precisou ser mais adulto, perdendo alguns traços bons e ruins daquele filho que se foi. Assim, o desejo por uma vida adulta deveria também se pautar pelo crescimento profissional. Inscrevi-me para este mestrado também em homenagem ao meu pai.

Após a inscrição, durante as aulas eu sentia o orgulho da minha mãe, Sílvia, por ter um filho fazendo mestrado. A mesma sempre me perguntava após as atividades na UNESP como era o fluxo dessa pós-graduação. Por mais que eu contasse os detalhes, ela sempre perguntava de novo.

Infelizmente, ela se foi há um ano e meio, com uma diferença de menos de 3 anos para a partida do meu pai. Muito disso me fez pensar em desistir do mestrado. Foram diversas vezes que deixei os estudos, proroguei prazos e evitei tocar no tema. Infelizmente, nenhum dos dois pode acompanhar seu filho se tornar mestre. Mas aqui estou: entregando uma dissertação de mestrado.

Então, nada mais justo que começar os agradecimentos a eles, Sílvia e José, meus pais, por toda a presença, carinho, afeto, colo, cuidado, zelo, amor e educação. Para eles, a escola era uma prioridade que os filhos deviam escolher. Para eles, por mais que a gente voasse alto, o ninho sempre estava por ali, nos esperando para qualquer queda ou descanso. Aos meus pais dedico a minha gratidão, a minha saudade e, dentre outras coisas, este mestrado.

Minha família é, apesar de tudo, unida. Seja como for, com amor, paciência e outras coisas, permanecemos juntos. Então, agradeço às minhas irmãs, Leandra e Danielle pelos cuidados, afetos, por serem a minha referência de família viva, durante décadas, me segurando no colo quando precisei. Ao Felipe, meu único sobrinho, por se preocupar, ser parceiro (ao seu modo) e pela admiração que sempre deixou explícita. Beatriz e Helena são minha maior lição de que a vida continua e temos por quem pensar no futuro.

Agradeço em especial a Lorena, por ter sido um respiro em meio à vida e um incentivo importante para o encerramento desta pesquisa. Sem fôlego, não há esforço que alcance resultado. E ao João Pedro que me ensina todo dia o que é ser criança e que a vida é curta pra ficar guardando as emoções por tanto tempo.

Aos amigos e amigas, por segurarem a minha mão mutuamente, nessa caminhada. Por ordem de chegada, Cleyton, Nayara, Marilene Edilaine, Carol, Ruan, Isadora, Katiscilene, Aline, Kell, Laura, Letícia, Ana Flávia, Marcos, Marina, Áviner, Ana Paula... Obrigado pelo afeto de cada dia e por saber que posso ir, mas tenho pra onde voltar.

Ao meu orientador, José Fernando, por todos esses anos de acolhida e por acreditar em mim. É uma referência que carrego há mais de uma década. Agradeço por “endurecer sem perder a ternura”.

Agradeço também à equipe do Centro POP que se fortaleceu nos períodos difíceis que enfrentamos juntos. A resistência, ainda que dura, se tornou mais fácil ao olhar para o lado e ver cada pessoa que ali estava.

Agradeço a cada participante dessa pesquisa, em especial, as pessoas em situação de rua. A defesa de uma política pública precisa aliar essa população com a academia, o poder público e as militâncias. Foi uma honra para mim que tenham emprestado um pouquinho de seu conhecimento para esta dissertação.

Agradeço, enfim, a cada pessoa e experiência que vivi, me trazendo onde estou. Seja boa ou ruim. A vida é feita de uma soma de fatores. O resultado, ainda que se mova o tempo todo, é a minha história.

Encerro com trecho da música de Violeta Parra, famosa na voz de Mercedes Sosa, um hino de agradecimento à vida!

*Gracias a la vida, que me ha dado tanto
Me ha dado la marcha de mis pies cansados
Con ellos, anduve ciudades y charcos
Playas y desiertos, montañas y llanos
Y la casa tuya, tu calle y tu patio*

*Gracias a la vida, que me ha dado tanto
Me dio el corazón, que agita su marco
Cuando miro el fruto del cerebro humano
Cuando miro el bueno tan lejos del malo*

Cuando miro el fondo de tus ojos claros

*Gracias a la vida, que me ha dado tanto
Me ha dado la risa y me ha dado el llanto*

*Así yo distingo dicha de quebranto
Los dos materiales que forman mi canto
Y el canto de ustedes que es el mismo canto
Y el canto de todos que es mi propio canto*

Gracias a la vida

O Bicho

*Vi ontem um bicho
Na imundície do pátio
Catando comida entre os detritos.
Quando achava alguma coisa,
Não examinava nem cheirava:
Engolia com voracidade.*

*O bicho não era um cão,
Não era um gato,
Não era um rato.*

O bicho, meu Deus, era um homem.

Manuel Bandeira, 1947

GUILHERME, Bruno César de Oliveira. Centro POP: A resistência coletiva na Vila Formosa em Franca-SP. 2025. 139f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2025.

RESUMO

Esta pesquisa apresenta o debate sobre a População em Situação de Rua em Franca-SP e sua relação com o Centro POP, o Espaço Dignidade e com a vizinhança na Vila Formosa. A dissertação oferece referências sobre a formação do capitalismo, desde suas origens, a expropriação, a composição do exército industrial de reserva e o contexto brasileiro, como país de capitalismo dependente. Aborda, também, a inserção de Franca-SP na história do Brasil e do capitalismo. Na sequência, debate a realidade que marca a vida da População em Situação de Rua no Brasil e no contexto da cidade escolhida para o estudo, com suas características, particularidades e resistências aos preconceitos vividos. O último capítulo trata da história dos serviços socioassistenciais destinados à População em Situação de Rua na municipalidade, os desafios enfrentados, as mudanças e resistências postas desde a fundação do Centro POP em 2013. Analisa a opinião da vizinhança por meio de documentos públicos e, a partir de entrevistas realizadas, expõe a opinião da População em Situação de Rua que utiliza a unidade, das coordenações do espaço ao longo da história e das coordenações do Fórum Municipal sobre População em Situação de Rua de Franca-SP. Por fim, o estudo expõe as inúmeras dificuldades enfrentadas por esse segmento mais exposto da classe trabalhadora, bem como ressalta a importância da resistência coletiva para a defesa de seus direitos.

Palavras Chave: População em situação de rua; Centro POP; Espaço Dignidade; Fórum PSR; Capitalismo Dependente.

GUILHERME, Bruno César de Oliveira. POP Center: Collective resistance in Vila Formosa in Franca-SP. 2025. 139f. Dissertation (Master's in Social Service) – Faculty of Human and Social Sciences, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2025.

ABSTRACT

This research presents the debate on the Homeless Population in Franca-SP and its relationship with the Centro POP, Espaço Dignidade and the neighborhood in Vila Formosa. The dissertation offers references on the formation of capitalism, from its origins, expropriation, the composition of the industrial reserve army and the Brazilian context, as a country of dependent capitalism. It also addresses the insertion of Franca-SP in the history of Brazil and capitalism. Next, it discusses the reality that marks the life of the Homeless Population in Brazil and in the context of the city chosen for the study, with its characteristics, particularities and resistance to the prejudices experienced. The last chapter deals with the history of social assistance services aimed at the Homeless Population in the municipality, the challenges faced, the changes and resistance put in place since the founding of Centro POP in 2013. It analyzes the opinion of the neighborhood through public documents and, based on interviews carried out, exposes the opinion of the Homeless Population that uses the unit, the coordination of the space throughout history and the coordination of the Municipal Forum on the Homeless Population of Franca-SP. Finally, the study exposes the countless difficulties faced by this most exposed segment of the working class, as well as highlighting the importance of collective resistance to defend their rights.

Keywords: Homeless population; POP Center; Dignity Space; PSR Forum; Dependent Capitalism.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico	Página
Gráfico 1 - Evolução da População Total de Franca-SP	48
Gráfico 2 - Pirâmide etária por sexo - População de Franca-SP	48
Gráfico 3 - Pessoas atendidas por mês no Centro POP em 2023.	62

LISTA DE TABELAS

Tabela	Página
Tabela 1 - Coordenadoras do Centro POP entrevistadas.	91
Tabela 2 - Coordenadoras do Fórum PSR entrevistadas.	96
Tabela 3 - Pessoas em Situação de Rua entrevistadas.	101

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPITULO 1 - CAPITAL, IMPERIALISMO, DEPENDÊNCIA E PRODUÇÃO AMPLIADA DO PAUPERISMO.....	20
1.1 SOCIEDADE DO CAPITAL: GÊNESE, ESTRUTURA E ELEMENTOS CONSTITUINTES.....	21
1.2 CAPITALISMO DEPENDENTE E A REALIDADE BRASILEIRA.....	31
1.3 O CONTEXTO DE FRANCA-SP.....	46
CAPITULO 2 – A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL: PARTICULARIDADES E DETERMINANTES.....	52
2.1 A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL.....	53
2.2 A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM FRANCA-SP.....	59
2.3 O SERVIÇOS QUE ATENDEM A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA VILA FORMOSA.....	67
2.3.1 Serviços especializados de atendimento.....	67
2.3.2 Espaço Dignidade: entre idas e vindas.....	70
CAPITULO 3 - A VIZINHANÇA, O ESPAÇO DIGNIDADE E A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.....	79
3.1 ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA (EIV) E A AUDIÊNCIA PÚBLICA.....	80
3.2 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS.....	90
3.2.1 As coordenações do Centro POP.....	90
3.2.2 As coordenações do Fórum Municipal sobre População em Situação de Rua (Fórum PSR).....	96
3.2.3 As pessoas em situação de rua que utilizam o Espaço Dignidade.....	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	122
REFERÊNCIAS.....	126
APÊNDICE.....	132
ANEXO.....	135

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa ocorre num determinado contexto: Franca-SP, município no interior de São Paulo, com 200 anos de sua emancipação política, durante os anos de 2021 a 2025.

O presente texto é uma construção de quase quatro anos, que se iniciou muito antes da matrícula deste autor no PPGSS da UNESP Franca-SP. Tal pesquisa é fruto da relação entre o trabalho profissional e a investigação teórica sobre os temas que provocaram espanto em um assistente social que teve seu primeiro contato com o trabalho do Centro POP em março de 2020, no mesmo período que ocorreu a Pandemia da COVID-19.

As formas como ocorreram o enfrentamento do período pandêmico, com as incertezas sobre o que era aquele vírus, quais formas de contágio, de prevenção, das futuras vacinas, das campanhas do “Fique em Casa”, dos períodos de *home office*, dentre outros. O primeiro incômodo surge quando a População em Situação de Rua (PSR) não tem acesso às informações sobre o que se tratava a pandemia vigente naquele momento, mas as portas se fecharam, o contato humano foi reduzido e esse segmento populacional foi lançado à própria sorte.

A organização dos trabalhadores e trabalhadoras do Centro POP em 2020 para manter a PSR informada, com acesso a alimentação, água e cobertores. Naquele momento, o serviço se reduziu ao suporte à sobrevivência, saindo às ruas todos os dias da semana, enquanto a maioria dos serviços e locais estavam fechados e seus(suas) empregados(as) estavam de *home office*.

O desmonte do Centro POP e sua transferência causou diversas manifestações da vizinhança, desejando que o serviço fosse extinto ou executado em bairros distantes da região central. A resistência ocorreu, de forma organizada, pela equipe da unidade, pela PSR e por pessoas aliadas de movimentos sociais e da comunidade acadêmica.

O fato dessa manifestação trouxe outro incômodo ao autor: a população vizinha está se opondo a um equipamento público que será instalado para atender a classe trabalhadora? Em qual momento houve essa ruptura entre esses grupos diferentes dentro da mesma classe social, em que uns têm casa e outros não?

E, por fim, naquele momento, com as fortes oposições da vizinhança, foram exigidos a execução de um Estudo de Impacto na Vizinhança (EIV) (Franca, 2021) e

de uma audiência pública (Franca, 2021b), como última tentativa de barrar a implantação do Centro POP na Vila Formosa.

Tais situações foram provocadoras de um movimento de pesquisa para o autor deste texto, que buscou compreender em referenciais teóricos o que causava o fenômeno da População em Situação de Rua e quais as bases dessa relação do Centro POP com a vizinhança.

O estudo parte de um contato mais próximo com as observações de Marx presentes no livro 1 de O Capital, especificamente no capítulo XXIII, subsidiando o início da análise. Ou seja, o capital, para reproduzir-se, produz crescentemente e de diferentes maneiras, uma população sobrando, especificamente aquelas permanentemente descartadas e mais expostas. Na sequência, buscou-se analisar como este processo ocorreu e ainda ocorre no atual momento da acumulação capitalista, nas condições da América Latina, em especial o Brasil e da cidade de Franca. Tal processo é essencial para observar quais foram os movimentos do capitalismo desde suas origens até sua expansão na América Latina, suas fases e contradições, alcançando os tempos atuais, com forte influência na construção do Serviço Social brasileiro e nas transformações das políticas públicas que lidam com as expressões da questão social. Para tanto, além do próprio Marx, autores como Lenin (2008), Marini (2017), Florestan Fernandes (2008), Katz (2020), Moura (1982), Chasin (2000) e Oliveira (2020), Uelber Silva (2012 e 2019), Almeida (2019), Silva (2009) e Tiengo (2020) por exemplo, foram e continuam sendo essenciais. Com abordagens diferentes, mas situadas no mesmo campo, contribuem para analisar a era monopólicia do capital e suas relações com o capitalismo dependente e suas expressões étnico-raciais. Iamamoto (2019), Batistoni e Silva (2021), por exemplo, contribuem com o debate do Serviço Social na América Latina, no contexto de reprodução do capital. Por sua vez, Wacquant (2001) e Heller (2000), oferecem, respectivamente, aportes para analisar a abordagem junto aos segmentos mais pobres e sobre os preconceitos.

Além disso, foi uma busca por pesquisas sobre a População em Situação de Rua na cidade de Franca-SP, sendo referências importantes e, também, ponto de partida para melhor compreensão da relação dessa população com o Centro POP e com a vizinhança da Vila Formosa. Para isso, foram levantadas dissertações como de Oliveira (2020) e Reis (2020), que oferecem dados importantes e inéditos sobre o tema. Também as recentes produções de Cramolichi (2022), Neves (2022), Santos

(2022), Dutra (2024), Guilherme et al (2024), Santos, Sarreta e Guilherme (2023), Guilherme (2022), Oliveira, Reis e Pedroso (2020), todas pesquisas realizadas na UNESP Franca tratando de debater a PSR.

Ademais, outros referenciais importantes foram o Plano Municipal de Assistência Social de Franca 2018-2021 (Franca, 2018), o Plano Municipal Decenal de Assistência Social 2022 - 2032 (Franca, 2024), como documentos importantes para apresentar a realidade dos serviços socioassistenciais de Franca-SP.

Foi necessário, portanto, analisar a metodologia de realização de um Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) para a implementação do Centro POP na Vila Formosa, em Franca-SP, tendo como referência de leituras de outros trabalhos relacionados à População em Situação de Rua de Franca, além de outros(as) autores(as) que trataram de preconceito, território, legislação e outros assuntos, todos diretamente incluídos num contexto de capitalismo. Observou-se a ausência de dados relevantes no EIV e seu embasamento pautado quase que exclusivamente em uma pesquisa de opinião. Ainda assim, comparou-se os dados presentes com os dados da população em situação de rua de Franca, visando problematizar a questão da residência como garantidora de opinião sobre um serviço destinado a pessoas sem residência. Necessário, ainda, analisar as opiniões, observando diversas expressões do preconceito nas falas da vizinhança em relação à população em situação de rua. A instalação de serviços especializados para a População em Situação de Rua não é capaz, por si só, de provocar mudanças na sociedade que garantam moradia e a saída da situação de rua. Tampouco se acredita que é pelas políticas estatais que se superará o capitalismo e todas as expressões da questão social. Porém, enquanto isso não se dá, é importante que os direitos sejam garantidos, pois, por muitas vezes, se trata de sobrevivência e acesso ao básico da vida humana.

Assim, para uma melhor compreensão da relação da Vila Formosa com seu novo equipamento, o Centro POP, é necessário que se façam novos estudos e pesquisas, considerando os inúmeros dados que não foram englobados pelo EIV, tanto da Vila Formosa, quanto da população em situação de rua que usa os serviços. Esta pesquisa fez uma aproximação do tema, mas não esgota em si os debates de uma sociedade em movimento. A investigação buscou conhecer a origem de Franca-SP, sua inserção no modo de produção capitalista, a história do Centro POP e entender qual a relação entre a unidade e a vizinhança.

Além disso, foi necessário analisar, na atualidade, a legislação e normativas que compõem a política de assistência social, políticas para a população em situação de rua e demais direitos do cidadão, tanto nos níveis Federal, Estadual e Municipal. Como destaque, é importante trazer o Decreto 7.053 de 2009 (Brasil, 2009), importante marco que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua. Além disso, elaborar um debate sobre o papel do Estado na dificuldade do acesso da população negra à propriedade, moradia, educação, direitos de cidadania, saúde, trabalho e assistência social. Destaca-se a Lei de Terras (LEI 601, de 1850), dentre outras que têm contribuído para o racismo e exclusão da população negra no acesso igualitário aos bens e direitos comuns.

Assim, tais dados podem subsidiar a ação da equipe técnica do equipamento em relação aos moradores da Vila Formosa, buscando ver as possibilidades de criar vínculos e ações que desconstruam ou diminuam o preconceito por parte dos vizinhos. Ademais, que seja capaz de melhorar a relação do Centro POP com seu entorno.

Além disso, foi preciso conhecer quais as relações do direito à habitação e à moradia, partindo dos que residem no entorno do Centro POP, com a premissa de que ocupam uma posição de privilégios em relação à população em situação de rua.

Tal pesquisa se construiu com o objetivo principal de avaliar a relação do Centro POP com o território da Vila Formosa e seus impactos na rotina da População em Situação de Rua de Franca. Também teve como objetivos: compreender o Fenômeno População em Situação de Rua de Franca-SP; Compreender quais serviços especializados para a População em Situação de Rua em Franca-SP; Analisar a relação entre a vizinhança da Vila Formosa que possui moradia e os frequentadores do Centro POP, unidade que oferece serviço socioassistencial para pessoas em situação de rua e sem acesso à moradia.

Os caminhos metodológicos desta pesquisa, após levantamento de todo referencial já citado, partiram de uma relação entre a figura do pesquisador associada ao profissional que atuava, no momento inicial, no Centro POP, nos anos de 2020 e 2021, participante do processo de mudanças enfrentadas pela unidade naquele período.

O debate buscou compreender, a partir de Marx (2013), a origem da acumulação capitalista, fazendo uma reflexão sobre a superpopulação relativa, na sua diversidade, o lumpemproletariado, o mundo do Trabalho e as características

atuais da População em Situação de Rua. Além disso, textos que trazem a evolução do capitalismo, suas fases no mundo e com foco na América Latina e a Teoria Marxista da Dependência. Tais obras já citadas fazem uma leitura sobre a formação sócio-histórica brasileira e, também, a inserção do Serviço Social nesse contexto, com sua caminhada até o momento histórico atual.

A sequência da pesquisa buscou diretamente nas partes envolvidas, para dar voz a quem está diretamente ligado(a) à essa relação entre Centro POP e vizinhança. Para a comunidade da Vila Formosa e entornos, o instrumental do EIV (Franca, 2021) e da Audiência Pública (Franca, 2021b) trouxeram falas suficientes, na compreensão do autor, para dar visibilidade sobre a opinião do entorno.

Para dar visibilidade às demais opiniões, foram entrevistadas as coordenações do Centro POP que atuaram desde sua origem até os dias atuais. Também foram entrevistadas, através de questionário digital (apêndice 2), as coordenações do Fórum Municipal sobre População em Situação de Rua de Franca (Fórum PSR), importante movimento social que atuou por diversas vezes no contexto francano. Também foram selecionadas dez pessoas em situação de rua que usam o serviço. Para melhor representatividade, elegeu-se numa proporção seguindo os dados apontados por Oliveira (2020), buscando um número que atendesse aos aspectos de raça/etnia, gênero, faixa etária e tempo em situação de rua. Assim, as entrevistas trariam elementos para demonstrar uma comparação com as demais unidades anteriores do Centro POP, além de uma visão sobre quem acessou o espaço após sua mudança. Foram realizadas entrevistas em agosto de 2024 com as pessoas em situação de rua atendidas no Centro POP. O formato foi de entrevista semiestruturada (apêndice 1), gravadas e transcritas. Foram cinco pessoas que se autodeclararam negras (pretas e pardas) e outras cinco que se autodeclararam brancas. Esse número buscou uma proporcionalidade de raça/etnia, de acordo com os números apresentados por Oliveira (2020). Para tanto, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Unesp-Franca e se encontra em anexo.

Seguindo a mesma pesquisa como referência, a entrevista foi realizada com nove homens e uma mulher, garantindo a proporcionalidade de cerca de 90% de homens nas ruas de Franca-SP e 10% de mulheres.

Referente à faixa etária, entrevistou-se pessoas de diferentes idades, contemplando jovens, adultos e pessoa idosa, mantendo coerência com o universo da pesquisa de Oliveira (2020).

Foram obtidos o depoimento de seis pessoas que estavam em situação de rua em Franca-SP há mais de três anos, uma vez que podem trazer uma melhor compreensão de como era antes da instalação do equipamento na Vila Formosa, podendo comparar com a atual situação (também é coerente com os dados de Oliveira - 2020). Além disso, outras cinco pessoas que estavam em situação de rua há menos de um ano, podendo trazer a perspectiva de quem acessou o serviço já instalado, com a possível análise sobre a localização do Centro POP num bairro central. Para selecionar os(as) entrevistados(as), a equipe do Centro POP foi importante para encontrar pessoas com o perfil, uma vez que conhecem bem a população atendida.

Vale destacar que o uso da entrevista, como instrumento para a coleta dos dados, e da técnica da gravação como forma de registro da informação viva, teve como inspiração básica o estudo de Queiróz (1991). Vale destacar que

A qualidade do material obtido depende da qualidade do informante escolhido, em função do que se pretende desvendar. Esta circunstância postula a existência de um conhecimento prévio do informante, por parte do pesquisador; quanto mais conhecido aquele, mais seguro estará o pesquisador de que obterá um relato interessante e apropriado ao que está buscando; quanto menos conhecido, maior o peso do acaso ou da contingência, isto é, da possibilidade tanto de obter quanto de não obter as informações requeridas. (Queiróz, 1991, p. 75)

Por fim, foram entrevistadas, através de questionário digital, duas coordenadoras do Fórum Municipal sobre População em Situação de Rua de Franca, como observadoras e participantes do processo de instalação do equipamento no bairro (Apêndice 3).

Os dados primários, coletados pelos questionários foram cruzados com os dados secundários presentes nos textos lidos na pesquisa bibliográfica. Dentre eles, destacam-se os dados sobre a população em situação de rua de Franca-SP, presentes em Oliveira (2020) no PMAS (Franca, 2024), além de alguns dados presentes no EIV.

Tendo como referência uma análise com inspiração na Teoria Social de Marx, buscou-se encontrar nos dados os elementos da relação dos vizinhos(as) com o local em que vivem, suas condições materiais, as características dessas pessoas,

perpassando o debate sobre classes, raça/etnia e gênero, além da perspectiva sobre o território e suas potencialidades e riscos. O ponto de partida é sempre o real-concreto, o imediatamente posto, ainda que seja apenas o início de um longo processo de reconstrução mental do real e de suas múltiplas mediações (Marx, 2013).

É nessa perspectiva que os dados e análise deles trouxeram alguns elementos para novas investidas. É como um caminho inverso, onde os dados do presente apresentam elementos do passado, com novos caminhos investigativos surgindo. É também a busca de analisar as contradições presentes em cada totalidade através de mediações. (Netto, 2011).

É importante destacar, portanto, que a análise não pretendeu encaixar a realidade na interpretação do pesquisador. Pelo contrário, foi uma tentativa de captar o movimento da realidade de forma que ela traga os elementos para construir a interpretação.

Sendo assim, não é objetivo desta pesquisa meramente procurar, por exemplo, em qual parte da superpopulação relativa (Marx, 2013) a população em situação de rua “se encaixa”. Pelo caminho inverso, propôs-se dialogar com a teoria marxiana, para que, observando a realidade, fosse possível obter algumas repostas para as questões: O capitalismo produz superpopulação relativa, na sua diversidade, no Brasil? Como seria essa superpopulação relativa brasileira? Quais suas características internas e como ela se relaciona com o movimento da realidade e as transformações no mundo do trabalho? Qual a diversidade da classe trabalhadora brasileira e a diversidade dos que não vivem do trabalho? É nesse movimento que se busca romper com a aparência imediata que a População em Situação de Rua tem nas diversas análises. É sempre preciso mergulhar mais profundamente na realidade e compreender o que ela pode dizer.

Capítulo 1
Capital, imperialismo, dependência e produção ampliada do
pauperismo

1.1 Sociedade do capital: gênese, estrutura e elementos constituintes

A sociedade é dividida em classes, com um abismo entre os que mais acumulam riquezas e os que são mais pobres. E, partindo dessa premissa, sendo a história das sociedades a história da luta de classes (Marx, 2008), é importante dizer que ela não se deu uniformemente no mundo todo, se alterando de acordo com o tempo, local, cultura, meios de produção, dentre outros importantes fatores. Mas, para melhor entender a sociedade brasileira, é importante compreender sua formação, com destaque para o período capitalista.

O modo de produção capitalista nem sempre existiu. Sua origem se dá num processo histórico, quando encontra as condições materiais para seu desenvolvimento a partir das contradições internas contidas no próprio feudalismo. Para compreender melhor seu funcionamento atual, é preciso explicitar, ainda que sumariamente, os alicerces onde se fundam seus pilares. Mas não de forma mecanicista, inalterável. Muito pelo contrário, o que sustenta tal sistema é a sua capacidade de, ao mesmo tempo, impor-se gradativamente como reprodução ampliada e ajustar-se a contextos particulares a partir do século XVI.

Tomando como ponto de partida Marx (2013), a luta de classes se comporta com seu aspecto histórico, se configurando através do tempo e das particularidades diversas do lugar, de sua cultura, atividades econômicas e também pelos meios de produção. Sendo assim, para melhor entender a sociedade atual do Brasil, é necessário analisar como ocorreu sua formação, com olhos atentos ao processo de avanço do capital, isto é, revelar os componentes que constituem essa relação social e toda sua complexidade.

O conflito social de classe não é o único conflito existente na sociedade capitalista. Há outros conflitos que, embora se articulem com as relações de classe, não se originam delas e tampouco desapareceriam com ela: são conflitos raciais, sexuais, religiosos, culturais e regionais que podem remontar a períodos anteriores ao capitalismo, mas que nele tomam uma forma especificamente capitalista. Portanto, entender a dinâmica dos conflitos raciais e sexuais é absolutamente essencial à compreensão do capitalismo, visto que a dominação de classe se realiza nas mais variadas formas de opressão racial e sexual. A relação entre Estado e sociedade não se resume à troca e produção de mercadorias; as relações de opressão e de exploração sexuais e raciais são importantes na definição do modo de intervenção do Estado e na organização dos aspectos gerais da sociedade. (Almeida, 2019, p. 60)

O início do capitalismo, em sua transição do feudalismo, na assim chamada

acumulação primitiva (ou originária), “*uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas seu ponto de partida*” (Marx, 2013, p.959) e que pautou-se pela expropriação violenta e contínua de um contingente enorme de pessoas, restando a elas somente a força de trabalho como meio de subsistência. A violência exerceu e exerce um papel central nesse processo, em que toda a população foi e segue sendo absorvida pelo mercado de trabalho, sendo lançadas às ruas, ao pedido de esmola (mendicância), dependendo de práticas caritativas e, por diversas vezes, criminalizadas. Tal processo teve como ponto de partida o fim da relação de servo e senhor feudal, lançando uma grande quantidade de pessoas para a “liberdade” de poder trabalhar onde quisesse. Porém, essa “liberdade” é o pontapé inicial das relações de trabalho no capitalismo, iniciando assim o conflito “capital x trabalho”. As pessoas foram expulsas do campo, ficando disponíveis para o trabalho assalariado, obrigadas a aceitar empregos e salários disponíveis, de acordo com a oferta enorme de mão de obra e jornadas de trabalho degradantes.

O fim do Estado feudal, com suas monarquias absolutistas, sendo substituído pelo Estado burguês, trouxe uma ressignificação no papel dos governantes e das legislações que contribuíram para esse processo. Dentre as ações principais, a regulamentação da propriedade privada, dificultando o seu acesso para as camadas mais pobres, a manutenção e acumulação de terras em latifúndios, a forçosa migração para os centros urbanos e todo um sistema de penas e castigos para as pessoas que não trabalhavam, com sua “*legislação sanguinária contra os expropriados*” (Marx, 2013, p.980). Essa participação do Estado não é a causa principal para o desenvolvimento do modo de produção capitalista, mas tem seu papel crucial para que se estabeleça, sendo consequência do novo sistema, mas também contribuindo para sua manutenção e expansão.

Capitalismo é movimento e, sendo assim, se molda diante dos séculos e se constrói a partir das relações sociais. Num primeiro momento, na “acumulação primitiva” (Marx, 2013), o processo de expropriação de terras e o acúmulo das mesmas na mão de poucos, na Inglaterra do Séc. XV ao XVIII, traz um impacto importante na vida da população camponesa. A migração para as cidades em busca de trabalho e renda leva ao crescimento desenfreado e não planejado dos centros urbanos. Pessoas passam a exercer atividades mercantis simples, usando do dinheiro para intermediar essa troca. E isso não se deu de forma simplificada, mas com diversos acontecimentos que foram se entrelaçando e moldando as relações.

Assim, passam a existir dois grupos importantes: os que demandavam comprar força de trabalho e os que tinham apenas força de trabalho para vender, pois já haviam sido desprovidos de tudo o que tinham para garantir sua subsistência (Marx, 2013). Essa é, portanto, parte crucial do estágio definido com *capitalismo comercial* ou *mercantil* (Netto, 2006).

Essa burguesia que surgia e crescia cada vez mais era limitada por uma política ainda feudal. A expansão dessa nova forma de sociedade estava travada pelo Estado Absolutista e suas formas de controle e manutenção dos moldes vigentes. Portanto, surge a necessidade de uma revolução que mudasse as formas do estado. Assim, nasce a revolução burguesa.

Os comerciantes/mercadores, no interior da sociedade feudal, foram se tornando protagonistas econômicos importantes. Seus interesses chocavam-se com os da nobreza feudal, mas, nos primeiros momentos de constituição do Estado absolutista, como vimos, essa contradição subordinou-se àquela que antagonizava nobres e servos. Uma vez derrotados os servos, a contradição entre os grandes grupos mercantis (dos quais emergia a nova classe burguesa) e a nobreza ganhou o primeiro plano da vida social. O Estado absolutista, que, no entretanto, servira também aos interesses da burguesia nascente, agora transforma-se — como expressão maior das relações sociais próprias à feudalidade — em obstáculo para o desenvolvimento burguês. E a burguesia tratou de removê-lo, num processo que culminou em 1789. (Netto, 2006, p. 74).

Mas antes dessa mudança de Estado feudal para Estado burguês, as tensões já vinham exigindo respostas estatais para controlar pessoas que não se adequavam ao novo modo de produção e suas relações. Assim, o estado inglês, por exemplo, passa a construir um conjunto de leis, conforme o passar dos séculos, que iam se especializando em controlar os ditos “vagabundos”.

Dentre as diversas leis inglesas denunciadas por Marx (2013), destaca-se o açoite de “vagabundos mais vigorosos” (pessoas sem trabalho que tinham certa “aptidão física” laboral), com a permissão da mendicância apenas para os mais velhos ou incapacitados para o trabalho, no reinado de Henrique VIII (1530); O agrilhoamento e trabalho escravo para os vadios, no reinado de Eduardo VI (1547); o açoite para mendigos sem licença para mendigar que tivessem mais de 14 anos de idade, sendo executados se ninguém quisesse tomá-los como escravos após os 18 anos, durante o reinado de Elizabeth I (1572); o açoite e encarceramento para os tidos como vadios, além da marcação de ferro e até execução para os “vagabundos incorrigíveis”, no reinado de Jaime I (século XVIII). Na mesma etapa de acumulação primitiva, leis semelhantes também foram executadas na França e Países Baixos. Não é coincidência, como será possível observar ainda neste texto, o surgimento

das formas semelhantes de punição aos pobres e “vadios” que foram aplicadas no Brasil.

Sendo assim, faz-se importante reforçar que a participação estatal na origem do modo de produção capitalista foi parte de todo um movimento da própria realidade, mas que se tornou figura de grande relevância na fase monopolista do capital, como é possível observar ao longo desta pesquisa. Por isso, é importante e necessário resgatar que o processo inicial de acumulação capitalista contou com a punição dos(as) “vadios(as)”, sendo uma característica inerente a esse modo de produção. A expropriação de trabalhadores e trabalhadoras das terras agrícolas na Inglaterra, entre os séculos XV e XVI, serviu como um dos motores para a acumulação capitalista, sendo possível observar movimento semelhante ao redor do globo, de forma integrada:

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva. A eles se segue imediatamente a guerra comercial entre as nações europeias, tendo o globo terrestre como palco. Ela é inaugurada pelo levante dos Países Baixos contra a dominação espanhola, assume proporções gigantescas na guerra antijacobina inglesa e prossegue ainda hoje nas guerras do ópio contra a China etc. (Marx, 2013, p. 533)

O Estado burguês que surge e a evolução das técnicas de produção é parte de um novo estágio que se inicia: o *capitalismo concorrencial*, que se desenvolve entre os Séc. XVIII e XIX. A Revolução Industrial foi ápice de uma fase de grandes técnicas de produção associadas, com a tecnologia aprimorada e substituindo cada vez mais a força de trabalho. A urbanização é acelerada e o mercado se expande ainda mais para além da Europa. Por isso, a busca por novas terras e matéria-prima foram cruciais para a expansão do capitalismo para o resto do mundo. As relações comerciais históricas da Europa com os outros continentes (e suas velhas rotas comerciais e relações políticas) já se tornava insuficiente para esse novo modo de produção. Assim, surgem as demandas por expandir a busca pela dominação de outras terras e integrar o mundo numa rede de produção, comércio, concorrência e evolução das tecnologias. Uma certa corrida pela conquista de novos mercados. Mas o estágio concorrencial traz uma importante diferença do estágio mercantil: a conquista de outras terras que antes era apenas pela força bélica passa também pela cada vez maior pela força comercial. A busca pelas mercadorias nos diversos

continentes se torna necessária, tanto quanto a distribuição das mercadorias para os mais longínquos locais (Marx, 2013; Netto, 2006).

Mas todo esse movimento apresenta uma característica crucial do modo de produção capitalista: não há vagas na indústria para todos os trabalhadores presentes na cidade. O exército industrial de reserva pressiona os salários para baixo, e os trabalhadores e trabalhadoras rurais competem em situação de desigualdade com os já experientes trabalhadores(as) da indústria. Ao acumular capital, maior o investimento no desenvolvimento de capital constante, diminuindo proporcionalmente a demanda por capital variável. O aumento dessa diferença entre capital constante e capital variável leva à existência de trabalhadores sobrantes, que Marx denomina como “exército industrial de reserva”.

Essa população “sobrante”, como traz lamamoto (2019), é, em partes, produto e alavanca do funcionamento do sistema capitalista, que demanda a existência de um exército industrial de reserva, ou superpopulação relativa. Portanto, “[...] ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional” (Marx, 2013, p. 858).

Tal contingente populacional fica disponível para momentos de expansão da escala de produção, sem que precise esperar que a população trabalhadora tenha filhos e eles cresçam. Ela já está disponível para prontamente atuar. Em tempos de expansão, são absorvidos. Em tempos de contração, são “liberados” e se somam ao exército industrial de reserva. Esses ciclos seguem e se mantêm a partir da transformação constante da população trabalhadora em mão de obra desempregada ou subempregada.

Portanto, a produção capitalista não pode esperar o crescimento natural da população, mas precisa de uma população sobrante para ser absorvida imediatamente nos tempos mais favoráveis à expansão da produção. Mas não fica disponível apenas nesses momentos, mas também quando se exige uma massa de trabalhadores para serem subitamente alocados em pontos decisivos. No caso, a construção de ferrovias, grandes obras, dentre outras áreas.

Essa população sobrante exerce uma pressão sobre os trabalhadores e trabalhadoras ocupados(as), fazendo com que produzam mais, sem receber maiores salários. Esse sobretrabalho faz com que seja menos necessário a contratação de

novos trabalhadores, engrossando a população sobrando. Esse movimento faz com que os salários sejam regulados pela sobra maior ou menor de trabalhadores e trabalhadoras.

Ao tratar do pauperismo e das mudanças na função do Estado no trato do social, no contexto de vigência da lei dos pobres e das *workhouses* na Inglaterra, destaca Marx:

O parlamento inglês não se restringiu à reforma formal da administração. Ele detectou a fonte principal da condição agudado pauperismo inglês na própria Lei dos Pobres³. O próprio meio legal contra a indigência social, a beneficência, favoreceria a indigência social. Quanto ao pauperismo em termos gerais, ele seria uma lei natural eterna(...). O parlamento inglês combinou essa teoria de caráter humanitário com o parecer de que o pauperismo seria a miséria infligida a si mesmo pelo trabalhador, não devendo, em consequência, ser prevenido com um infortúnio, mas reprimido e punido como um crime. (...) Depois, ela não encarou o avanço progressivo do pauperismo como consequência necessária da indústria moderna, mas como consequência do imposto inglês para os pobres. Ela compreendeu a penúria universal como uma mera particularidade da legislação inglesa. O que antes era derivado de uma falha na beneficência, passou a ser derivado de um excesso de beneficência. Por fim, a miséria foi vista como culpa dos miseráveis e, como tal, punida neles mesmos (...) apesar das medidas administrativas, o pauperismo foi se tornando a forma de uma instituição nacional, tornando-se, em consequência, inevitavelmente em objeto de uma administração ramificada e bastante ampla, uma administração que, todavia, não possui mais a incumbência de sufocá-lo, mas de discipliná-lo, perpetuá-lo (Marx, 2010, p. 34-35).

Marx (2013) faz a crítica sobre o que o pensamento da época definia em relação aos salários. Pensava-se que o salário maior fazia com que a classe trabalhadora aumentasse com o nascimento de seus membros, o que faria o mercado de trabalho saturar, baixando os salários e por consequência, fazendo com que os trabalhadores parassem de ter filhos. Essa baixa no número de nascimentos levaria a uma baixa oferta de trabalhadores e ao aumento do salário, entrando num novo ciclo. Porém, Marx (2013) demonstra que o modo de produção capitalista não espera esse tempo para absorver ou desligar trabalhadores. Quando se tem um número grande trabalhadores empregados com maiores salários, se aumenta a acumulação de capital constante, o que gera a necessidade menor de trabalhadores ocupados, liberando novamente o excedente ao exército industrial de reserva, fazendo com que os salários não precisem mais ser maiores. Nas fases estagnadas ou com um crescimento econômico moderado, o exército industrial de reserva pressiona o exército ativo da classe trabalhadora a aceitar condições diversas para não perder o emprego; nas fases onde ocorre superprodução e crescimento econômico, ele segura suas pretensões. A superpopulação relativa é, assim, a base

onde se move a lei da oferta/demanda de trabalho.

A superpopulação relativa existe em todos os matizes possíveis. Todo trabalhador a integra durante o tempo em que está parcial ou inteiramente desocupado. Sem levarmos em conta as grandes formas, periodicamente recorrentes, que a mudança de fases do ciclo industrial lhe imprime, fazendo com que ela apareça ora de maneira aguda nas crises, ora de maneira crônica nos períodos de negócios fracos, a superpopulação relativa possui continuamente três formas: flutuante, latente e estagnada. (Marx, 2013, p. 704)

Como é possível observar, Marx (2013) dividiu a superpopulação relativa em três grupos: **flutuante, latente e estagnada**. Flutuante é a categoria de trabalhadores urbanos que é absorvida em alguns momentos e outros não, entrando e saindo dos vínculos trabalhistas. Latente é a categoria de trabalhadores rurais que pode ser demandada em momentos oportunos. A categoria considerada estagnada é a tida como trabalhadora ativa de forma totalmente irregular. Suas características são o máximo de tempo de trabalho e o mínimo de salário.

Alguns ramos absorvem grupos específicos de trabalhadores em momentos particulares. Marx cita a absorção de trabalhadores masculinos jovens para trabalhos específicos. O que faz sobrar mulheres e homens adultos nas ruas, sem emprego. Mas isso esgota também os trabalhadores jovens que chegam a uma idade mediana com a saúde debilitada, ainda que com idade para o trabalho. Portanto, caem no exército industrial de reserva ou em camadas mais baixas de trabalhadores assalariados. Ou seja, a expectativa de vida desses trabalhadores é menor em relação às classes mais abastadas. Essa parcela da população que ora é absorvida, ora é repelida, Marx caracteriza como **flutuante**.

Ao se apoderar da agricultura, a produção capitalista também gera uma população sobrando no trabalho rural. O desenvolvimento de capital constante faz com que esses trabalhadores fiquem sem emprego e disponíveis para serem absorvidos pela indústria, onde os ciclos de absorção e repulsão dos trabalhadores acontecem de forma mais rápida do que na agricultura. Essa parcela da superpopulação relativa é a **latente**.

A terceira categoria da superpopulação relativa, a **estagnada**, forma uma parte do exército ativo de trabalhadores, mas com ocupação totalmente irregular. Desse modo, ela proporciona ao capital um depósito inesgotável de força de trabalho disponível. Sua condição de vida cai abaixo do nível médio normal da classe trabalhadora, e é precisamente isso que a torna uma base ampla para

certos ramos de exploração do capital. Suas características, como já dito, são o máximo de tempo de trabalho e o mínimo de salário.

Na sequência, Marx expôs a parcela mais baixa da população sobrando:

O sedimento mais baixo da superpopulação relativa habita, por fim, a esfera do pauperismo. Abstraindo dos vagabundos, delinquentes, prostitutas, em suma, do lumpemproletariado propriamente dito, essa camada social é formada por três categorias. Em primeiro lugar, os aptos ao trabalho. Basta observar superficialmente as estatísticas do pauperismo inglês para constatar que sua massa engrossa a cada crise e diminui a cada retomada dos negócios. (Marx, 2013, p.718)

Marx (2013) aponta que a relação entre capital constante (“meios de trabalho, matérias-primas e matérias auxiliares”) e capital variável (constituída de força de trabalho) determina o desenvolvimento e o crescimento dessa parcela do pauperismo. Assim, sendo cada vez maior o capital em funcionamento, maior também se torna o exército industrial de reserva, e também maior o “*pauperismo oficial*” (Marx, 2013, p.). E esse sedimento do pauperismo abrange alguns perfis da população:

Em segundo lugar, os órfãos e os filhos de indigentes. Estes são candidatos ao exército industrial de reserva em épocas de grande prosperidade. Em terceiro lugar, os degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho. Trata-se especialmente de indivíduos que sucumbem por sua imobilidade, causada pela divisão do trabalho, daqueles que ultrapassam a idade normal de um trabalhador e, finalmente, das vítimas da indústria – aleijados, doentes, viúvas etc. –, cujo número aumenta com a maquinaria perigosa, a mineração, as fábricas químicas etc. O pauperismo constitui o asilo para inválidos do exército trabalhador ativo e o peso morto do exército industrial de reserva. (Marx, 2013, p.718)

Essa, portanto, seria uma das chaves para a reprodução do sistema capitalista trazida por Marx: o fato de existirem trabalhadores e trabalhadoras sem trabalho pressiona os trabalhadores e trabalhadoras assalariados(as) a permanecerem nos seus trabalhos, aceitarem seus salários e maior exigência de produtividade, associados ao temor por perderem seus empregos. Em tempos de crise, isso facilita os cortes em salários e benefícios, aumento de trabalho e excessos dos patrões. A superpopulação relativa inclui o exército industrial de reserva ficando disponível para tempos de aumento na produção e um certo crescimento econômico, quando parte desses trabalhadores e trabalhadoras são imediatamente absorvidos(as) pelo mercado de trabalho.

Porém, esse período não ocorreu sem resistência da classe trabalhadora. O processo de crescimento da indústria também trouxe o terreno para a união das tensões individuais de quem trabalhava. Assim, surgem processos de coletivização

das lutas sociais.

E a resposta burguesa ao protesto operário não se esgotou na repressão pura e simples; tomou também a forma de incorporação de novas tecnologias à produção, de modo a atemorizar os proletários com a ameaça do desemprego pela redução da demanda de trabalho vivo. Na verdade, as inovações funcionam como uma arma nas lutas de classes; controladas pelos capitalistas, servem na guerra contra os trabalhadores – a propósito dos aperfeiçoamentos industriais ocorridos a Partir da primeira crise capitalista, foi observado que, "desde 1825, quase todas as novas invenções resultaram das colisões entre o operário e patrão, que, a qualquer preço, procura depreciar a especialidade do operário. Depois de cada nova greve de alguma importância, surgia uma nova máquina' (Marx, 1982a: 131). Como se vê, as lutas de classes influem fortemente no desenvolvimento das forças produtivas. (Netto, 2006, p. 173).

Portanto, a mera expropriação por si só não gera acumulação. Para isso, é necessário um sistema onde alguns capitalistas fossem engolindo os demais, transformando-os em força de trabalho por não possuírem meios de produção. A expropriação necessariamente precisou estar atrelada à concentração e centralização cada vez dos capitais nas mãos de poucos. Esse movimento, ao longo da história, levou a sucessão da fase do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista (Marx, 2013; Lênin, 2008). Essa nova fase reconfigura as relações, com o controle do mercado passando para a mão de grupos cada vez menores. Assim, com menos donos do capital, mais fácil acordos entre eles, sempre em detrimento da classe trabalhadora. Nessa fase, os cartéis e trustes ganham força, sendo que uma enorme parcela de trabalhadores(as) empregados(as) está nas mãos de poucos patrões, que controlam seus salários e a quantidade de lucro possível para extrair. Como destaca Lênin, sobre a fase monopolista do capitalismo:

Não nos encontramos já em presença da luta da concorrência entre pequenas e grandes empresas, entre estabelecimentos tecnicamente atrasados e estabelecimentos de técnica avançada. Encontramo-nos perante o estrangulamento, pelos monopolistas de todos aqueles que não se submetem ao monopólio, ao seu jugo, à sua arbitrariedade. (Lênin, 2008, p. 27)

E, se na fase anterior o Estado atuava de forma externa ao capitalismo, garantindo as condições para sua existência, a partir da fase monopolista-imperialista, o Estado passa como "comitê executivo" da burguesia monopolista (Netto, 2017, p.).

O surgimento dos monopólios e a reorganização dos bancos foi a combinação necessária para o estágio do capital monopolista. Os monopólios se desenvolveram no estágio concorrencial, com grupos de capitalistas tendo o controle de boa parte da indústria e absorvendo um número grande de empregados(as). A

partir desse movimento, grupos capitalistas se tornaram poderosos a ponto de interferir nas decisões nacionais. Porém, como apontado por Lênin (2008), as fronteiras nacionais foram aos poucos sendo superadas e tais grupos passaram a integrar escalas de produção em diversas nações, controlando desde a extração de matéria-prima, até a distribuição das mercadorias já prontas para o consumidor final.

Os bancos deixaram de ser apenas uma peça na transferência e depósitos de dinheiro, como no estágio comercial. Passaram a deter uma grande quantia e fornecer empréstimos importantes para capitalistas que estavam se expandindo no estágio concorrencial, auxiliando decisivamente a acumulação. Sendo assim, no estágio monopolista os bancos passam a exercer uma influência direta na intervenção sobre o crescimento de monopólios. Ao participarem ativamente do jogo, os monopólios bancários passaram a investir em grupos industriais, se associando e controlando parte deles.

Essa fusão dos capitais monopolistas industriais com os bancários constitui o capital financeiro, que ganhará centralidade no terceiro estágio evolutivo do capitalismo - estágio imperialista, que se gestou nas últimas três décadas do século XIX e, Experimentando transformações significativas, percorreu todo o século XX e se prolonga na entrada do século XXI. (Netto, 2006, p. 179)

O estágio imperialista ou imperialismo foi exposto principalmente por Lênin (2008), recuperando criticamente o debate feito por Hilferding¹. O líder da Revolução Russa de 1917 formula sua teoria passando por toda essa evolução do capitalismo já observada por Marx (2013). Porém, com o avanço para essa fase superior do capitalismo, Lênin (2008) apresenta cinco traços importantes que são características desse estágio:

1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial - e a criação, baseada nesse capital financeiro da oligarquia financeira; 3) exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si; 5) termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos *trusts* internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes. (Lênin, 2008, p. 88)

Tal estágio imperialista tem como principal marca a centralização, a

¹ Economista austríaco, membro do Partido Social Democrata (PSD) e autor de "O Capital Financeiro", entre outras obras. Viveu entre 1887 e 1941, falecendo aos 63 anos.

concentração e a internacionalização do capital. É a busca da mais-valia nos mais diferentes locais com suas particularidades. É o estágio onde o poder político-militar buscou expandir e dominar as novas fronteiras, atrelado ao poder econômico. É o estágio em que o mundo passou a ser partilhado pelos trustes internacionais, como citado. É nesse período que os países costumeiramente dominantes vão sendo substituídos por novos atores que vão se fortalecendo como impérios, numa relação mais ampla do que meramente comercial. É uma relação de poder, de uso da força. Nesse período, a força dos Estados Unidos vai se consolidando, enquanto outros países outrora dominantes vão decaindo, mas não sem resistir. É a cisão que levou às Grandes Guerras do século XX, à Guerra Fria e diversos conflitos ao redor do globo. É o período que a influência passou a ser construída de forma mais intensa, com interferências importantes nas ditas “soberanias nacionais” através de intervenções externas, golpes de estado e financiamento estrangeiro na política.

Parte importante desse processo é a fusão entre capital industrial e capital bancário, sendo o capital financeiro o cenário para a maior centralização e concentração, de forma internacionalizada. Sendo assim, esse estágio alcança uma dominação global do modo de produção capitalista, aprimorando uma relação de poder entre países centrais e países dependentes de capitalismo tardio ou hipertardio (Chasin, 2000).

1.2 Capitalismo dependente e realidade brasileira

Neste contexto, é oportuno e necessário adentrar a realidade brasileira. É preciso refletir sobre a formação sócio-histórica do Brasil, situada na América Latina e no avanço do capitalismo sobre o continente, após o início do colonialismo europeu, levando ao que é chamado Capitalismo Dependente.

O desafio de compreender a realidade latino-americana e sua inserção no modo de produção capitalista foi a fagulha que instigou a investigação de diversos pensadores desta parte do planeta. O debate perpassou pelas interpretações de Caio Prado Jr. Octavio Ianni, Florestan Fernandes, Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, Theotônio Santos e diversos outros pensadores e pensadoras que se debruçaram por responder as indagações sobre o desenvolvimento, subdesenvolvimento e a dependência. Apesar da riqueza da construção desse nicho de pensadores e pensadoras, o tema é inesgotável, pois o modo de produção

capitalista é movimento e, se movendo, sempre cria, recria ou destrói condições que outrora foram observadas. Mas, para melhor compreender o papel do Brasil, país da América Latina, no cenário capitalista, como país de capitalismo dependente, é preciso passar pela sua formação, ainda que de forma muito breve e sempre insuficiente. Este é o exercício que segue nesta parte do texto.

O continente latino-americano foi colonizado para a exploração, partindo de um duro processo de extermínio dos povos originários e a escravização de trabalhadores e trabalhadoras africanos. Tudo isso se deu de forma integrada ao surgimento do capitalismo na Europa, onde a América Latina exerceu e exerce um papel significativo na divisão internacional do trabalho, permitindo que o capitalismo tenha se originado e sobrevivido por tamanho período, dentro da divisão internacional do trabalho, como já apontado neste texto.

É necessário ressaltar que a região latino-americana é recheada de diversidades. Embora esteja assentada majoritariamente sob uma única faixa de terras e suas ilhas, a América Latina e Caribe formou-se a partir da vinda de povos diferentes: portugueses, espanhóis, holandeses, franceses, ingleses, dentre outros (colonizadores ou classe trabalhadora), carregando uma ampla variedade nas formas de trabalhar a terra e suas riquezas. Além disso, o continente contava com um enorme contingente de Povos Originários. Estima-se que no ano de 1500 viviam no Brasil aproximadamente 1400 povos indígenas, sendo de grandes famílias linguísticas: tupi-guarani, jê, karib, aruák, xirianá, tucano, dentre outras. Estima-se que viviam no país entre 1.500.000 a 5.000.000 de indígenas na data do início da colonização (Oliveira e Freire, 2006). Povos que foram sendo exterminados durante esse longo período.

Outro fator importante é a diversidade de povos africanos que vieram escravizados para o continente. Diferentes estimativas carregam um número entre 4 a 5,5 milhões de trabalhadores e trabalhadoras negras escravizados desembarcando no Brasil vindos da África, com destaque para etnias vinda de Angola e Costa do Marfim (IBGE, 2000). Destaca-se que todo esse processo violento não se deu sem resistência (Moura, 1992).

As formas de exploração também foram diversas no vasto território, nos diversos momentos históricos. Do desmatamento para extração de madeira, ao plantio de cana-de-açúcar, da extração de minérios à abertura de pastos para a

pecuária. Da navegação à abertura de ferrovias e estradas de terra. Do litoral ao interior. Ou seja, até que o Brasil viesse a ser o que é hoje, várias formas de exploração alimentaram a transferência de recursos da periferia às regiões centrais da acumulação capitalista,

Como já observado, o Brasil, colonizado por Portugal, sofre diretamente os rebatimentos do surgimento do capitalismo, participando do processo, como todo o resto do mundo. O capitalismo não surge apenas no seio da Europa, mas em uma estrutura que se estendeu a todos os continentes, explorando cada território de forma distinta, porém integrada. Portanto, as formas em que a “Lei Geral da Acumulação Capitalista” (Marx, 2017) se materializou foram e são diferentes neste amplo território.

As origens como “América Latina” vinculam-se ao período da colonização, a partir do final do século XV, principalmente por Portugal e Espanha (países de línguas de origem no Latim), com grande participação da Inglaterra nos séculos seguintes. Esse grande período ficou marcado pela produção de matéria-prima para ser transformada na Europa. No princípio, os países que mais tiveram como atender as demandas foram Chile e Brasil e, posteriormente, também a Argentina (Marini, 2017).

Nas terras brasileiras, o sistema econômico se forjou sob os pilares de que embasaram o desenvolvimento do capital mercantil. A Coroa Portuguesa foi a primeira responsável pela colonização do território, quando partiram para o oceano em busca de driblar os bloqueios ítalo-mulçumanos e criar rotas comerciais alternativas. Durante essa fase, os Países Baixos comercializavam trabalhadores e trabalhadoras escravizados(as) para a metrópole e colônias portuguesas, em troca da venda de rapadura para os mesmos Países Baixos fabricarem açúcar e comercializarem para toda a Europa. Desta forma, o Brasil recebeu um contingente gigantesco de pessoas escravizadas, visando o cultivo das terras do território colonial brasileiro (Silva, 2019).

A produção da riqueza realizada pelos escravos compensava o investimento e demandava cada vez mais a ampliação do mercado. Neste sentido, os Estados absolutistas da Europa invadiram o continente africano, estabeleceram uma colonização intensa e a captura de homens e mulheres [...]. (Silva, 2019, p.17).

É nesse momento que o Brasil desenvolve a agricultura regada pelo sangue e suor dos povos escravizados vindos de África e o extermínio dos povos originários,

com o território pertencendo à Coroa Portuguesa, nas mãos de homens brancos. Esse processo contribuiu para financiar a assim chamada acumulação primitiva ou originária, apontada por Marx (2013).

Para uma compreensão da sociedade atual, é preciso observar que o modo de produção capitalista integra diferentes formas de expropriação e exploração em todo o mundo. Tal situação só foi alcançada a partir da expansão comercial marítima, associada à dominação de povos. Enquanto no continente europeu, o capitalismo industrial explorava a força de trabalho que havia sido expropriada, no solo das Américas, a escravização subsidiou o sistema.

Essa violência do sistema colonial não foi um mero acaso na história; fazia parte da lógica interna do capitalismo comercial, como alavanca para a acumulação de capitais necessários à consolidação do capitalismo industrial. As formações sociais escravistas, portanto, foram verdadeiras 'alavancas' para a 'concentração de capital'. As colônias produziam em grande escala para alimentar o mercado internacional em formação. Todo o 'tesouro apesado fora da Europa diretamente por pilhagem, escravização e assassinato refluía à metrópole e transformava-se em capital'. (Silva, 2012, p. 24)

Assim, uma estrutura normativa foi construída com influência da Europa, onde parte da população que não trabalhava foi criminalizada. Da mesma forma como nas origens do sistema capitalista, as pessoas eram forçadas a trabalhar sob pena de prisão caso não o fizessem. No Império brasileiro, tal costume atingiu as pessoas livres, ex-escravizados(as) ou quem nascia pobre.

Ser preto ou pardo pobre no século XIX levava-os a encaixar-se no lugar de suspeição, que não os permitia gozar da cidadania, mesmo quando eram livres. As dificuldades impostas a esses sujeitos eram ainda mais pesadas que para os brancos em igual condição (não descartamos que para os homens e mulheres brancos pobres a vida não fosse difícil, contudo, para esses, a marca da escravidão não estava impressa em seus corpos). (Pacheco, 2021, p. 7)

Depois de se tornar um país independente, em 1822, o Brasil amplia seu processo de ocupação, criando um sentimento de "nação". Iniciaram-se processos para o desenvolvimento das cidades e o acesso à educação, com o surgimento de faculdades de Direito, Medicina e outros cursos pelo país. Esses passam a existir no século XIX, apenas acessados pela elite brasileira.

[...] podemos concluir que durante todo o Império o ensino superior no Brasil esteve a serviço da elite e das necessidades governamentais, uma vez que ofertou apenas os cursos supracitados, contando com poucas instituições de ensino e tendo seu acesso restrito às camadas mais abastadas da população, caracterizando o seu caráter excludente e centralizador. (Medeiros; Novaes; Silva, 2018, p. 91)

Sendo assim, os trabalhadores e trabalhadoras negros(as) escravizados(as) que já eram privados(as) de qualquer acesso à propriedade, fica também excluída de acessar as instituições de educação, desde o ensino básico, tendo o acesso limitado apenas para os filhos da elite nacional. (Almeida e Sanchez, 2016).

Presente nesse momento histórico-político, na busca por criar um sentimento de patriotismo, ocorreu a Guerra da Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai contra Paraguai, de 1864 a 1870). Durante tal conflito, diversas pessoas negras foram enviadas como linha de frente, com o exército composto por escravizados e, também, “vadios”, com o perverso argumento de dar algum “sentido” à vida dessa população naquele contexto social, com requintes desumanos de governos brasileiros evidentemente racistas.

Reafirmar o lugar de necessidade desses homens era uma das formas dos recrutadores conseguirem resolver alguns problemas característicos e problemáticos para o Império do Brasil. Retirar os ‘desordeiros’, ‘vadios’, e ‘criminosos’ das ruas, manter a ordem pública, embasados no discurso civilizador, alocando-os em funções que tentavam resolver os desconcertos provinciais na área de segurança, e fundamentalmente com uma população dita ‘perigosa’ que vinha crescendo significativamente ao longo do século XIX, composta por ‘homens e mulheres livres, libertos e escravizados, pobres, pretos e pardos’. (Pacheco, 2021, p. 6)

Foi construído um sistema normativo, com leis que levaram negros a não ter acesso aos direitos permitidos aos brancos, com foco na Lei de Terras (BRASIL, 1850), onde diversos latifúndios se constituíram, com a população negra privada de comprar terras (Santos, Sarreta e Guilherme, 2023).

Com a Lei Áurea aprovada em 1888, as pessoas negras ex-escravizada se tornam livres, restando-lhes apenas a sua força de trabalho e o direito de vendê-la em troca de um salário. Mas, após séculos de escravidão, sendo criminalizados(as), inclusive culturalmente, com um acesso restrito aos recentes espaços públicos educacionais e de saúde que surgiam, negociar sua força de trabalho não representava um campo com igualdade.

Ora, se o ‘ex-escravo é jogado como sobra na periferia do trabalho livre’, parece que a ele seria destinado o exército industrial de reserva, já que sua mão de obra era considerada ‘inferior’ em detrimento da mão de obra branca. (Pereira; Sampaio, 2018, p. 439).

Esse segmento da população brasileiro não alcançou a igualdade em relação à população branca, ocupando no exército industrial de reserva o lugar de “sobra da sobra” (Pereira e Sampaio, 2018, p. 439). Como afirma Florestan Fernandes:

[...] os ex-escravos tinham de concorrer com os 'trabalhadores nacionais', que constituíam um verdadeiro exército de reserva (mantido fora de atividades produtivas, em regiões prósperas, em virtude da degradação do trabalho escravo) e, principalmente, com a mão de obra importada da Europa, com frequência constituída por trabalhadores mais afeitos ao novo regime de trabalho e às suas implicações econômicas ou sociais. Os efeitos dessa concorrência foram altamente prejudiciais aos antigos escravos, que não estavam preparados para enfrentá-la (Fernandes, 2008, p. 32).

Ou, como afirma Pereira e Sampaio (2018), analisando os escritos de Moura (1992):

Neste sentido, para Moura (1992), 'o negro, ex-escravo, é atirado como sobra na periferia do sistema de trabalho livre, o racismo é remanipulado" o que cria 'mecanismos de barragem para o negro em todos os níveis da sociedade, e o modelo do capitalismo dependente é implantado, perdurado até hoje'. Ou seja, no caso brasileiro, esses elementos demarcam o lugar que o Brasil ocupará na divisão internacional do trabalho, já no capitalismo. (Moura, 1992 apud Pereira e Sampaio, 2018, p. 437)

O fim do sistema escravista na nossa realidade se deu de forma absolutamente desastrosa e desumana. A lei que garantiu liberdade ao povo negro, não previu qualquer tipo de política de amparo ou inserção social. A população de ex-escravizados não possuía acesso ao mínimo para garantir a própria sobrevivência, ou condições básicas para viver com dignidade. Foram literalmente enxotados para os territórios mais inabitáveis e/ou longínquos, sendo um desses territórios a própria rua.

O fim do período de escravidão de trabalhadores e trabalhadoras negras no Brasil ocorreu de forma dura. As leis que marcaram o encerramento oficial da fase escravista brasileira não garantiram qualquer política de reparação ou acesso aos bens para as pessoas negras. Portanto, esse segmento da população brasileira não teve garantido o mínimo para a sobrevivência, muito menos uma vida com dignidade, sendo deixado à própria sorte, migrando para as localidades mais precárias e longínquas dos centros da cidade, sendo inclusive um desses locais a própria rua.

Logo após esse período, o avanço do capitalismo para sua fase monopolista (Lênin, 2008; Netto, 2006; 2011), leva o sistema a aumentar suas fronteiras para as aplicações financeiras, com empréstimos e o mercado de ações na América Latina. O foco que antes estava na extração de matéria-prima, passa também a se apropriar de parte da mais-valia das economias nacionais, acumulando mais capital nos países centrais, contribuindo para o processo de crescimento do imperialismo (Marini, 2017).

A produção nacional, sendo regida pelo capital estrangeiro, faz com que os empresários nacionais tenham foco em atividades secundárias. A partir disso, atrelado à capacidade produtiva e tecnologia nos outros países, a mão de obra passa a ser menos demandada, reduzindo os salários para os trabalhadores e trabalhadoras, que ainda assim devem consumir produtos importados mais caros. A conta não bate: o valor da remuneração estaria sempre abaixo do necessário para a garantia dos mínimos necessários para a manutenção da classe trabalhadora. Compõe isso o fator de parte da mais-valia ser enviada ao capital estrangeiro ao invés de ser reinvestida no país. Ou, quando aplicada na aquisição de tecnologia estrangeira, com preço elevado, também enviando essa parcela da mais-valia para tais países.

Deste modo, com maior ou menor grau de dependência, a economia que se cria nos países latino-americanos, ao longo do século XIX e nas primeiras décadas do seguinte, é uma economia exportadora, especializada na produção de alguns poucos bens primários. Uma parte variável da mais-valia que aqui se produz é drenada para as economias centrais, pela estrutura de preços vigente no mercado mundial, pelas práticas financeiras impostas por essas economias, ou pela ação direta dos investidores estrangeiros no campo da produção. (Marini, 2017, p. 52)

A resposta do empresariado nacional para manter o lucro, mesmo perdendo para o mercado estrangeiro, é o aumento da exploração da mais-valia, sendo chamada por Marini (2017) de “superexploração do trabalho”, que *“constitui, portanto, o princípio da economia subdesenvolvida, com tudo que isso implica em matéria de baixos salários, falta de oportunidades de emprego, analfabetismo, subnutrição e repressão policial.”* (Marini, 2017, p. 52). A superexploração da força de trabalho supõe o pagamento de salários abaixo do valor médio para sua reprodução como tal.

Os países centrais historicamente compreendem os países periféricos como um “quintal”, um “puxadinho” onde exercem sua zona de influência, sob diversas condições. Para isso, elaboraram meios de dominação, com fortes intervenções nos poderes estatais e a eliminação/enfrentamento das resistências ou movimento anticapitalistas. Exceto na experiência cubana, o continente latino-americano passou por inúmeros golpes de Estado durante o século passado, com grandes avanços do imperialismo estadunidense.

E mesmo sendo uma região que produz grandes riquezas, as mesmas não levam ao desenvolvimento econômico regional na mesma dimensão. Tal contexto da

dependência proporciona um cenário que favorece o crescimento da desigualdade de forma muito assimétrica.

Segundo a CEPAL, em um relatório de janeiro de 2019, a América Latina continua sendo a região mais desigual do mundo, embora não a mais pobre. Com economias enfraquecidas, 30% dos seus 638 milhões de latino-americanos (210 milhões), vivem na pobreza, e destes, 83,4 milhões são extremamente pobres. (Bentura et al, 2022, p.43)

Refletindo a formação sócio-histórica brasileira e seu papel na divisão internacional do trabalho, é necessário pensar sobre como se materializa a *Lei Geral da Acumulação Capitalista* (Marx, 2013), no Brasil. Nesse contexto, em que os demais países que originaram o capitalismo já se encontram em fases mais avançadas da acumulação, já no vigor do estágio imperialista, o Brasil ainda está numa mescla das fases anteriores, sem um processo de ruptura abrupta com o passado, mas misturando o arcaico e o novo, numa configuração particular brasileira, que se configurou num capitalismo hipertardio (Chasin, 2000), numa forma estranha, como se fosse um *Ornitorrinco* (Oliveira, 2013).

O ornitorrinco é isso: não há possibilidade de permanecer como "subdesenvolvido" e aproveitar as brechas que a Segunda Revolução Industrial propiciava; não há possibilidade de avançar, no sentido da acumulação-digital-molecular: as bases internas da acumulação são insuficientes, estão aquém das necessidades para uma ruptura desse porte. Restam apenas as acumulações primitivas, tais como as privatizações propiciaram: mas agora com o domínio do capital financeiro, elas são apenas transferências de patrimônio, não são, propriamente falando, "acumulação". O ornitorrinco está condenado a submeter tudo à voragem da financeirização. Uma espécie de "buraco negro: agora será a previdência social, mas isso o privará exatamente de redistribuir a renda criar um novo mercado que sentaria as bases para a acumulação digital-molecular. O ornitorrinco capitalista é uma acumulação truncada de uma sociedade desigualitária sem remissão. (Oliveira, 2013, p. 150)

Como país de capitalismo dependente, o Brasil tem sua força como economia agroexportadora. Suas terras são marcadas pelo acúmulo na sua divisão de poucos desde os tempos coloniais. Até quando as terras deixaram de ser posse da Coroa (Portuguesa ou Brasileira) e tornaram-se propriedade privada, a aquisição delas foi dificultada. Por exemplo, a Lei 601/1850, conhecida como Lei de Terras, não permitia que negros (ainda que não sendo parte dos escravizados) e pobres (mesmo entre os brancos) tivessem acesso à compra das terras. Além disso, proibia que fossem ocupadas quaisquer terras, sendo dificultada a existência de pequenos agricultores. O Império colocou um valor elevado para a aquisição das terras, sendo adquiridas apenas por pessoas com muito dinheiro. Portanto, a origem das

propriedades rurais tem sua base no latifúndio.

Cabe apontar que o latifúndio, numa economia agroexportadora, é o acúmulo de capital constante, como parte do capital produtivo, restando aos trabalhadores do campo viver em péssimas condições, com seu excedente pressionando os salários rurais para baixo (por vezes menor do que o mínimo necessário para a sua reprodução) ou sendo forçados a migrarem para a cidade, onde engrossam o exército industrial de reserva. A eles, ficaram reservadas as favelas e periferias. A Lei de Terras objetiva, ainda que de forma *hipertardia* e diversa (Chasin, 2000), uma situação semelhante com as origens da já citada “Acumulação Primitiva” (Marx, 2013) assentada em diversas expropriações da população do campo. Resta a este setor da classe trabalhadora apenas vender sua força de trabalho em condições de desigualdade. Marx (2013) descreveu essa população como a parcela latente do exército industrial de reserva na Inglaterra dos séculos XVIII e XIX. No Brasil, essa população compõe boa parte dos migrantes, trabalhadores rurais que trabalham nas diferentes safras, em diferentes regiões ou que tentam a sorte em novas cidades.

Essa estrutura [...] coloca a maioria dos camponeses em uma situação permanente de subemprego e de miséria, permitindo que toda a riqueza produzida no setor agrícola seja apropriada por uma minoria de latifundiários, através do arrendamento da terra. (Marini, 2017, p.85)

Pode-se dizer que o fim desse sistema e a Proclamação da República em 1889, são marcos históricos decisivos para a construção do pauperismo brasileiro, bem como suas parcelas mais baixas. Nesse contexto, o Estado tem papel fundamental, enquanto um aparato para a manutenção da propriedade privada, proteção das classes dominantes, e para a criação das mazelas mais profundas com as quais a população negra, pobre, periférica, viventes de rua, são vítimas até os dias atuais.

O Código Penal de 1890, que permaneceu em vigor até 1941, evidencia os esforços do Estado de impor à população brasileira um processo de embranquecimento. Somado a isto, era fundamental a execução de um plano de extermínio e encarceramento do povo preto. Apagar e criminalizar a cultura e os saberes dos povos advindos de África, expressos na proibição da prática da capoeira, espiritismo e curandeirismo, ou seja, era vetada toda e qualquer manifestação cultural ou religiosa que tivesse alguma relação com os povos africanos.

Mas, como esses segmentos visavam uma taxa de lucro elevada e

altamente compensadora, não irão recrutar o trabalhador nacional não branco e em particular o negro. Essa mão de obra é descartada já antes da abolição, e se cria o mito da superioridade do trabalhador branco importado que traria, consigo, os elementos culturais capazes de civilizar o Brasil. (Moura, 1992, p. 56)

Após um período de industrialização, principalmente após o governo Vargas (1930-1945) e de Juscelino Kubitschek (1956-1961), a população urbana cresceu. Entre 1970 e 1980, ampliou-se o contingente de pessoas nas cidades em ritmo bem mais acelerado que nas áreas rurais. Em 1996, a população agrária já mostrava diminuição no mesmo contexto em que a população urbana seguia crescendo. (Santos e Silveira, 2020)

A Revolução de 1930 marca o fim de um ciclo e o início de outro na economia brasileira: o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial. Ainda que essa predominância não se concretize em termos da participação Industrial na renda Interna senão em 1956, quando pela primeira vez a renda do setor industrial superará a da agricultura. (Oliveira, 2013, p. 9)

Nesse período, acontece o êxodo rural. A migração tem grande aceleração a partir de 1950.

Em 1980, 11,5 milhões de famílias não dispunham de terra ou já não sobreviviam em pequenas propriedades. Isso significa que um terço da população, cerca de 40 milhões de pessoas, estavam em permanente migração, tentando fixar-se no campo, mas frequentemente não o conseguindo. (Santos e Silveira, 2020, p. 213).

Marini (2017) aponta que a exploração da classe trabalhadora que vivia nos centros urbanos se “manteve sempre no limite suportável.” E essa migração contribuiu para centros urbanos se construírem sem planejamento e com estrutura insuficiente para receber tal concentração de pessoas.

O traço mais dramático dessa situação foi, no entanto, o crescimento espantoso das populações marginais urbanas, aglomeradas em bairros miseráveis, nas favelas e nas periferias. Sem uma posição definida no sistema de produção e vivendo de trabalhos ocasionais, esse subproletariado que chega a superar, em certas cidades, um terço da população total sequer pôde se somar a reivindicação básica do proletariado industrial - a extensão horizontal do emprego ou, melhor dito, o direito ao trabalho -, e se limitou, na maior parte dos casos, a reivindicações de consumo; converteu-se, assim, em massa de manobra de políticas demagógicas por excelência, pela impossibilidade objetiva de desenvolver uma consciência de classe, representou um dos suportes fundamentais do populismo. (Marini, 2017, p. 68-69)

A questão agrária compõe esse movimento de massas nos centros urbanos. O excedente de trabalhadores agrários, mantendo essa crescente migração para as cidades, impactou nos salários estagnados que, associados às altas dos preços agrícolas, elevaram o custo de vida.

O processo de industrialização no Brasil teve períodos de maior ou menor expansão. É no período a partir dos anos 1950 e 1960 que “o processo de monopolização do capital no Brasil ganha expressão”, com apoio das “mudanças implementadas com o golpe de 1964” e tendo como características mais relevantes “a maior intensidade no grau de concentração e centralização do capital” (Brettas, 2020, p. 93).

Mais uma vez, o Estado é integrante de um sistema que intensifica à violência, repressão e perseguição, combinados com a já violenta acumulação através de monopólios, com o poder das grandes corporações e a participação burguesa na ditadura (Brettas, 2020).

As crises econômicas que se seguiram durante o período da ditadura de 1964 a 1985 contribuíram para o cenário de efervescência das lutas sociais. Essa tensão culminou com o fim da ditadura, ainda que sem punir os golpistas, e a abertura para um processo de redemocratização que levou à Assembleia Constituinte em 1987 e a Constituição Federal em 1988. Tal construção foi o terreno para um embate entre as políticas de caráter neoliberal e as lutas dos movimentos sociais por mais direitos. Assim, apesar da Carta Magna conter, em certa medida, avanços na conquista de garantias para a população, sua aplicação foi dificultada nas décadas seguintes. O neoliberalismo e a financeirização do capital avançam ainda mais contra os interesses da classe trabalhadora.

O neoliberalismo, na qualidade de um projeto de dominação de classe, está pautado na busca por ampliar as bases de extração de mais-valia. Ao perseguir este objetivo, promove, dentre outras coisas, uma reestruturação na produção com vistas a aumentar a superexploração e impor limites crescentes à capacidade de resistência dos trabalhadores. Neste contexto, a gestão das empresas está cada vez mais submetida aos interesses financeiros. (Brettas, 2020, p. 162)

Esse avanço do neoliberalismo traz a precarização do trabalho. No capitalismo contemporâneo, Ricardo Antunes (2015) destaca uma classe trabalhadora com um perfil mais heterogêneo, fragmentado e complexo, sendo resultado de um aumento dos (as) trabalhadores (as) no setor de “serviços”. Além disso, o mesmo autor chama a atenção para o que denomina de “subproletarização”, em um contexto de desregulamentação do trabalho, redução dos direitos sociais e trabalhistas, aumento de vínculos informais, gerando uma individualização da relação salarial (Antunes, 2015). O processo observado por Marx (2013) ganha formatos diversos no Brasil atual.

Ainda assim, não basta o exercício de transportar automaticamente essas classificações para os tempos atuais. É preciso refletir como se dá hoje esse processo. Na contemporaneidade, podemos encontrar debates sobre as formas de precarização dos trabalhadores. No Brasil, essa classe tem características próprias, como o forte processo de escravização e desigualdade de gênero. Por exemplo, quando se debate a parcela estagnada do exército industrial de reserva, encontramos os mais diversos tipos de vínculos precarizados e sem direitos. Os empreendedores de si mesmos, os catadores de material recicláveis, os motoristas e entregadores de aplicativos, os trabalhadores horistas, dentre outros.

[...] à medida que o capital é acumulado, a situação do trabalhador, seja sua remuneração alta ou baixa, tem de piorar. Por último, a lei que mantém a superpopulação relativa ou o exército industrial de reserva em constante equilíbrio com o volume e o vigor da acumulação prende o trabalhador ao capital [...] Ela ocasiona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. Portanto, a acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, o suplício do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral no polo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital. (Marx, 2013, p. 877)

Ainda assim, no caso de estarem empregados, ficam relegados a morarem longe de seus trabalhos, por conta do já mencionado crescimento urbano não planejado, tendo sua renda (já baixa pela citada superexploração do trabalho) comprometida com o transporte, ou por muitas vezes, sendo forçados a dormir na rua ou alugar um imóvel, próximo ao trabalho, no caso das grandes cidades. Aqui pode-se observar o quanto o problema da mobilidade urbana pode comprometer a renda dos trabalhadores e trabalhadoras.

A desigualdade de renda também tem aumentado no Brasil. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), 1% dos brasileiros que tem as maiores rendas recebe, em média, 38,4 vezes mais que metade do país que recebe as menores rendas (IBGE, 2022).

O relatório Desigualdade S.A., da OXFAM Internacional, de 2024, destaca que “desde 2020, os cinco homens mais ricos do mundo duplicaram suas fortunas. No mesmo período, quase cinco bilhões de pessoas em todo o planeta ficaram mais pobres. Privação e fome são uma realidade cotidiana para muita gente” (OXFAM, 2024, p. 4). Já no cenário brasileiro, o 1% mais rico da população detém 63% da riqueza nacional. Enquanto isso, 50% dos(as) brasileiros(as) mais pobres detêm apenas 2% dessa riqueza. O relatório Desigualdade S.A. escancara ainda mais esse cenário de barbárie ao apontar que 0,01% dos(as) brasileiros(as) possui 27% dos

ativos financeiros. E esse abismo da desigualdade tem raça/etnia e gênero. Na média, brancos detêm 70% a mais de renda que pessoas negras, segundo o relatório.

Muito semelhantes são os dados que a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) apresentou, em novembro de 2023, no “Panorama Social de América Latina y el Caribe”, onde foi destacado que os bilionários da América Latina recuperaram e ultrapassaram seus prejuízos de 2020 (em meio à pandemia da Covid-19), superando imediatamente o valor nos anos seguintes (CEPAL, 2023). Ainda assim, essa recuperação não atingiu a mesma proporção da recuperação das perdas dos cinco homens mais ricos do mundo, indicando a tendência de acumulação maior para quem detinha mais riquezas já acumuladas. E durante a mesma pandemia, o número de pessoas desempregadas aumentou ainda mais.

Outro fator é o desemprego ou as relações de emprego precarizadas. O forte crescimento de empregos no setor de serviços e a queda nos postos de trabalho na indústria trazem seus reflexos no mundo do trabalho. Antunes (2010, p. 103) destacada a existência de “*Um amplo contingente de força humana disponível para o trabalho, em escala global, ou se encontra exercendo trabalhos parciais, precários, temporários, ou já vivenciava a barbárie do desemprego*”. O mesmo autor (2015) apresenta, como já indicado anteriormente, o perfil de uma classe trabalhadora mais heterogênea, fragmentada e complexa, resultado de um aumento dos trabalhadores e trabalhadoras no setor de “serviços”, no capitalismo contemporâneo. Traz, também, o que chama de “subproletarização”, quando ocorre a desregulamentação do trabalho, redução/corte nos direitos trabalhistas e sociais, crescimento dos vínculos informais, o que gera uma individualização da relação salarial. Desde o Toyotismo, o trabalho flexível tem crescido.

O mais brutal resultado dessas transformações é a expansão, sem precedentes na era moderna, do desemprego estrutural, que atinge o mundo em escala global. Pode-se dizer, de maneira sintética, que há uma processualidade contraditória que, de um lado, reduz o operariado industrial e fabril; de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos. Há, portanto, um processo de maior *heterogeneização, fragmentação e complexificação* da classe trabalhadora. (Antunes, 2015, p. 61-62)

A diversificação dos trabalhadores, dadas as circunstâncias de um aumento da *desespecialização* do trabalho, torna-se cada vez mais heterogênea e complexa. (Antunes, 2010). E em tempos de intensificação da crise, essa heterogeneidade e

complexidade tendem a aumentar.

O Brasil, por si só, é um país de dimensões continentais, ocupando boa parte da América do Sul, tendo aproximadamente 1/3 da população da América Latina. Portanto, é errôneo olhar para o país como um bloco homogêneo. Mas as condições de um país, com governo central, trouxeram ao Brasil condições particulares e que afetam toda a sua população em comum, cada qual à sua maneira.

Mesmo após governos progressistas constituídos a partir do final da década de 1990 e a primeira década de 2000, com suas políticas focais de enfrentamento à pobreza, (Silva, 2022), - com o Centro POP sendo uma delas -, o fim de tais governos traz um forte desmonte de tais políticas, atacando-as tanto no corte financeiro, quanto no questionamento de sua eficácia. Aqui cabe destacar que no Brasil, os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, pautando-se pelo discurso de corte de gastos e responsabilidade fiscal, destinaram os recursos da Política de Assistência Social para outros fins, deixando a responsabilidade por tal política para os municípios (G1, 2017; 2022). Não muito distante disso, no governo Lula, os repasses foram cortados, em atendimento às exigências do mercado financeiro (G1, 2024).

No governo de Michel Temer, foi aprovada a reforma trabalhista, por meio da Lei Federal n. 13.467/2017, trazendo diversas mudanças nas leis que regulamentam o trabalho, a CLT, modificando as formas de contratação, diminuindo os direitos dos(as) trabalhadores(as), em especial a individualização dos acordos, após o fim da obrigatoriedade da contribuição sindical; a criação do novo formato de jornada intermitente de trabalho, permitindo o trabalho por apenas algumas horas, sem os mesmos direitos de quem trabalha na jornada semanal; o surgimento e regulamentação da modalidade home office (Brasil, 2017), além das demais flexibilizações que dificultaram a coletivização das causas trabalhistas, isolando trabalhadores e trabalhadoras.

Desde então, seguiu-se o que se tornou regra após o final do século XX e início do séc. XXI, mais ainda após a crise de 2008: períodos de retomada econômica, sempre com crescimentos modestos seguidos, principalmente na periferia do capital, por crises importantes (Silva, 2021b). Entre 2017 até 2019, a taxa de desemprego reduziu para 11,1% (IBGE, 2023b). Entretanto, essa redução não levou a uma retomada econômica expressiva e o maior número de postos de

trabalho formais não significaram exatamente uma vantagem: flexibilizar as leis trabalhistas permitiu novas formas de contratação, aumentando o contingente de trabalhadores(as) carteira de trabalho constando registro através da legalização da informalidade (Trovão e Araújo, 2020; Antunes, 2018).

Já no final de 2020 e início de 2021, durante o período pandêmico, a taxa de desemprego saltou para 14,9% . Com a breve retomada do crescimento econômico, em novembro de 2023, a taxa de desemprego diminuiu para 7,5% (IBGE, 2023b) e 6,4% no terceiro trimestre de 2024 (IBGE, 2024a), o que não extingue a necessidade de debate sobre a qualidade desses postos de trabalhos que surgiram, como já dito.

Porém, a crise que se seguiu não se atribui somente ao cenário pandêmico: é inerente ao capitalismo, através da acumulação de riquezas, patentes em poucas mãos, o desmonte e a privatização da saúde, e outros fatores importantes. Isto é, “não se pode limitar à pandemia do coronavírus às chaves de explicação biológicas ou da natureza. [...] O modo de produção capitalista é a crise” (Mascaro, 2020, p. 5). A pandemia antecipou o início da crise do capital financeiro-especulativo, trazendo um “flagelo social de proporções enormes” para o povo trabalhador e pobre (Mascaro, 2020). A crise de 2020 já era prevista pouco antes do surgimento e descoberta da Covid-19, com os medos de uma iminente recessão já serem noticiados em 2019 (O Mundo, 2019).

O trabalho informal não é novidade, principalmente no contexto de países de capitalismo dependente, com desenvolvimento desigual-combinado, como o caso brasileiro. O trabalho informal se torna uma alternativa para se ter acesso à alguma renda, numa relação direta entre a acumulação por poucos e o crescimento das taxas de desemprego. A taxa de trabalho formal foi de 39,1% no terceiro trimestre de 2023 (IBGE, 2023b), sendo maior entre pessoas negras (pretos 41,5% / pardos 44,1%) em relação às pessoas brancas (33,5%).

Em 2022, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc), apontou que o rendimento médio real de todas as fontes da população brasileira era, a preços médios daquele ano, de R\$ 2.607,00 acenando para persistentes desigualdades perceptíveis na desagregação regional, por gênero e raça/cor e, principalmente, na combinação entre os atributos. Em média, os brasileiros negros (pretos e pardos) ganham apenas 69,2% dos não negros (brancos e amarelos). Os dados apontam ainda uma desvantagem de rendimentos de acordo com o sexo, onde as mulheres ganham, em média, apenas 72% em relação ao que os homens ganham (Franca, 2024, p. 21-22)

O trabalho informal é maior também entre as mulheres, ao analisar os dados sobre a divisão sexual do trabalho. Trabalho esse caracterizado por jornadas maiores ou jornadas parciais para conseguir realizar o trabalho doméstico não remunerado, além de uma média salarial menor. E com as mulheres negras a situação é mais grave (IBGE, 2024b).

A mesma fonte (PNADc, 2022) informa ainda que em relação às mulheres negras no Brasil de 2022, ganham em média apenas 42,3% do rendimento do homem não negro, conforme mostra o gráfico apresentado acima. 24 Pelo PNADc (2022), observa-se também que a taxa de desocupação atinge mais a população negra e mulheres, agravando mais a desigualdade. (Franca, 2024, p. 23-24)

Passar por todo esse processo histórico brasileiro, ainda que de forma sumária, tem sua importância para compreender as relações que produziram o fenômeno população em situação de rua. Mas, antes de aprofundar na temática, é preciso adentrar o contexto de Franca-SP e sua inserção nesse resgate histórico realizado no presente capítulo.

1.3 O contexto de Franca-SP

O município de Franca-SP está localizado no nordeste do Estado de São Paulo, situando-se a cerca de 400 km da capital paulista. Sua população estimada (em 28 de agosto de 2024) é de 364.331 pessoas, de acordo com o IBGE (2024), colocando a cidade na posição de 21^a mais populosa dentre as cidades paulistas e 75^a no Brasil.

A emancipação política de Franca se deu em 28 de novembro de 1824, pouca mais de dois anos depois da Independência do Brasil, o que levou ao seu 200^o aniversário no ano de 2024. Sendo assim, é uma cidade marcada pelos ciclos da formação sócio-histórica brasileira, passando pelas diversas fases da colônia até a república.

A região compreendida entre os rios Pardo e Grande, embora desbravada no século XVI, foi povoada somente a partir das descobertas das minas de Goiás por Ananhaguera II no início do século XVIII. Com a abertura das estradas de Goiás em 1722 e do Desemboque algumas décadas após, foram se formando vários pousos que se constituíram nos primeiros núcleos povoadores desta região. Um pequeno fluxo populacional das últimas décadas do século XVIII permite a formação do povoado disperso, que ficou conhecido como Bairro das Canoas, abrangendo os pousos: das Covas,

Alto e Alegre, além de outras paragens. Covas foi pouso eminente de comerciantes e transportadores de sal, além de servir de arraial temporário da região. Em função do crescente número de moradores dispersos, foi ali criada uma Companhia de Ordenanças e nomeado Capitão, a pessoa de Manoel Almeida em 1791. Pertencia à freguesia de Caconde e ao Município de Mogi Mirim. (Franca, 2017, online)

Como é nítido, a formação da cidade se deu através da ampliação do território brasileiro em direção ao oeste, adentrando o interior. Ainda como passagem e pousos, a região foi sendo desmatada gradativamente, para o estabelecimento de uma população residente. Nesse período, pela proximidade com Minas Gerais, a região francana se tornou destino pela busca de ouro e outros minérios.

Localizado no nordeste paulista, num canto especial do estado que faz margem e divisa com o Sul de Minas Gerais, Franca nasceu predestinada a desempenhar um papel importante na história regional. No início do século XVIII, a “Estrada dos Goiaes” passou então a ligar a cidade de São Paulo às minas de ouro de Goiás. Ao longo desse trajeto de bandeirantes, comerciantes e tropeiros em busca da pedra preciosa, foram formados vários pontos de descanso, popular e historicamente conhecidos como “pousos”. Um deles começou em Franca, chamado pelos bandeirantes de “Pouso dos Bagres”. Cerca de um século depois, já com uma capela e algum desenvolvimento no local, os pioneiros de Franca reivindicaram ao governo geral do Brasil a criação de uma freguesia, desvinculando-se da Vila de Mogi Mirim e abrangendo as regiões de Batatais, Igarapava e Guaira. Após inúmeros desdobramentos, eis que em 28 de novembro de 1824 é instalada a Vila Franca Del Rey. (Franca, 2024, online)

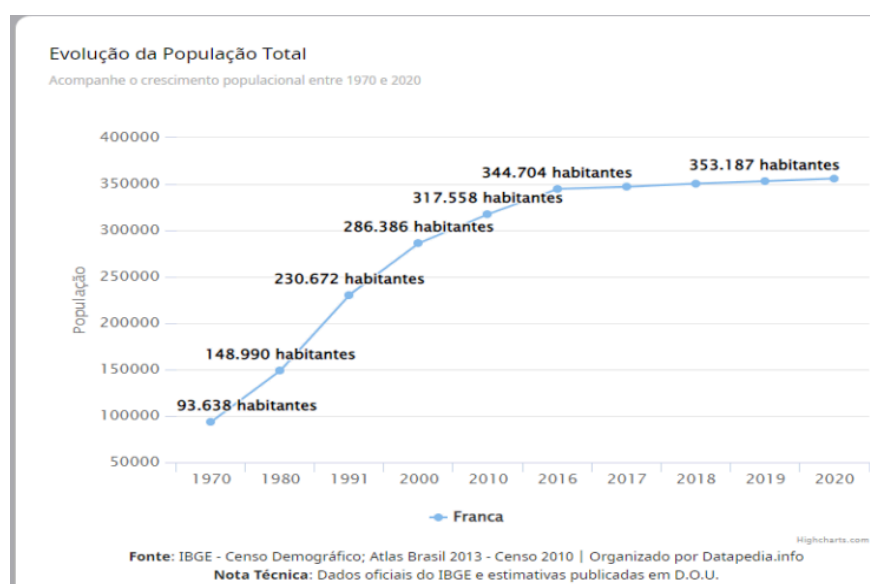
A partir do séc. XIX, o fluxo populacional aumenta, com pessoas vindo do Sul de Minas Gerais e goianos do “Sertão da Farinha Podre” (futuro Triângulo Mineiro). A principal atividade econômica era a agricultura (café) e a pecuária (gado). Esse fluxo se intensificou com a decadência da mineração no Estado vizinho, com o esgotamento do ouro de aluvião dos córregos, o que levou essa população da Capitania de Minas Gerais para outra atividade, no trabalho com a terra. (Franca, 2017)

A partir disso, Franca-SP passa a ter seu núcleo urbano em “forma de tabuleiro de xadrez, ao redor da igreja. As casas, no princípio, eram destinadas para receber seus moradores apenas nos domingos e feriados, uma vez que a população ainda era majoritariamente rural e vivia nas fazendas, lidando com gado e as lavouras (Franca, 2017). A região onde Franca se situava era vasta, pouco povoada, com pequenas propriedades e sua produção era principalmente para a subsistência e, eventualmente, para o mercado local (Silva, 2007). O desenvolvimento da agricultura cafeeira intensificou o crescimento urbano:

Dentre as transformações decorrentes da inserção de Franca no complexo cafeeiro destaca-se o gradativo surgimento da cafeicultura de exportação; o incremento da agricultura de alimentos; a significativa migração européia, na maior parte destinada ao trabalho na lavoura; a mercantilização do solo; com destaque para a venda de terras da Igreja; a intensificação do crescimento urbano e a constituição de um mercado consumidor local mais amplo. Em síntese, a inserção de Franca no complexo cafeeiro fez com que se generalizassem as relações de caráter capitalista. (Rezende, 2006, p. 30-31)

A evolução da população foi significativa entre os anos 1970 e 2010, quando o crescimento começa a se estabilizar na casa dos 300 mil habitantes, conforme gráfico a seguir:

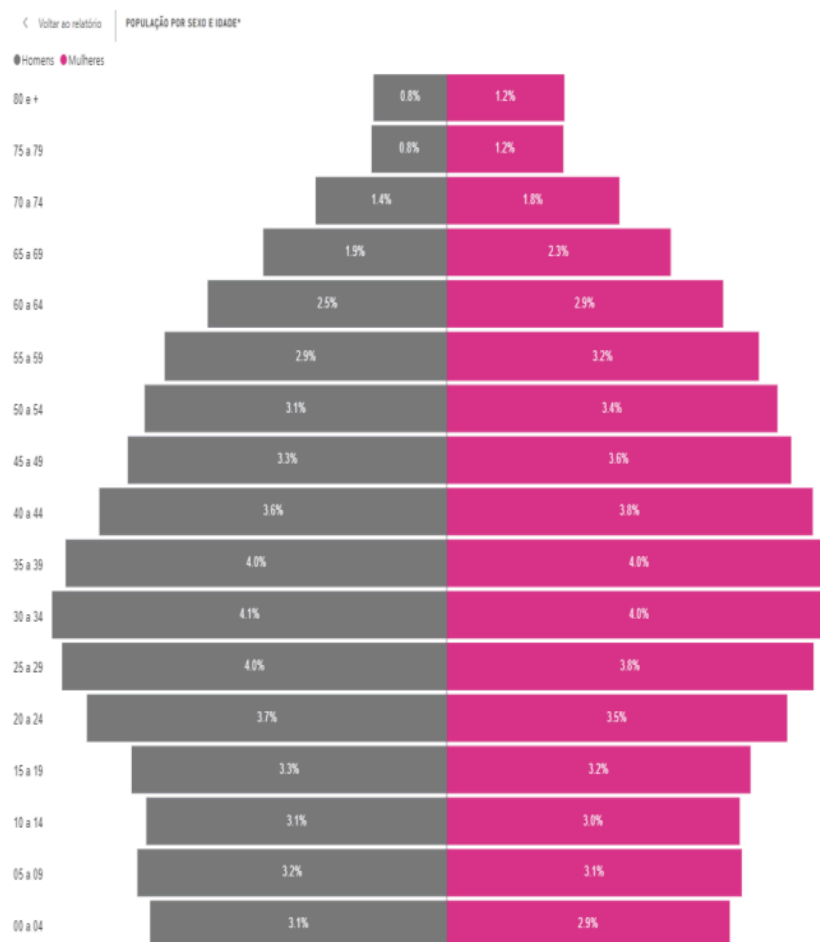
Gráfico 1 - Evolução da População Total de Franca-SP



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010. (IBGE, 2010)

Acompanhando o mesmo processo de envelhecimento da população nacional, Franca tem a seguinte pirâmide etária, iniciando sua inversão:

Gráfico 2 - Pirâmide etária por sexo - População de Franca-SP



FONTE: Fundação SEADE, 2020.

Assim, observa-se uma população majoritariamente em idade laboral, dos 18 aos 59 anos, com uma proporção equiparada entre homens e mulheres.

O acesso à moradia já demonstrava aspectos de desigualdade desde as origens do centro urbano de Franca-SP, com um número elevado de casas habitadas por aluguel ou outras condições:

A cidade de Franca tinha no ano de 1950, 10.292 domicílios. No entanto, [...] do total de domicílios existentes na cidade, 4.221 estavam concentrados na região urbana de Franca, ou seja, aproximadamente 41 por cento. Deste total de domicílios urbanos, 2.012 encontravam-se alugados (47,66 por cento dos domicílios urbanos), 1998 eram habitados por seus proprietários (47,33 por cento) e 211 encontravam-se classificados como “em outras condições” (5,01 por cento): portanto o número de domicílios alugados na região urbana era ligeiramente superior aos domicílios próprios. (Silva, 2007, p. 89)

O crescimento populacional está diretamente ligado ao desenvolvimento das atividades econômicas de Franca-SP. A grande quantidade de gado, na época, proporcionou uma oferta significativa de couro como matéria prima. Assim, o trabalho com esse material se desenvolveu, primeiro nas oficinas, depois, na indústria de calçados. A partir do séc. XX, com a força da agricultura do café, a cidade se desenvolveu e virou rota da Cia. Mogiana, com a linha férrea para escoar a produção e como meio de transporte. Assim, Franca-SP se integra ao papel do Brasil como país agro-exportador. Essa estrutura do café permite o desenvolvimento do centro urbano e a industrialização. As pequenas oficinas vão se fundindo e desenvolvendo as técnicas de produção com couro. Surge assim, um pólo industrial calçadista (Oliveira, 1997).

O calçado segue em evolução como atividade econômica industrial principal do município. Sua crescente surge na década de 1940 e segue até meados de 1990, onde a reestruturação produtiva inicia o processo de queda nos empregos da indústria calçadista, realizando experiências do “modelo japonês”, organizando a produção e o processo de trabalho (Navarro, 2017). Os anos 2000 trazem um aumento na produção, que vai sofrer quedas importantes no decorrer das décadas seguintes, com a transferência de indústrias para outros estados (em especial, do nordeste brasileiro) e a concorrência com outros países (em especial, a China) (Alves, 2022).

As principais mudanças observadas no interior das fábricas foram a redução de postos de trabalho, principalmente daqueles relacionados a tarefas auxiliares nas diversas seções das fábricas; a utilização do trabalho em grupo ou células de produção que, através do reagrupamento de tarefas antes realizadas individualmente, deu origem ao trabalhador polivalente ou multifuncional, à rotação de tarefas, mudanças essas que foram apresentadas como estratégias modernas de se adequar a produção a nova lógica capitalista mas que, para o trabalhador representaram apenas sobrecarga, superposição de tarefas, que passaram a coexistir com maior intensificação e controle do trabalho. (Navarro, 2017, p.340)

É importante destacar que a indústria calçadista foi historicamente subsidiada pelo trabalho informal nas bancas de pesponto, na rotina familiar, no trabalho remunerado por peça, no trabalho infantil, dentre outras ações que mantinham esses modelos atuais e arcaicos convivendo no mesmo período.

O processo de modernização semelhante ocorre na agricultura. Franca-SP vai substituindo aos poucos parte da produção de café e passa ao cultivo de cana-de-açúcar. O desenvolvimento das tecnologias da agricultura e as regulamentações estatais (Alves, 2017) vão provocando queda na demanda por mão de obra e empregando alguns(as) trabalhadores(as) que se especializaram em algumas atividades. O desemprego, que era crescente na indústria, também é crescente na atividade rural.

Nessa agricultura modernizada, a necessidade de força de trabalho passa a estar subordinada apenas ao ciclo de produção agrícola e agropecuário dos produtos aí produzidos. O trabalhador rural não mais precisa morar na propriedade, ele deve estar disponível para a realização das atividades agrícolas necessárias, determinadas pelo ciclo de produção agropecuário, mas morando fora da propriedade. A quantidade de trabalhadores agora ocupados será determinada pelo nível de tecnificação (quimificação ou motomecanização) dessas propriedades e pela etapa do ciclo agropecuário de produção. Nesse ciclo, há períodos de maior demanda por força de trabalho, outros de menor demanda, e outros, ainda, de não trabalho, nos quais apenas operam as forças da natureza, praticamente sem interferência humana. (Alves, 2017, p.382)

A grande oferta de mão de obra sem emprego tensiona os salários para baixo favorecendo a informalidade, como já observado neste capítulo. Em Franca, no ano de 2020, a média salarial foi de 2 salários mínimos. A taxa de ocupação foi de 27,1% e a renda per capita de 27,4% dos domicílios era inferior a meio salário mínimo (Franca, 2024).

De acordo com a Fundação SEADE (2020) no que se refere ao Emprego Formal, Franca tinha em torno de 80 mil postos de trabalho ocupados, sendo que a população economicamente ativa (18 a 59 anos – 64,8%), estava representada por aproximadamente 231 mil. Portanto, fazendo um comparativo entre o número de habitantes na referida idade e os que se encontram em emprego formal, está estimada em 150 mil pessoas podendo estas, estar entre atividades informais (subemprego) ou desempregadas, representando uma demanda em potencial para políticas públicas, dentre elas as de transferência de renda e benefícios. (Franca, 2024, p. 18)

Cabe também o debate de que a moradia, embora seja prevista como direito na Constituição Federal do Brasil, de 1988, é uma mercadoria. E para além de uma propriedade privada, a moradia é um bem de consumo, uma vez que depende do acesso à renda para sua manutenção. Pois, se para alugar ou financiar por décadas uma moradia é necessário ter uma renda, é importante destacar que ela não é uma propriedade durável para muitos trabalhadores e trabalhadoras, mas como um bem de consumo, onde se consome moradia enquanto se tem renda. Ao cessar ou

diminuir a renda, o trabalhador ou trabalhadora se resta obrigado(a) a escolher entre itens básicos como comer ou morar. Assim, a renda do trabalho (precário ou não) fica mais comprometida com a reprodução da força de trabalho. E essa tendência é inerente ao modo de produção capitalista, como afirma F. Engels: “*Numa sociedade desse tipo, a escassez de moradia não é um acaso; é uma instituição necessária, que só pode ser eliminada [...] quando a ordem social da qual ela se origina for revolucionada desde a base.*” (Engels, 2015, p. 70)

Se por um lado a renda é baixa, por outro, consumir moradia é caro. Pessoas em situação de rua tiram seu sustento em trabalhos precarizados, informais, por vezes pedindo dinheiro, por vezes recebendo doações. Numa sociedade onde a moradia é mercadoria, consumi-la com salários baixos e/ou renda que não possui garantia (sejam pelos trabalhos informais e/ou esporádicos), leva a pessoa a morar em qualquer lugar ou viver na rua.

Neste capítulo, o resgate do contexto histórico englobou, ainda que de maneira sucinta, os estágios do modo de produção capitalista, as relações entre os países centrais e os de capitalismo dependente, provocando a superexploração do trabalho, com a renda abaixo do necessário para a sobrevivência, a exportação da mais-valia, a evolução das tecnologias e o desemprego provocado, a informalidade, tanto no nível Brasileiro, quanto na realidade particular de Franca-SP. São esses pilares que subsidiam o debate do próximo capítulo sobre o fenômeno “População em Situação de Rua” e sua inserção tanto na realidade brasileira, quanto especificamente na realidade de Franca-SP.

Capítulo 2 - A População em Situação de Rua: particularidades e determinantes

2.1 A população em situação de rua no Brasil

Quem é a população em situação de rua no Brasil? Quais as determinações sociais que levaram a viver nas ruas? Qual sua identidade? Quais políticas públicas atendem? São essas as perguntas que este capítulo tende a oferecer algumas respostas possíveis, embora o tema seja inesgotável.

Quando se aborda o fenômeno população em situação de rua, é importante resgatar que essa categoria nem sempre foi abordada com essa terminologia. Tal identificação é recente e ainda não é unânime nos discursos populares que por vezes se utilizam de termos como “morador de rua”, “mendigo”, “andarilho”, “pedinte” etc. Tais nomenclaturas foram pouco a pouco sendo debatidas e abandonadas, passando a adotar atualmente a expressão “situação de rua”, seja a “população” (quando se trata do coletivo) ou a “pessoa” (quando se trata do caráter individual). Sendo assim, “População em Situação de Rua” ou “Pessoa em Situação de Rua”, com aceitação da sigla PSR (Guilherme, 2022).

Porém, o discurso em torno da PSR não é isento de ideologias e preconceitos. Costa (2009, p. 88) aponta que nos anos 1970 eram tratados como “indesejáveis”, “perigosos”, “prostitutas” e “vagabundos”. Os anos 1980 trazem termos como “anônimos”, “bêbados”, “cidadãos de rua”, “desafortunados”, “desenraizados”, “excluídos”, “exército de miseráveis”, “loucos”, “moradores de rua”, “marginais”, “mulher de sarjeta” e “rejeitados”. A partir de 1990, outras nomenclaturas definiam a PSR: “homens-barata”, “homens-rato”, “idosos e velhos de rua” (Costa, 2009), Outras expressões surgem para além dessas: “povo de rua” e as já citadas “mendigo”, “andarilho” e “pedinte”. Essas nomenclaturas estão presentes nos discursos como um “elemento das práticas sociais”, construídas socialmente. Representam maneiras de “construir / representar aspectos do mundo” (Costa, 2009). Portanto, nenhum discurso é isento ou esvaziado de um determinado contexto, se relacionando diretamente com quem o pratica, onde e quando o pratica (Guilherme, 2022).

“População em situação de rua” é a nomenclatura oficial no Brasil desde 2009, por meio do Decreto 7.053/2009, ao instituir a Política Nacional para a População em Situação de Rua (Brasil, 2009). Traz o caráter de que essa situação é transitória e não estigmatiza a pessoa como alguém que viverá sempre na rua.

Parágrafo único. Para fins deste Decreto, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (Brasil, 2009, online)

Historicamente, o preconceito contra a população em situação de rua ligado ao discurso de culpabilizar o indivíduo por seu sucesso ou fracasso, tem um objetivo explícito de manter a ordem atual e isentar o sistema capitalista da responsabilidade por produzir e se alimentar de desigualdades. Mas sua relação com esse modo de produção é direta.

Mesmo que muitas características sejam comuns, é um equívoco referir-se em alguns momentos como “a população em situação de rua é...”, pois muitas vezes ocorre-se uma generalização que não se aplica. De fato, é heterogênea, complexa, assim como todos os seres humanos o são. E, por mais óbvio que seja dizer, são seres humanos. Pessoas que reproduzem as relações sociais. Pessoas com desejos de consumo, com prazeres sociais, com angústias compartilhadas com toda a classe trabalhadora, mas também individuais e particulares. São trabalhadores e trabalhadoras. E não apenas porque a maioria exerce atividade laboral, mas por comporem uma classe. Então, já que o discurso se modifica ao longo da história e traz consigo um caráter ideológico, não seria inapropriado que fossem chamados “Trabalhadores em Situação de Rua”, dando um marcador de classe social, denunciando que a população em situação de rua sempre existiu, mas é no capitalismo que ela é causa e consequência, toma formas particulares e atinge uma classe específica: a classe trabalhadora.

Identidade que também é atribuída à população em situação de rua seria a de “vadio”, sendo pessoa sem trabalho, ociosa nos espaços públicos (Brasil, 1941). Criminalizando a vivência dessas pessoas, entra em vigor legislação punitiva para as pessoas em situação de rua. Porém, a sociedade brasileira que deixou à própria sorte os(as) ex-escravizados(as), levando-os para a situação de rua, é a mesma sociedade que cria um sistema de leis criminalizando e punindo esta situação, o que traz requintes de crueldade. Para quem acha que não havia um plano para o pós-abolição, estavam enganados, pois os fatos apresentados evidenciam justamente o contrário. O povo negro não encontrou nenhuma política protetiva ou de inserção social, mas encontrou sim, um projeto de encarceramento e extermínio

que, por muitas, vezes não matou, mas também não deixou viver, quando colocou a população negra na mira da fome, do frio, do esgotamento físico e psicológico (Santos, Sarreta, Guilherme, 2023). Não é coincidência, portanto, que aproximadamente 68% do total de pessoas em situação de rua no Brasil se declara pretos ou pardos. (OBPOPRUA, 2021)

A população em situação de rua é uma das expressões mais explícitas da exploração capitalista e demonstra de forma visível que acumular riqueza produz pauperismo.

Essa população expõe as vísceras do sistema; revela toda a crueldade da concentração de renda; expõe a insustentabilidade do capitalismo financeirizado e, por fim, revela a desumanidade e frieza da sociedade brasileira, tradicionalmente retratada pela ideologia oficial como “gentil” e “hospitaleira”. (Almeida, 2019, online)

É sempre importante destacar que a população em situação de rua não possui um censo específico, de alcance nacional, com metodologias unificadas e confiáveis. Portanto, os dados que se tem são sempre coletados de forma municipal/regional ou através de ferramentas como o Cadastro Único. E também, destaca-se que as pesquisas nem sempre são realizadas pelo próprio poder executivo, sendo às vezes iniciativas de pesquisadores independentes vinculados ou não a uma universidade.

Partindo disso, uma das fontes de dados mais relevantes é o Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua (OBPOPRUA), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), situada em Belo Horizonte-MG. O Observatório reúne e aglutina dados de fontes diferentes, tentando trazer maior fidelidade aos dados do total de Pessoas em Situação de Rua no Brasil, com a separação por Região, Estado e Município. A principal base de dados é o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). Mas cabe aqui ressaltar que ainda assim, como o CadÚnico tem um caráter de busca espontânea na procura pelo cadastramento, e sendo assim muitas pessoas em situação de rua não o acessam, podendo os números estarem abaixo da realidade.

De acordo com o mesmo Observatório, em 2021 havia aproximadamente 160 mil pessoas em situação de rua no Brasil. Cerca de 84% do sexo masculino e 16% feminino. Dessas, cerca de 1,1 mil eram adolescentes e 3,5 mil crianças (OBPOPRUA, 2021). Outras estimativas sugerem que a PSR no Brasil já ultrapassa os 220 mil. (Silveira, 2023)

Sobre a questão de trabalho fixo (formal ou informal), aproximadamente 76% não possuem emprego. Quase 10 mil pessoas declararam que sua renda vem da coleta de material reciclável. É importante destacar que pessoas em situação de rua e catadores de material reciclável não compõem necessariamente o mesmo grupo. Porém, ainda assim, 10 mil desses trabalhadores e trabalhadoras estão em situação de rua. (OBPOPRUA, 2021)

Contudo, esse número pode variar de acordo com cada cidade e região. Pegando como base Franca-SP, das 566 pessoas em situação de rua cadastradas no CadÚnico, 378 declararam ter um trabalho fixo (formal ou informal), cerca de 67%. (OBPOPRUA, 2021)

Tal fator desmente a falácia de que a solução para a saída das ruas deve se dar apenas pelo trabalho. As pessoas em situação de rua conseguem, de uma forma ou de outra, acesso à renda. Porém, de forma precária ou insuficiente, a renda não basta para o acesso à moradia, os custos de sua manutenção (energia elétrica, água, etc.), além de alimentação e outras necessidades básicas. O acesso à moradia também pode ser precário. Pessoas que têm pouca renda não acessam os melhores locais para morar. Sendo assim, morar num local muito distante de onde se extrai sua renda pode ser um fator que dificulta a permanência dessa renda já precária.

A parte da superpopulação relativa (Marx, 2013) que vivia no pauperismo (nas condições da realidade inglesa da segunda metade do século XIX e Marx chamou esse grupo de lumpemproletariado), seriam as pessoas com incapacidade de trabalho ou até disponíveis ao trabalho, mas nunca absorvidas pelo mercado de trabalho, conforme já mencionado neste texto. Propõe-se aqui a seguinte reflexão: a população em situação de rua seria um dos grupos que compõem esse lumpemproletariado? Analisando os dados sobre o trabalho da PSR, diante da heterogeneidade dessa população, não se pode resumi-la exclusivamente como lumpemproletariado. Primeiro, importante enfatizar que não é intenção desta pesquisa colocar a PSR em “caixinhas conceituais”, visto que as formas atuais do capitalismo tem importantes diferenças no período em que Marx construiu sua Teoria. Segundo, que em momentos de crises mais agudas, a classe trabalhadora é mais atingida, proporcionando que a rua passe a ser um espaço mais diversificado. Sendo assim, ainda que se pense na PSR exclusivamente dentro do lumpemproletariado, essa afirmação seria incorreta.

[..] Daí derivou uma explicação para o papel do “exército de reserva” nas cidades, ocupado em atividades informais, que para a maior parte dos teóricos era apenas consumidor de excedente ou simplesmente lumpen, e para mim fazia parte também dos expedientes de rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho urbana. O caso da autoconstrução dos mutirões passou ser explicativo do Paradoxo de que os pobres, incluindo também os operários, sobretudo os da safra industrializante dos 1950, são proprietários de suas residências - se é que se pode chamar assim o horror das favelas -, e assim reduzem o custo monetário de sua própria reprodução. (Oliveira, 2013, p.130)

Inclusive, uma porção da população em situação de rua compõe o exército industrial de reserva, visto que muitos(as) trabalham no mercado informal. Tais dados correspondem às pesquisas nos grandes centros urbanos, onde cerca de 70% da população em situação de rua trabalha em alguma atividade (Silva, 2009), ainda que a maioria informal. Sendo assim, desmistificam a ideia amplamente difundida de que as pessoas em situação de rua não trabalham, o que pode levar ao enquadramento de um grupo tão diverso num mesmo perfil. Os mesmos vão desde os que não possuem nenhuma forma de acesso à renda até os que trabalham com carteira assinada, mas não têm acesso à moradia. Para Silva (2009):

O fenômeno população em situação de rua é uma expressão incontestada das desigualdades sociais resultantes das relações sociais capitalistas, que se desenvolvem a partir do eixo capital/trabalho. E, como tal, é expressão da questão social. Na cena contemporânea, em face das mudanças no mundo do trabalho, advindas principalmente da reestruturação produtiva, o aprofundamento do desemprego e do trabalho precário consubstanciam a expansão da superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, e dessa forma, propiciam a elevação dos níveis de pobreza. (Silva, 2009, p. 27)

Alguns estariam entre a população estagnada, já que trabalham em vínculos precários, com remuneração baixa, trabalhos flexíveis e com pouco ou nenhum acesso a direitos trabalhistas. Já outros são resultado da migração campo-cidade, quando a população urbana passou a ser maior que a rural, o que seria a parcela latente do exército industrial de reserva com uma parcela das pessoas sendo de origem rural, com forte presença desse grupo também em situação de rua. Também dentre a PSR, existem as pessoas que em algum período são absorvidas, em outros, repelidas, pelo mercado de trabalho. Portanto, este seria o grupo que se enquadraria como a parcela flutuante. (Silva, 2009)

Essa discussão traz a perspectiva de que o trabalho de limpar um vidro no semáforo, ou as atividades de coleta de material reciclável, do artista que faz malabarismo, todas essas são atividades que recebem uma recompensa financeira,

mesmo que (na maioria das vezes), insuficiente para a manutenção dos custos de alimentação, moradia, transporte, lazer, saúde, dentre outros. Seriam trabalhos precários que compõem a lógica do capitalismo neoliberal de precarização do trabalho e a fragmentação da classe trabalhadora.

As pessoas que coletam material reciclável, por exemplo, poderiam ser comparadas de forma análoga e simplificada ao “uber do lixo”: mesmo que seus carrinhos sejam bem diferentes dos veículos usados pelos trabalhadores e trabalhadoras dos aplicativos, suas jornadas são tão extensas quanto (ou até maiores), e o valor pago por seu trabalho depende do quanto foi capaz de transitar pelas ruas da cidade, o dinheiro recebido não é garantido, e no dia seguinte o mesmo nem sempre terá a mesma “sorte”. Portanto, essa forma de trabalho já é comum à PSR faz tempo.

Mas, mesmo que guardem semelhanças, os fatores presentes nas duas populações (Inglaterra séc. XIX e Brasil do início do séc. XXI), podem se assemelhar parcialmente, porém não são os mesmos. Assemelham-se na sua inserção na lógica da *“Lei Geral da Acumulação Capitalista”*. Sua diferença é composta por elementos geográficos, históricos e as características particulares de cada um e/ou cada lugar. Como bem-dito por Marx (2013): “[...] como todas as outras leis, ela é modificada, em sua aplicação, por múltiplas circunstâncias”. Trazendo como exemplo disso as formas de superexploração da força de trabalho nas economias da América Latina (Marini, 2017).

E essa situação não afeta apenas a população em situação de rua, mas cada vez mais trabalhadores e trabalhadoras assalariados(as), num cenário onde o capitalismo neoliberal ataca os direitos trabalhistas, fragmenta e desorganiza a classe trabalhadora e a “legaliza” da informalidade. Ou, como dito, “o liberalismo converteu os camponeses em proletários; o neoliberalismo converte os trabalhadores assalariados em setores “informais”, ‘lumpens’, ou de trabalhadores autônomos” (Petras, 1997, p. 17).

Nesse mesmo debate, Reis (2020) reflete sobre a PSR ser a camada dos “lumpens”, trazendo a reflexão na sua dissertação de mestrado, sobre a PSR estar ocupando as diversas camadas do exército industrial de reserva e não apenas a parcela mais baixa, a do pauperismo.

A primeira coisa que pudemos perceber a partir do perfil traçado é que não era possível enquadrar esta população em bloco na categoria de lumpemproletariado. Ao estudar este conceito, um dos escopos deste trabalho, pudemos refletir melhor sobre os termos em que podemos pensar esta população. Trata-se antes de tudo de um grupo que compõe a superpopulação relativa estagnada, muitas vezes, mergulhando profundamente nas camadas mais inferiores desta, que são as da esfera do pauperismo. (Reis, 2020, p. 98)

Portanto, para melhor compreender as causas e efeitos do fenômeno População em Situação de Rua, é preciso ir além de categorizar entre “lúmpens” ou outros segmentos. A heterogeneidade dessa população trará formas complexas de existir e coexistir. São ao mesmo tempo os “lúmpens” atuais; são consequência de superexploração do trabalho, que impedem de adquirir moradia; são pessoas que sucumbem às drogas por diversos fatores; são causa de conflitos familiares, muitas vezes atreladas às dívidas ou falta de renda; são pessoas em situação de desemprego ou subemprego; são majoritariamente negros num país de passado escravocrata com quase nenhuma reparação; são marcados(as) por diversos desses fatores entrelaçados e outros mais, numa teia complexa de relações.

Os dados apontam que se trata, ao longo da história, de uma população majoritariamente masculina, negra, em idade laboral e, tendo com principais causas para a entrada em situação de rua: uso abusivo de drogas, conflitos familiares e desemprego/renda insuficiente (Silva, 2009; Oliveira, 2020; Tiengo, 2020).

2.2 População em situação de rua em FRANCA

Quem é a população em situação de rua de Franca? Para essa pergunta, existem inúmeras respostas e reflexões possíveis. O debate pode e deve atravessar suas mais diversas características, apesar de não poder se limitar a generalizações. A população francana é diversa, complexa, recheada de contradições. Não seria diferente com a parcela que vive nas ruas. Para tanto, esta pesquisa reúne dados de diversas fontes, contando com pesquisas anteriores, levantamentos inéditos e fontes públicas.

O primeiro ponto que pode ser abordado é a quantidade de pessoas em situação de rua em Franca. Esse número é sempre muito difícil de elaborar, uma vez que as diversas metodologias de coleta nem sempre retratam a realidade. Ainda assim, é importante ressaltar que a principal fonte de dados para conhecer a população de um território, o Censo Demográfico, do Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística, o IBGE, nunca contou a PSR no país. A invisibilização afeta essa população inclusive nas estatísticas.

Ressalta-se que o número de pessoas apresentadas é obtido apenas pelos registros oficiais de atendimento, não contemplando, por exemplo, pessoas que nunca acessaram ou foram alcançadas pelas políticas públicas, no caso, a política de assistência social. Uma quantidade de pessoas em situação de rua possivelmente não conhecem o Centro POP, nunca foram num dos acolhimentos, resistem em receber a abordagem social e vivem em locais remotos e de difícil acesso. Essas pessoas, infelizmente, não são conhecidas para fins estatísticos.

Partindo disso, sempre que se procura entender qual o tamanho da PSR em um determinado município, é preciso pensar em quais fontes recorrer, ciente de que o processo nunca será exato e, ainda que uns mais coerentes que outros, sempre conta com um número diferente da realidade concreta.

Nesta pesquisa, optou-se por dados oficiais, de fontes presentes na política de assistência social, além das pesquisas que apontam as estimativas para o município. Também opta-se pelos dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), uma vez que seu objetivo é unificar as fontes de cadastramento para acessar os serviços, programas, projetos e benefícios, tendo o Programa Bolsa Família, como o mais conhecido e acessado. No CadÚnico, é possível estimar um número para pessoas em situação de rua que passam pelos serviços socioassistenciais e buscam acessar alguns programas.

Por fim, é importante recorrer a pesquisas anteriores, tendo dados mais completos na de autoria de Katiscilene Oliveira (2020). Ela apresentou os dados das pessoas que utilizaram o Centro POP nos anos de 2018 e 2019, apresentando seu perfil e as determinações sociais que levaram pessoas a viver e permanecer nas ruas. A pesquisa passou a subsidiar o debate em Franca e é fonte de dados para inúmeras outras investigações de pesquisadores(as) no município e além dele.

Outra importante fonte é o Plano Municipal de Assistência Social (PMAS), elaborado em 2024 (Franca, 2024), com uma descrição dos serviços que atendem a PSR em Franca, no âmbito da Política de Assistência Social do município, além de um importante trabalho de incursão e entrevista da própria PSR que frequentam os mesmos. As unidades especializadas em atender PSR, como o Centro POP, a unidade de Acolhimento Noturno e Atendimento Dia, o serviço de acolhimento

institucional na modalidade Abrigo Provisório e o Serviço Especializado em Abordagem Social, são previstas nas suas diferentes modalidades pela Resolução CNAS 109/2009 (Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais) (Brasil, 2014).

A Prefeitura Municipal de Franca, em 2012, realizou uma pesquisa que levantou informações de que 220 pessoas se encontravam em situação de rua no município (Silva, 2023).

Já no estudo de Oliveira (2020), nos anos de 2018 e 2019, foram registradas 749 pessoas diferentes atendidas no Centro POP. De acordo com os dados do Cadastro Único, em janeiro de 2025, estavam inscritas 841 pessoas em situação de rua em Franca-SP. Portanto, como já mencionado, não há um número oficial da PSR no município, deixando as estimativas sempre aquém do contingente real. Além disso, é importante reforçar que parte da PSR, por não ter uma residência fixa, migra, fazendo esse número sempre estar em movimento.

Exemplo disso são os dados do PMAS (Franca, 2024), apontando que, das 195 pessoas entrevistadas em 2023, no levantamento realizado pelos serviços de assistência social de Franca-SP, boa parte era migrante (originando-se de outras cidades), mas a maioria já residia em Franca-SP há mais de 5 anos:

Migrantes e itinerantes representavam juntos 54,9% da população em situação de rua no município, enquanto os munícipes compunham os restantes 45,1%. Dentro desse grupo de migrantes e itinerantes, 61,3% moravam em Franca há mais de 5 anos, enquanto os demais chegaram nos últimos 5 anos, provenientes de diversas localidades pelo país, como Aparecida de Goiânia/GO, Distrito Federal/DF, São Paulo/SP, Passos/MG, entre outros. Considerando a soma das pessoas nascidas em Franca e as pessoas que viviam na cidade há mais de 05 anos, observou-se que a grande maioria eram de francanos em situação de rua, com um índice menor de pessoas que migraram de outras cidades. (Franca, 2024, p. 70)

Na mesma direção, seguem os dados obtidos por Oliveira (2020):

No que se refere à origem, [...] 539 pessoas (72%) vivem em Franca-SP, 206 pessoas (27%) são de outros municípios e são considerados migrantes e ou itinerantes e 4 pessoas (0,93%) não informaram a origem. Os dados que tivemos acesso para este item sobre a origem, também apontaram que a maior incidência de origem das pessoas, são de cidades nos Estados de São Paulo-SP (66%), Minas Gerais-MG (16%) e (3%) representando o Paraná-PR. (Oliveira, 2020, p. 87)

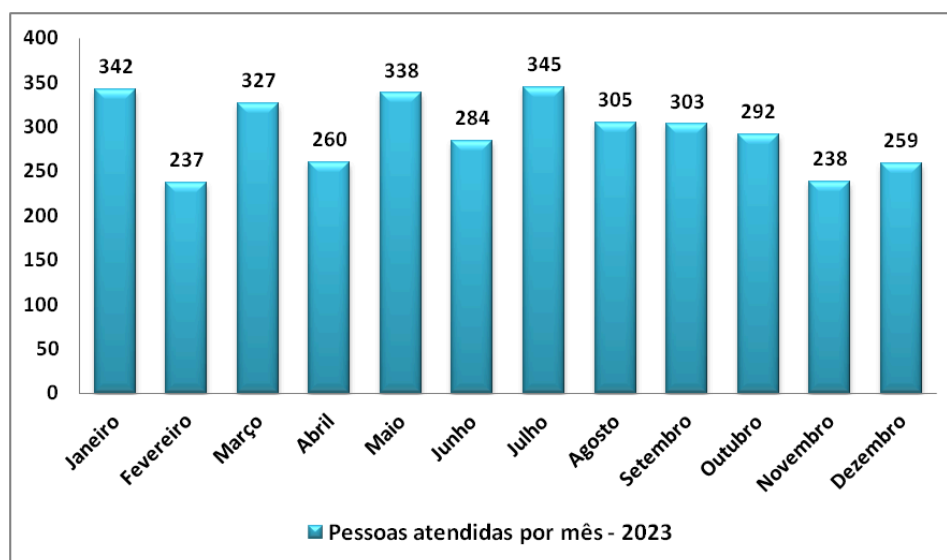
Portanto, é fato que a PSR em Franca-SP seja composta por pessoas francanas, seja de nascimento, seja de moradia por mais de 5 anos. A população migrante e itinerante, que ainda segue esse fluxo de migração, é, em ambas as pesquisas, a minoria.

Para um melhor levantamento de dados, adota-se a concepção de que em Franca, para fins da política de assistência social, a pessoa em situação de rua deixa de ser considerada “Migrante” quando vivem há mais de um ano no município. Antes disso, a pessoa tem acesso um pouco mais restrito aos programas oferecidos.

São pessoas naturais – ou então consideradas – do município de Franca, sendo que a Assistência Social e os equipamentos deste município que atendem essa população consideram uma pessoa natural de Franca, aquelas que nasceram na cidade ou que se fixaram há um ano ou mais. E outras advindas de cidades da região e de diversos Estados e regiões do Brasil. Essas são pessoas que normalmente transitam entre cidades, considerados migrantes pelos equipamentos que atuam com essa população, que migram de cidade em busca de melhorias financeiras e qualidade de vida, tendo em vista se estabelecerem ou não em determinados municípios. (Dutra, 2024, p. 36)

Por esse viés, no ano de 2023, foram atendidas 2.816 pessoas em situação de rua na política de assistência social, nos diversos equipamentos. É impossível saber, através das fontes citadas, quantas dessas pessoas permanecem em Franca ou só passaram pelo município. Portanto, o valor foi definido como o total de pessoas em situação de rua que viveram na cidade em todo o ano de 2023, ainda que por um período curto. Mensalmente, os atendimentos no Centro POP foram os seguintes:

Gráfico 3 - Pessoas atendidas por mês no Centro POP em 2023.



Fonte: Franca, 2024.

Já sobre o atendimento específico do Centro POP em 2023, foram atendidas 1.212 pessoas em situação de rua. Totalizou-se 7.568 atendimentos particularizados com essas pessoas. (Franca, 2024).

No aspecto de raça/etnia, os dados apresentam a seguinte composição da PSR atendida no equipamento: 688 pessoas se autodeclararam negras (pretos e pardos), representando 56,7% do total. Outras 412 se autodeclararam brancas (33,9%), 108 amarelas (9%) e 5 indígenas (0,4%). (Franca, 2024).

Esse dado vai de encontro com a pesquisa de Oliveira (2020):

Em relação a cor/raças, observamos que das 749 pessoas cadastradas, 07 se declararam como amarelas (1%), 255 se declararam como brancas (34%), 125 como negras (17%), 240 como pardas (32%) e 122 (16%) não declararam. Assim, considerando o somatório de negros e pardos alcance-se a maioria, em um total de 49%. (Oliveira, 2020, p. 85)

Por fim, seguem os dados presentes na incursão do PMAS (Franca, 2024) que entrevistou 195 pessoas em situação de rua em 2023: “Em relação à cor/raça, os pardos representavam 46,2%, seguidos pelos brancos com 33,3% e pretos com 19%. Juntos, pretos e pardos totalizaram quase 60% da população em situação de rua, dados semelhantes à realidade nacional.” (Franca, 2024, p.70)

Quando esses números são comparados à população total de Franca-SP, observa-se a discrepância: das 352.536 pessoas recenseadas em 2022, 63% se autodeclararam brancas, 28% pardas, 8% pretas, e amarelas e indígenas somaram 1%. (IBGE, 2022)

Tal diferença entre a proporção de uma população total majoritariamente branca escancara os dados percebidos: a PSR tem maioria negra, possivelmente produto de um período escravista mal reparado, com poucas políticas públicas de inclusão, numa participação ativa do estado para o embranquecimento da população nos últimos séculos (Santos, Oliveira e Guilherme, 2023). Além disso, o fato de a renda da população negra ser, em média, inferior à da população branca também implica no menor acesso à aquisição ou consumo de moradia. Outro fator já discutido é o fato da população negra no Brasil estar numa posição de “sobra da sobra” (Pereira, Sampaio, 2018, p. 439), em relação à “população sobrança” (Iamamoto, 2019), no chamado exército industrial de reserva (Marx, 2013). Num contexto de superexploração do trabalho (Marini, 2017), a população negra é, geralmente, a que tem a menor média de rendimentos.

Quando se trata sobre sexo/gênero, a população em situação de rua é majoritariamente masculina também no município de Franca-SP. Das 1.212 pessoas atendidas no Centro POP em 2023, “997 foram do sexo masculino e 234 do

sexo feminino, apontando uma predominância de homens em situação de rua.” (Franca, 2024, p. 108). Ou seja, 82,2% do sexo masculino e 17,8% feminino.

Na mesma direção, das 195 pessoas em situação de rua entrevistadas nos serviços para a PSR, “a maioria das pessoas em situação de rua era do sexo masculino, representando 75,9%, enquanto o sexo feminino compreendia 23,1% da amostra” (Franca, 2024, p. 69)

Ainda dentro desse contexto, a pesquisa de Oliveira (2020) aponta quem em 2021, “658 pessoas ou 88% dos usuários do Centro Pop são do sexo masculino e 91 pessoas ou 12% são do sexo feminino.” (Oliveira, 2020, p. 83)

Sendo assim, essa proporção de mais homens em situação de rua está em consonância com o observado no restante do país (Silva, 2009). O debate sobre as causas ainda segue presente nas pesquisas sobre a PSR. Dentre as possibilidades para essa diferença enorme seriam: 1. a figura do homem provedor, construída socialmente numa sociedade patriarcal, onde uma pessoa do sexo masculino em “idade laboral” ou “saudável”, deve ser o responsável pela manutenção da sua subsistência e de sua família. Assim, tal posição historicamente coloca o homem numa posição de poder em relação à mulher, dentro dessa sociedade; 2. a figura do orgulho masculino. Tal fator está diretamente relacionado ao primeiro: quando o homem fracassa nesse papel de provedor, tem vergonha de pedir ajuda, cai em sofrimento psíquico, abrindo as portas para uso abusivo de drogas e, em muitos casos, a situação de rua; 3. as mulheres, nessa sociedade, são ensinadas desde cedo sobre o trabalho doméstico e os cuidados (não remunerados), sendo destinadas ao lar; 4. As ruas são um lugar perigoso para as mulheres em situação de rua, uma vez que são colocadas para além dos riscos já presentes para toda a PSR. Num ambiente de maioria masculina, a violência sexual é presente, vitimizando boa parte das mesmas. (Guilherme et al, 2024)

Ou melhor exemplificando:

O machismo e o patriarcado se reproduzem nas ruas com marcas ainda mais intensas: “ser mulher de rua” significa estar exposta a todo tipo de preconceito social que afeta cotidianamente mulheres (trabalho, subalternidade social, um falso sentido de “fragilidade”, o peso da responsabilidade do lar, entre outros estigmas), mas com o agravante de que a rua as expõem a simultâneos processos violentos, forte discriminação social e culpabilização, por serem “de rua”, carregarem os filhos (as) juntos (as) e serem “incapazes” de manterem o lar unido e o modelo de família tradicional socialmente aceito. Os desdobramentos no âmbito da saúde mental são inúmeros, com altíssimo grau de violência

psicológica, física, sexual, patrimonial e moral (ou, frequentemente, todas elas juntas). (Guilherme et al, 2024, p. 422)

Assim, o contexto das ruas para a mulher em situação de rua traz particularidades importantes de se mencionar neste texto. A relação entre as que sobrevivem nas ruas podem levar a estratégias de sobrevivência complexas que vão desde a prostituição até o relacionamento com um homem que ao mesmo tempo que a “protege”, a violenta, assumindo o papel de protetor e algoz (Tiengo, 2020; Guilherme et al, 2024; Oliveira, Reis e Pedroso, 2019).

Sobre a faixa etária, a PSR atendida no Centro POP em todo o ano de 2023 apresentava uma maioria de pessoa com idade entre 18 a 59 anos, somando 1.151, ou seja, 95% do total (Franca, 2024). O mesmo foi observado na incursão com a PSR atendida nos serviços socioassistenciais, onde “a faixa etária mais comum entre a população em situação de rua era de 40 a 49 anos, representando 32,5% do total. Além disso, entre 30 e 59 anos, concentravam-se 75% dos entrevistados.” (Franca, 2024, p. 69)

(...) referente a faixa etária, aponta que do total de 749 pessoas, 25 pessoas (3%) são os mais jovens, possuem entre 17 e 21 anos, por outro lado os mais velhos representam 4 pessoas (1%) que têm 62 anos ou mais. Percebe-se que a faixa etária predominante está entre os 27 e 46 anos totalizando 542 pessoas ou 72,3%, ou seja, em idade reprodutiva e laboral. (Oliveira, 2020, p. 84)

De acordo com Katicilene Oliveira (2020), as principais determinações que levam pessoas a irem/permanecerem em situação de rua seriam: desemprego; conflitos familiares; uso abusivo de álcool e outras drogas. Uma determinação pode levar à outra e acontecerem simultaneamente. Na mesma direção, estão os dados levantados no PMAS (Franca, 2024):

Com diferentes trajetórias e histórias de vida, a heterogeneidade da população em situação de rua compartilhava motivos comuns que os levaram às ruas, como dependência química e desavenças familiares, citados por cerca de 50% dos entrevistados como principais motivadores. O desemprego, perda de familiar, falta de habitação e saída do sistema prisional também foram mencionados. (Franca, 2024, p. 72)

Esses fatores são também presentes no cenário nacional (Silva, 2009), sendo apontados como as principais causas que levam a pessoa para a situação de rua, ou o processo de rualização (Tiengo, 2020).

Sobre o uso abusivo de drogas, é possível observar que em Franca-SP, 86% das pessoas em situação de rua que foram pesquisadas de 2018 a 2020 afirmam usar algum tipo de droga (lícita, ilícita ou ambas) (Oliveira, 2020). No Brasil, quase

cinco mil possuem um transtorno mental diagnosticado e registrado no CadÚnico. (OBPOPRUA, 2021). Portanto, é imprescindível que existam políticas públicas de saúde mental que atuem tanto na prevenção, quanto no atendimento a pessoas em situação de rua.

Em relação à dependência química, apenas 28% negaram fazer uso de substâncias. Quase 70% relataram o uso de drogas, álcool ou ambas. Dentre esses, 60% já passaram por tratamento para a dependência, pelo menos uma vez, em instituições como o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), clínicas de reabilitação ou comunidades terapêuticas. (Franca, 2024, p. 72)

Outra causa mencionada é a de que conflitos familiares podem levar pessoas para viver nas ruas. Como aponta o PMAS (Franca, 2024),

Em relação aos vínculos familiares, quase 70% dos entrevistados tinham familiares no município, como irmãos, pais, mães e filhos, e 75% desses mantinham contato semanal ou mensal. Entretanto, esses laços familiares muitas vezes tornaram-se fragilizados devido ao uso abusivo de álcool ou drogas. O restante, correspondendo a 30%, encontravam-se com vínculos rompidos ou não possuíam familiares no município, e conseqüentemente, não mantinham nenhum contato familiar. (Franca, 2024, p. 72)

Os dados correspondem ao observado por Oliveira (2020), quando 29,1% das 749 pessoas em situação de rua daquela pesquisa alegaram estar nas ruas por conflitos familiares. O que vai ao encontro com os dados do Brasil (Silva, 2009).

Referente ao trabalho ou acesso à renda, há um grande número de pessoas sem acesso à renda formal, sendo 78% do total da PSR em Franca-SP.

Considerando este resultado, o qual 78% das pessoas em situação de rua na cidade de Franca-SP não possui renda [formal], reforça que as relações com o trabalho estão marcadas pelo emprego precário ou desemprego prolongado. Dentre os dados coletados, destacam-se que as pessoas em situação de rua tiveram atividades ligadas aos seguintes setores: calçadista, construção civil, alimentício, vendas e maquinários (Oliveira, 2020, p.92).

Tais dados correspondem com dados de pesquisas nos grandes centros urbanos, onde cerca de 70% da população em situação de rua trabalha em alguma atividade (Silva, 2009), ainda que a maioria informal. Sendo assim, desmistificam a ideia amplamente difundida de que as pessoas em situação de rua não trabalham, o que pode levar ao enquadramento de um grupo tão diverso num mesmo perfil. Os mesmos vão desde os que não possuem nenhuma forma de acesso à renda até os que trabalham com carteira assinada, mas não têm acesso à moradia.

Também no PMAS (Franca, 2024) é possível observar os dados de trabalho e renda:

Quase 90% dos entrevistados estavam cadastrados no Cadastro Único, e 75% deles recebiam algum tipo de renda proveniente de benefícios previdenciários, assistenciais ou de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família sendo o mais utilizado. Quanto ao tipo de trabalho, quase 70% disseram estar desempregados, enquanto o restante realizava atividades informais, eventuais ou atuavam como autônomos. (Franca, 2024, p. 72)

O debate sobre trabalho e renda da PSR também é realizado por Reis (2019), onde a mesma aponta que grande parte das pessoas em situação de rua trabalham, sendo que “70% exercem alguma atividade remunerada, portanto são trabalhadores (são catadores, flanelinhas, etc.)” (Reis, 2020, p. 59).

Portanto, é falacioso afirmar que a PSR não é composta por trabalhadores(as), uma vez que muitos exercem atividade laboral, ainda que informal e precarizada, como já apontado nesta pesquisa. Mas outro fator que leva ao desemprego como causa para a realização (Tiengo, 2020) também é apontado na pesquisa de Reis (2020):

58,6% declararam ter profissão e chama atenção ainda o fato de que quase um terço destes profissionais (27%) serem oriundos da construção civil, área por excelência de absorção de mão de obra pouco qualificada, pouco escolarizada e mal remunerada. Para finalizar a análise do nosso quadro, somente uma parte muito pequena (15%) é que afirmaram ter na mendicância sua principal fonte de renda. (Reis, 2020, p. 59)

Assim, o desemprego, o trabalho informal e precarizado, além de salários baixos são marcas presentes nas determinações que levam as pessoas para a situação de rua.

2.3 O serviços que atendem a População em Situação de Rua na Vila Formosa

Depois da contextualização histórica realizada no Capítulo 1, esta pesquisa apresenta um aprofundamento na temática central. Para situar o debate sobre a PSR em Franca-SP e sua relação com o espaço em que é atendida, é importante passar pela implantação e execução das políticas de atendimento desse segmento populacional. Tal apresentação passa pelos serviços socioassistenciais oferecidos no município em consonância com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, através da Resolução 109/2009, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), regulamentando a Lei Orgânica da Assistência Social

(LOAS), a Lei Federal 8.742/93. Em especial, também estruturados sob os princípios normativos do Decreto Federal 7.053/09, que institui a Política Nacional de atendimento à população em situação de rua.

As modalidades de atendimento da PSR foram se transformando durante as décadas, passando por perspectivas caritativas até a defesa de direitos. A sociedade muda e suas normativas também. Sendo assim, é possível perceber os movimentos no atendimento da PSR no município, tendo serviços que surgiram no decorrer dos anos, até alcançar o formato atual.

Desde a década de 1950, a cidade de Franca-SP passa a ter registros da PSR no município, atendidas naquele primeiro momento por uma organização da sociedade civil (OSC), sendo o Abrigo Provisório uma opção vinculada a práticas caritativas para atendimento dessa população (Silva, 2022; Dutra, 2024 ; Oliveira, 2020).

Em Franca, a primeira instituição que passou a acolher pessoas em situação de rua, [...] foi o Albergue Noturno administrado pela Fundação Espírita Judas Iscariotes, já na década de 1950. O Abrigo Provisório é o equipamento mais antigo instalado em Franca, existindo desde a década de 1970 na mesma instalação que se encontra hoje. Atendia já naquela época pessoas em situação de rua e imigrantes, oferecendo acolhimento, alimentação, banho e orientações. (Dutra, 2024, p. 59)

2.3.1 Serviços especializados de atendimento

A continuidade desse serviço passou por diversas administrações, sendo diretamente pela Prefeitura de Franca ou por OSC's parceiras. Atualmente, a administração e execução de tal serviço ocorre pela OSC Pastoral do Menor desde 2018, contando com a modalidade de Acolhimento Institucional para 65 pessoas, na proporção de 45 vagas para a população francana na forma de Abrigo Provisório e 20 vagas na modalidade de Casa de Passagem, para pessoas ou famílias itinerantes. De acordo com o PMAS (Franca, 2024), o Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas Adultas e Famílias nas Modalidades de Abrigo Institucional e Casa de Passagem

é ofertado para pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência. Tem a finalidade de assegurar atendimento e atividades voltadas para o desenvolvimento de sociabilidades visando o fortalecimento de vínculos, oportunizando a construção de novos projetos de vida. O público-alvo deste serviço constitui-se de jovens, pessoas adultas ou grupo familiar, com ou sem crianças, que se encontram em situação de rua e desabrigo, por abandono, migração e ausência de residência ou ainda pessoas em trânsito e sem condição de autossustento. Crianças e

Adolescentes, de 0 a 18 anos incompletos, só podem ser atendidos, acompanhados dos pais ou responsáveis. (Franca, 2024, p. 133)

Essa modalidade ocorre na região nordeste de Franca, onde sempre foi sua sede. Os encaminhamentos para tal unidade são realizados pelos demais serviços socioassistenciais do município, com prioridade para os serviços especializados no atendimento da PSR. Seu funcionamento é ininterrupto, sendo 24h por dia. Nessa modalidade, deve ser ofertado dormitório, banho, alimentação, espaço seguro para guarda de pertences, segurança de convivência, dentre outros. É um local onde a PSR pode sair temporariamente das ruas, embora as pessoas acolhidas ainda sejam consideradas em situação de rua. A permanência é provisória, com uma equipe técnica que constrói um plano de acompanhamento em conjunto com a pessoa acolhida, visando atingir metas para a superação da situação de rua e/ou desligamento do serviço.

O tempo de permanência previsto é de até seis (6) meses na modalidade de Abrigo Institucional e de até 3 (três) meses em Casa de Passagem, não devendo este período ser fixo, considerando que as potencialidades e desafios de cada pessoa interferem no processo de desligamento. Até 2021, o acolhimento institucional para pessoas em situação contava com 48 vagas de Abrigo Institucional e 40 vagas em Casa de Passagem. A partir de 2022, por meio de realização de novo Chamamento Público, o Acolhimento Institucional nas modalidades de Abrigo Institucional e Casa de Passagem passou a ser executado de forma integrada, com formato diferente, atendendo a meta de 1.800 pessoas/mês, com média de 65 pessoas/dia, assim distribuídos: Unidade de Abrigo Institucional com capacidade instalada para acolher 45 pessoas; Unidade de Casa de Passagem com capacidade instalada para acolher 20 pessoas. (Franca, 2024, p. 133-134)

Sendo assim, nota-se que, apesar do largo histórico de atendimento nesse local, o formato, a quantidade de vagas e a administração foram mudando com o tempo, após os avanços das legislações e concepções.

Outro serviço socioassistencial importante que realiza atendimentos para a PSR é o Serviço de Proteção Social Especial de Abordagem Social, tendo como objetivo a busca ativa em todo o município, visando identificar possíveis situações de risco, seja por conta da violência ou as diversas violações de direitos. Tal busca ocorre nos logradouros públicos, espaços abandonados e locais de grande passagem de pessoas (Franca, 2024). Apesar de não ser um serviço exclusivo para a PSR, sua demanda maior é o atendimento desse segmento populacional, uma vez que é nas ruas que estão a maior parte dessas pessoas.

O serviço de abordagem social deve atuar nos territórios através da busca ativa, onde irá realizar atendimentos e identificar as possíveis situações de risco pessoal e/ou social nas ruas, além de promover a inserção na rede de

serviços socioassistenciais e de outras políticas públicas na perspectiva de garantia de direitos. A abordagem social é um serviço móvel, que faz parte da política de assistência social e tem como propósito também, realizar uma ponte entre as ruas e os demais serviços da rede, através de orientações e encaminhamentos. (Dutra, 2024, p. 63)

O mesmo, apesar de previsto nas normativas, só passou a ser executado de forma contínua a partir de 2021. Antes desse período, foram realizadas experiências pontuais de abordagem social, porém sem a estrutura de um serviço tipificado. Só em 2021 que o serviço de fato foi implantado, passando por remodelações nos anos seguintes, ampliando sua capacidade de atendimento e vagas para abordagens. Assim, a PSR pode ser alcançada pelas políticas dentro do arcabouço da assistência social, mesmo sem nunca acessar necessariamente um dos equipamentos públicos específicos para esse segmento populacional. A Abordagem Social representa um avanço no alcance de mais pessoas, num formato de busca ativa, levando o serviço para locais distantes da região central. A lógica é invertida e, a partir disso, pessoas foram encontradas pela Política de Assistência Social nos diversos lugares do município (Franca, 2024).

Em 2021, quando o serviço foi implantado, o atendimento era realizado de segunda a sexta-feira, das 7h às 17h. A partir de 2022, atendendo uma demanda da população e dos serviços, foi realizado novo chamamento possibilitando triplicar a capacidade de atendimento de 50 para 150, ampliar a equipe e estender o horário de atendimento de segunda à sexta-feira, das 7h às 20h e aos sábados das 8 às 14h. Diante desses arranjos houve investimento gradativo para garantir a execução do serviço, o qual é exclusivamente financiado com recursos próprios [municipais]. (Franca, 2024, p. 124)

Portanto, é possível observar um movimento no sentido de alcançar a população que não acessava os serviços socioassistenciais no município.

2.3.2 Espaço Dignidade: entre idas e vindas

O Centro Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro POP) é um equipamento público, dentro do arcabouço da Política de Assistência Social, regulamentado pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução 109 do CNAS, 2009). É a unidade estatal responsável por executar o Serviço Especializado para a População em Situação de Rua.

Em Franca-SP, o serviço foi implantado no dia 11 de setembro de 2013, com o Centro POP atuando em imóvel alugado pela Prefeitura Municipal, na região central do município. Sua primeira sede contava com espaço amplo, em avenida de grande circulação da cidade (Av. Hélio Palermo), sendo executado pelo poder público, com recursos próprios e equipe contratada diretamente pela municipalidade (Oliveira, 2020).

Com relação aos recursos financeiros, o Centro POP recebe cofinanciamento Estadual e Federal para execução do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua sendo complementado com recursos próprios, especialmente no pagamento das equipes que atuam na Unidade, além de despesas com o prédio que é próprio, água, luz, telefone, internet, entre outros gastos de manutenção em geral. (Franca, 2024, p.109)

Katiscilene Oliveira (2020) é a principal importante fonte que contextualizou a implantação do Centro POP. Sua rica pesquisa traz que, no ano de inauguração, a equipe da unidade estava composta por 16 profissionais, sendo: uma coordenadora, duas psicólogas, quatro assistentes sociais, um profissional do direito (advogado), um motorista, três estagiárias administrativas e quatro profissionais de serviços gerais (ajudantes gerais), com a capacidade de atendimento de cerca de 300 pessoas em situação de rua por mês (Oliveira, 2020).

Nesse primeiro momento, o Centro POP enfrentou duras críticas da vizinhança sobre sua implantação:

No início do serviço do Centro Pop tudo era novo para a equipe, que planejou e organizou a acolhida e o atendimento das pessoas em situação de rua, em um local sem acessibilidade e de difícil adequações, porém o desafio maior era encontrar estratégias de enfrentamento para as falsas calúnias e críticas que não cessaram mesmo antes da inauguração. Os meios de comunicação como rádio, televisão e principalmente o jornal, publicavam reportagens preconceituosas e ofensivas sobre o serviço. (Oliveira, 2020, p. 73)

Desde seu surgimento, o Centro POP enfrentou diversas situações de enfrentamento, críticas, oposição e a constante necessidade de reafirmar sua importância. Os relatos de Oliveira (2020) trazem uma densidade para essa análise, resgatando os anos em que ocorreram as diversas situações que complicaram a atuação do serviço. Como destaque, esta pesquisa traz o fato de em 2016 o Centro POP ser uma pauta importante das eleições municipais. As promessas de fechamento e as críticas durante a campanha eleitoral fez com que a equipe adotasse a estratégia de diálogo com vereadores(as) eleitos(as), representantes do Ministério Público, da Defensoria Pública, de órgãos públicos e também lideranças

comunitárias de Franca-SP. Tal reunião foi importante para demonstrar a importância e a necessidade do Centro POP, buscando superar os preconceitos enfrentados (Oliveira, 2020). Em 2018, ocorreu a suspensão na oferta de alimentos no Centro POP, sob a justificativa de baixos recursos disponíveis pelo poder público municipal. Sendo assim, a unidade se aliou com organizações de Franca-SP e a PSR para manifestar a indignação. Apesar das manifestações, a oferta de marmitas ficou suspensa por seis meses, até 2019 (Oliveira, 2020). Em 2020, ano que a pesquisa foi apresentada, a equipe do Centro POP já havia passado por inúmeras configurações, por conta da troca constante de profissionais diante da pressão diária do trabalho executado. A equipe passou a ser composta por “01 coordenadora, 02 assistentes sociais, 02 psicólogas, 01 escriturária, 01 motorista, 03 ajudantes gerais um deles readaptado,” sendo esses concursados, além de “03 estagiários administrativos, 03 prestadores de serviço para oficinas socioeducativas e 02 seguranças terceirizados.” (Oliveira, 2020, p. 78)

Como é possível perceber, a rotatividade de profissionais e a pressão da comunidade levou o Centro POP a enfrentar situações importantes, afetando sua capacidade de atendimento e diminuição da equipe, além da terceirização.

No ano de 2020, com a pandemia da COVID-19, o Centro POP enfrenta seu maior desafio: a mudança da sede. O local que abrigou por mais de seis anos o serviço foi desocupado pela gestão municipal da época. A equipe, em 18 de março de 2020, fechou as portas, sob a ameaça da pandemia. Visando um atendimento em área aberta, “seguindo as determinações do decreto da Prefeitura de Franca, os atendimentos e o serviço do Centro POP foi, no dia 25 de março de 2020, reorganizado para dentro da mediação do Parque Fernando Costa” (Silva, 2022, p. 96). Nesse primeiro momento, a justificativa da Pandemia da COVID-19 levou o equipamento para sua principal derrocada. O atendimento no Parque Fernando Costa era precário para a PSR e também para a equipe do Centro POP, pois a estrutura ofertada era para receber animais nas exposições de gado leiteiro e não uma política de assistência social, além de poucos banheiros e nenhuma sala para atendimento.

Enquanto a SEDAS trabalhava na procura de outro local para que o Centro Pop pudesse se instalar, a equipe reuniu esforços, cuidados e saiu à rua para entrega de marmitex, água, materiais de higiene e para limpeza básica do local onde estava (como demonstra a figura 10). A equipe seguia uma escala ininterrupta. Os trabalhadores e trabalhadoras do Centro Pop exerceram suas funções durante todas as fases da pandemia da COVID-19,

inclusive mesmo os(as) assistentes sociais exercendo o trabalho na linha de frente, a categoria não entrou no grupo prioritário da vacina. (Silva, 2022, p. 97)

Outro registro importante desse momento é de Túlio Bozo Fernandes dos Santos (2022), registrando o cenário pandêmico e o desmonte do Centro POP, mas com importante resistência da equipe que trabalhava na unidade.

As trabalhadoras, de domingo a domingo, organizaram a distribuição de marmidas por pontos da cidade em que a população em situação de rua vivia. Da janela de uma van, usando luvas, toucas e máscaras, entregavam as refeições, em um deliberado ato contra a fome. Pela Prefeitura, o serviço deveria paralisar. Inclusive, um dos pontos de distribuição das refeições era em uma praça há um quarteirão do Centro POP. Com a concentração de pessoas em situação de rua aguardando a chegada da van, a população do bairro se mobilizou, ligando diariamente à Secretaria de Ação Social, para exigir que ação de segurança alimentar não mais ocorresse próxima a suas casas. (Santos, 2022, p.123)

Dutra (2024, p. 50) aponta que “no ano de 2020, quando se iniciava a Pandemia, o serviço teve suas portas fechadas para seus usuários e, poucos meses depois, teve seu espaço fechado até para os servidores, que ficaram desalojados.” Portanto, o período representou um duro golpe contra a continuidade do Centro POP, contra os direitos da PSR e a precarização do trabalho para a equipe que atuava na unidade. Os argumentos da crise sanitária, da prevenção do contágio da COVID-19, apesar de coerentes, foram a justificativa perfeita para um projeto de desmonte que já havia sido barrado diversas vezes através da resistência organizada. Mas em 2020, as condições eram favoráveis ao fechamento do Centro POP, impedindo que o mesmo ficasse de portas abertas.

Seu funcionamento provisório no Parque Fernando Costa enfrentou resistência também da comunidade local. O parque é tombado, frequentado por pessoas com moradia na vizinhança e, naquele momento, estava sendo ocupado pelos serviços para a PSR. Tal fator, fez com que com a permanência no parque durasse um mês, entre março e abril de 2020 (Silva, 2022).

A realocação então passou para outro espaço. O ginásio de esportes no Complexo Champagnat foi a nova sede do serviço. A pesquisa de Silva (2022) relata com uma riqueza de detalhes ímpar, além de fotografias que registraram a implantação provisória. Nesse período, o Centro POP estava entre caixas, armários e mesas depositadas às pressas numa quadra esportiva. O acesso a banheiros, refeitório e demais ações era precário. Se o cenário pandêmico recomendava as

campanhas do “Fique em casa”, a PSR não possuía um lugar para ficar longe do contágio. E, piorando o cenário, a equipe do Centro POP também ficou sem sede fixa, alojados em espaço inadequado, com a unidade estando temporariamente “em situação de rua”, tal qual a população que atendia.

Ainda em 2020, o Centro POP passa por um novo desafio. A fiação do Ginásio “Demétrio Soares” - quadra 2 é roubada. A ausência de energia elétrica levou à suspensão dos serviços entre agosto e outubro daquele ano, gerando insatisfação na equipe e na PSR que, mais uma vez, organiza formas de resistência. “Isso gerou muita indignação e revolta da parte dos usuários, profissionais, Abrigo Provisório, Casa de Passagem e assistentes sociais que protestaram contra o desmonte dos serviços para a população em situação de rua”. (Silva, 2022, p. 98).

A partir de novembro, o Centro POP passa por nova mudança. O Ginásio “Demétrio Soares” quadra 1 passa a receber o atendimento. O espaço já havia sido utilizado meses antes para uma nova modalidade de acolhimento que surgia: o Acolhimento Noturno, executado na ocasião pela OSC Pastoral do Menor, através de Chamamento Público e Termo de Parceria. Assim, nesse novo espaço, o Centro POP passa a conviver com outro serviço, sendo de dia a quadra utilizada para atendimento, oferta de banho e permanência. De noite, a quadra recebia colchões para que a PSR pernoitasse.

Em 2021, com a retomada parcial de algumas atividades no período pandêmico, a quadra passa a ser utilizada também pela equipe de vôlei. O Centro POP precisou então montar e desmontar sua estrutura de atendimento todos os dias, desocupando o espaço para o treinamento esportivo.

Outra característica marcante desse período é que a sala de atendimento disponibilizada foi improvisada abaixo das arquibancadas, compartilhando o espaço de bombas d’água que ligavam para encher a caixa d’água do ginásio enquanto a PSR utilizava os banheiros para o banho. O barulho, literalmente ensurdecedor, provocou, dentre outras coisas, agravos na saúde auditiva da equipe (Silva, 2022).

Aqui cabe destacar que a movimentação para a retirada do Centro POP de área central ocorreu no final da gestão do prefeito Gilson de Souza (2017-2020). Uma das propostas era levar o Centro POP para área fora do perímetro urbano, no chamado “Centro de Humanização”, fato que gerou protestos e resistência da equipe da unidade, da PSR e de movimentos aliados (Santos, 2022)

Em meio à nova gestão do prefeito eleito em 2020, Alexandre Ferreira (2021-2024), a movimentação para uma nova sede para o Centro POP foi uma prioridade. Sendo assim, ocorreram estudos para a nova alocação em espaço central da cidade. Diante da possível instalação do Centro POP, num prédio da Prefeitura que estava desocupado, na Vila Formosa, em Franca-SP, a vizinhança prontamente se organizou para manifestar sua indignação. Fizeram protestos e diversas tentativas de barrar a inauguração. Tal movimento culminou numa pesquisa encomendada pela Prefeitura para servir como Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), conforme exigido pela lei complementar municipal 206/2012². O mesmo será mais detalhado no decorrer desta pesquisa.

Ainda no contexto histórico do Centro POP, em maio de 2021, o mesmo foi implantado no chamado Espaço Dignidade, na Vila Formosa. O espaço amplo foi dividido entre três serviços: “Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua ofertado pelo Centro POP, Serviço de Abordagem Social e Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas em Situação de Rua (na modalidade de Acolhimento Noturno)” (Franca, 2021, p.05).

O Centro POP seguiu como unidade estatal, com sua execução direta. Porém, os serviços de Abordagem Social e Acolhimento Institucional passaram a ser executados indiretamente, através de Termo de Parceria com a OSC Pastoral do Menor.

A outra modalidade presente no município para atendimento específico da PSR que surge com o “Espaço Dignidade” é o Serviço de Acolhimento Institucional Noturno e Unidade Atendimento Dia para Pessoas em Situação de Rua. Essa modalidade é uma experiência criada em Franca-SP, através de interpretações da administração pública sobre as formas de atendimento para essa população.

Este Serviço tem como objetivo o atendimento a 1.500 acolhimentos/mês, numa média de 50 pessoas/noite e o atendimento no período diurno de 2.400 pessoas/mês, sendo 80 135 pessoas/dia adultas ou grupo familiar, com ou sem crianças, que se encontram em situação de rua e desabrigo, por abandono, migração e ausência de residência ou ainda pessoas em trânsito e sem condição de autossustento. Crianças e Adolescentes, de 0 a 18 anos incompletos, só podem ser atendidos nestes serviços acompanhados dos pais e/ou responsáveis. (Franca, 2024, p. 134-135)

² [1] Que regulamenta em nível municipal o que está disposto no Estatuto da Cidade -Lei Federal nº 10.257, de 10/06/2001

A nova modalidade traz uma diferença importante em relação ao atendimento do Abrigo Provisório: a permanência na noite não implicava no risco de perder a vaga do acolhimento. Se no abrigo provisório a garantia da vaga está condicionada à permanência diária no espaço, com limite de horários para saída e retorno, já no novo serviço, a permanência se dava apenas no período noturno. No dia seguinte, a pessoa em situação de rua poderia se retirar e retornar ou não para o serviço durante a noite, sem implicar em prejuízo para o acesso. Assim, a flexibilidade permitiu uma circulação maior de pessoas, podendo optar ou não por dormir na unidade.

Essa nova modalidade de atendimento às pessoas em situação de rua tem se destacado como uma forma alternativa ao acolhimento institucional de 24 horas, que é complementar ao serviço (abrigo provisório/ Casa de Passagem) e o atendimento do Centro POP, que ocorre de segunda à sexta, pois permite uma flexibilidade na utilização do serviço, uma vez que a entrada é diária, cobrindo finais de semana e feriado e possibilita a escolha entre dormir, se alimentar e realizar outras demandas da vida cotidiana. A experiência, apesar de não ser prevista na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução 109/09 CNAS), tem se mostrado positiva e essencial no atendimento ao público. (Franca, 2024, p. 136)

Com o compartilhamento de espaço, a gestão do mesmo ficou compartilhada entre poder público e sociedade civil organizada (Pastoral do Menor). Como última etapa, o Centro POP passou a oferecer apenas atendimento dentro de salas reservadas no espaço, sendo a gestão de todo o restante responsabilidade da OSC. Assim, se antes banho, alimentação e atividades era responsabilidade do Centro POP, agora, passou a ser gerida pela Pastoral do Menor.

Em junho de 2022, Silva (2022) apontou que a equipe do Centro POP estava composta por onze profissionais sendo 01 coordenadora, 02 assistentes sociais, 02 ajudantes gerais, 01 motorista, 02 orientadores sociais e 03 prestadores de serviços para oficinais. Com ausência de psicólogos, seguranças e de informações quantitativas em relação ao número de usuárias(os) frequentadoras(es) do Centro POP, com uma diminuição significativa da equipe em relação aos anos anteriores já expostos neste capítulo.

Diante do exposto, percebe-se a precarização do trabalho, a inserção da terceirização, a fragmentação da classe trabalhadora no serviço do Centro Pop de Franca. Vê-se, principalmente, no quadro da equipe de referência do ano 2020, tendo na composição prestadores de serviços e seguranças terceirizados. E, observa-se, a redução de trabalhadores(as) nas equipes, sendo que em 2013 eram

total de 16 (dezesesseis), em 2020 total de 18 (dezoito) e em 2022 total de 11 (onze). Além da fragmentação do serviço de esfera pública com OSC.

Por qual motivo registrou-se a redução de trabalhadores(as) na equipe de referência enquanto que a PSR em Franca, em 2021, era de 504 pessoas? Uma equipe com 11 (onze) trabalhadores(as) oferta atendimentos com qualidade frente a demanda de, em média, 300 pessoas em situação de rua que acessam o serviço do Centro Pop ao mês?

[...] os desafios enfrentados pelos trabalhadores do Centro Pop são inúmeros, o aprimoramento do atendimento a esta população, a necessidade de recomposição, capacitação e fortalecimento da equipe, bem como a resistência e o conservadorismo local. Relacionados a estes desafios está o enfrentamento a discriminação e o preconceito com a população em situação de rua como mencionados, estes não são os únicos problemas enfrentados pela equipe do Centro Pop, mas certamente são os mais difíceis de enfrentar (Oliveira, 2020, p. 75).

Sendo assim, parte-se da premissa de que os(as) trabalhadores(as) não permanecem muito tempo na equipe do serviço para a PSR, observação essa que pode ser refletida a partir das experiências profissionais deste autor no período de 2020 a 2021 no Centro Pop onde ocorreu experiência de trabalhar em condições precárias, a destacar que os(as) trabalhadores(as) do Centro Pop passaram, nesse período, por 4 mudanças de locais: da casa alugada na Av. Hélio Palermo para o Parque Fernando Costa; não dando certo no parque, foram realocados para o Ginásio de esportes do complexo Champagnat - quadra 1 - que também não foi um local apropriado para atendimento, sendo então direcionados para o Ginásio de esportes - quadra 2 - com estruturas ainda mais precárias para os(as) trabalhadores(as) e para os(as) usuários(as), por fim sendo realocados no atual Espaço Dignidade.

Como Relata Silva (2023), em retorno para pesquisar o Centro Pop no Espaço Dignidade e aplicar as entrevistas da pesquisa para conclusão de curso de Serviço Social, cujo objetivo foi investigar os impactos da pandemia da COVID-19 para o Centro Pop, considerando os(as) trabalhadores(as) e os(as) usuários(as). Naquela ocasião, 24 de junho de 2022, depara-se com um ambiente hostil, sem segurança, equipe reduzida e composta por outros profissionais, somente o motorista, um ajudante de serviços gerais e uma assistente social que já aguardava sua transferência para outro setor de trabalho eram da equipe de 2020.

Destaca-se, no livro, a fala de um usuário entrevistado que retrata a realidade do Centro Pop após as reordenações de espaços: *“A mudança foi mais física, material, mas enquanto estava na casa era mais Centro Pop, com mais segurança, regras, equipe mais preparada para trabalhar com a gente, tinha engrenagem. Hoje as pessoas da equipe olha pra gente com medo. Antes tinha participação social, tinha tudo ligado à cultura. Aqui o espaço é bom, mas não tem equipe que coordena. Falta segurança”* (Silva, 2023, p. 117).

Esse cenário de precarização, como já demonstrado, não foi apenas provocado pela pandemia da COVID-19, mas exposto e agravado pela mesma.

O estado de calamidade, anunciado em março de 2020, evidenciou expressões da questão social e os direitos sociais, que há tempos vinham sendo violados e negligenciados (como o direito à moradia, à alimentação, ao saneamento básico, ao trabalho etc.) e expôs a histórica falta de acesso às condições básicas de existência. Sem dúvida, o momento presente contribui para agravos à saúde física e mental daqueles que vivenciam a situação de rua (Neves; Luzia; Liporoni, 2022 apud Neves, 2023, p.127)

Portanto, a situação apresentada retrata um contexto que afeta toda a sociedade inserida no modo de produção capitalista, não apenas a PSR, mas também toda a estrutura que atende esse segmento populacional, com suas particularidades. Na sequência, é importante adentrar no debate sobre a relação entre o “Espaço Dignidade” e o que representou tal configuração no atendimento da PSR e na equipe envolvida.

É importante, por fim, ressaltar que uma das estratégias de atendimento para a PSR tem sido implantada recentemente no município de Franca-SP, partindo da lógica não etapista que é proposta pelo housing first (*moradia primeiro*).

O grande desafio enfrentado nos processos de trabalho, envolvendo o atendimento à população em situação de rua, após as escutas e a incursão, incluindo estudos e discussões pela equipe de gestão, foi a implantação do Projeto de Enfrentamento à Pobreza “Moradia Primeiro”. Quanto aos recursos financeiros para implementação do atendimento à população em situação de rua, foram utilizados saldos em conta do recurso federal extraordinário, da Portaria 369/2020 para ampliar a capacidade de resposta do município no atendimento às famílias e aos indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social decorrente do COVID-19, observando ainda as orientações quanto a este público, considerado como prioritário naquele momento de contexto pandêmico. (Franca, 2024, p. 85-86)

Tal programa tem o propósito de inverter a lógica onde a PSR precisa primeiro estabilizar-se no acesso à renda e/ou quanto ao uso abusivo de drogas, para depois acessar uma moradia. Com o programa, a pessoa primeiro recebe apoio para

acessar uma residência, através de aluguel social. Depois, com a moradia estabelecida, passa pelo acompanhamento para acessar outras possibilidades: renda, tratamento da dependência química, segurança alimentar, etc. Porém, este programa não é o tema central desta pesquisa, merecendo uma análise aprofundada em outra oportunidade.

Capítulo 3 - A vizinhança, o Espaço Dignidade e a População em Situação de Rua

3.1 Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e a Audiência Pública

Conforme já citado na introdução desta dissertação, o EIV serviu para cumprir o estabelecido na Lei Complementar Municipal 206/2012, mediante a futura instalação do Centro POP na Vila Formosa, naquela ocasião (maio de 2021). Embora o EIV nem sempre seja realizado para a instalação de inúmeros empreendimentos do Poder Público, foi prontamente solicitado pela população vizinha do prédio em que viria a ser instalado o Centro POP. Esse documento tem registros importantes e embasa esta pesquisa de duas formas: como material fonte de dados históricos e demográficos da Vila Formosa e como fonte de dados da pesquisa de opinião dos moradores e empresários da vizinhança. Sendo assim, o Estudo foi encomendado pela Prefeitura Municipal de Franca, realizado e, por fim, apresentado em Audiência Pública, conforme preconizado no Art. 6º da referida Lei.

Porém, cabe aqui algumas análises referentes à sua realização. O EIV foi realizado pela Secretaria Municipal de Ação Social (SEDAS), e é acompanhado de “Pesquisa para compor o EIV”, onde constam as respostas de uma pesquisa de opinião realizada no bairro, feita pela empresa “KATROS CREATIO - consultoria em políticas públicas, pesquisa social e marketing político” em conjunto com a “Data Link – Pesquisa de Mercado e Opinião”.

Conforme o “Art. 4º - O Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV, será elaborado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades[...]” (Franca, 2012). Observa-se que o EIV deve se preocupar com a qualidade de vida da população da vizinhança do novo empreendimento público, neste caso, o Centro POP. Foi organizado e apresentado em Audiência Pública, no dia 12 de maio de 2021, com a participação de entidades, organizações, sociedade civil (incluindo membros da vizinhança) e representantes do poder público e da população em situação de rua.

O EIV foi organizado em duas partes:

uma contendo caracterização do empreendimento, da vizinhança, dos impactos e das medidas mitigadoras e, outra parte contendo relatório analítico sobre a instalação dos serviços para população em situação de rua na Vila Formosa. (Franca, 2021, p.04)

Na primeira parte está a primeira informação relevante: não seriam instalados apenas um, mas três serviços da política de assistência social, conforme já citado. Portanto, em sua organização, o equipamento atenderia a População em Situação de Rua (PSR) em 24h por dia, de segunda à sexta, e das 18h às 7h aos sábados e domingos.

O Estudo de Impacto de Vizinhança apresenta, também, um breve debate relevante sobre a População em Situação de Rua, bem como dados do aumento dessa população em 140% de 2012 a 2020. Cita, pontualmente, que “pessoas em situação de rua podem se caracterizar como vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes.” Oferece, na sequência, a caracterização da vizinhança, com a formação histórica do bairro, quantidade de residências e estabelecimentos comerciais, além da descrição do solo onde o bairro se constituiu.

Por fim, a primeira parte traz a pesquisa de impacto, conforme passamos a conhecer a seguir:

A pesquisa foi realizada por duas empresas especializadas, entre os dias 30/03/2021 a 05/04/2021, junto a 400 residências e 34 estabelecimentos comerciais, aleatoriamente. Assim, contou com a opinião de 434 pessoas que residem, são proprietários ou são gerentes dos estabelecimentos do bairro. De acordo com o mapeamento realizado há na Vila Formosa aproximadamente 3.000 imóveis residenciais e 131 estabelecimentos comerciais, portanto a pesquisa foi aplicada junto a 13,5% dos domicílios e 25,9% dos empreendimentos comerciais.” (Franca, 2021, p.11)

A pesquisa foi realizada na forma de entrevista estruturada, com questionário fechado, onde contou com a opinião de 434 pessoas do bairro. As únicas perguntas mais objetivas nestes aspectos foram qual a idade e o sexo do entrevistado. A partir daí, foram realizadas apenas perguntas sobre a opinião dos vizinhos, dando abertura para falas preconceituosas de diversas roupagens.

Aqui cabe a seguinte reflexão: O EIV de um serviço público que atende a População em Situação de Rua deve estar condicionado apenas à uma pesquisa de opinião? Importante ressaltar que nas entrevistas não foram consideradas questões objetivas que caracterizassem a renda, raça/etnia, dados sobre atividades econômicas, dados demográficos que trouxessem a questão de escolaridade, saúde, cultura, lazer, habitação e outras que poderiam ser relevantes para um

estudo aprofundado. Nem foi considerada de forma mais aprofundada a seguinte questão: quais as determinações sociais da Vila Formosa?

O questionário abriu portas importantes para a expressão do preconceito. Embora seja um dado relevante de ser analisado, uma vez que se concretiza diariamente na vida das pessoas, não pode ser a principal informação no EIV. Como traz o CFESS (2016, p.05), “o preconceito é expressão das relações conservadoras da sociabilidade burguesa e de seu individualismo, que, por sua vez, remete à exploração, cada vez mais bárbara, do trabalho pelo capital.”

Aqui cabe outro questionamento: não se deveria pesquisar as falas da população em situação de rua, uma vez que é a ela que se propõe a instalação do equipamento (Centro POP)? Outra pergunta: Se para participar de EIV é necessário ter residência na vizinhança do futuro equipamento, em qual EIV estariam incluídos os que não possuem um teto para morar? Vizinhança seria ter casa ou comércio como pressuposto para se dar opinião?³ Sendo assim, o EIV se torna um instrumento de exclusão já na sua metodologia. A pessoa em situação de rua já privada de inúmeros direitos, dentre eles o da habitação, passou a ser privado do direito de opinar sobre si mesmo.

No EIV, apenas duas perguntas caracterizaram a população residente na Vila Formosa: idade e sexo. A pesquisa do EIV não trouxe dados - que seriam muito relevantes - sobre raça/etnia, identidade de gênero, orientação sexual, renda, trabalho, escolaridade, consumo de álcool e outras drogas, condições de habitação, origem e tempo de residência no bairro, acesso a políticas públicas, convivência familiar e comunitária e, dentre outras possíveis características, as atividades comercial e industrial predominantes. Nas respostas do EIV, encontram-se os seguintes dados: 56,5% dos entrevistados eram do sexo feminino e 43,5% masculino, uma proporção bem próxima e equiparada com a média nacional, considerando que a margem de erro da pesquisa é de 4,6 pontos percentuais para mais ou para menos.

³ Segundo Pierre Bourdieu (1981), pesquisas de opinião são influenciadas por muitas variáveis como as condições de quem elabora as perguntas, de quem as aplica, além da capacidade de compreensão dos próprios entrevistados, suas condições objetivas alteram suas respostas e tais respostas podem variar de acordo com o momento histórico. Portanto, para o autor, A opinião pública – como algo unânime – não existe.

Outro dado apresentado no EIV foi a idade dos residentes na Vila Formosa. A maioria dos moradores possui mais de 50 anos, sendo 21,2% de 50 a 59 anos, e 33,9% com 60 anos ou mais. Poucos entrevistados possuíam menos de 20 anos de idade (1,8%), entre 20 e 29 anos eram 9,7%, entre 30 e 39 anos eram 18,2% e, por fim, entre 40 e 49 anos representam 15,2% dos(as) entrevistados(as) (FRANCA, 2021). Diante disso, fica caracterizada essa vizinhança como de mais idade, com um grande número de idosos. Porém, ressalta-se que a amostragem fez uma abordagem por domicílio, não contabilizando a quantidade de moradores de cada casa e as características de cada um. Isso pode trazer impacto nos dados.

Partindo da opinião sobre os efeitos da instalação do Centro POP na vizinhança, 74,9% avaliaram como impactos negativos, 22,8% como positivos e 2,3% não souberam opinar. Pessoas mais velhas (50 anos ou mais) foram os que mais avaliaram negativamente. Pessoas de 20 anos ou menos compõem a única faixa etária onde as avaliações positivas superaram as negativas. A que se deve essa diferença de opinião entre os mais velhos e mais novos? Qualquer resposta a esta pergunta fica limitada, visto a ausência de demais dados dessa população.

Apresentam-se entre aspas as respostas presentes no EIV e na Pesquisa de Opinião. Dentre os que avaliaram negativamente a instalação do Centro POP na vizinhança, 46,4% acreditam no “aumento dos roubos, furtos e assaltos no bairro.” Aqui se problematiza o pensamento que atribui a figura de “criminoso” à pessoa em situação de rua. 32,2% dos vizinhos que avaliaram de forma negativa disseram que temiam um “aumento no número de pedintes circulando no bairro”. Já 18% avaliaram negativamente, acreditando que traria um “aumento da sujeira e poluição visual no bairro”, com pessoas que “Defecam nas ruas” (sic), “colocam colchões em terrenos” e “jogam vasilhas de comida nas ruas” (Franca, 2021, p. 12-13)

Além do preconceito de atribuir diretamente a criminalidade à pessoa em situação de rua, ideia fortemente difundida num sistema que visa “punir os pobres” (Wacquant, 2003), aqui encontram-se traços de uma ideia higienista. Além disso, reflete a ideia de uma arquitetura hostil.⁴

⁴ Tendência que tem se intensificado em grandes centros urbanos, criando obstáculos ou dificultando o acesso a pessoas que queiram ocupar alguns espaços públicos.

Porém, cabe a reflexão: onde a população em situação de rua poderia fazer suas necessidades fisiológicas, como comer, dormir, defecar e urinar? Ao mesmo tempo em que sua vida se dá quase que exclusivamente em espaços públicos, a vizinhança não deseja que existam serviços públicos na região que garantam um mínimo de direitos, inclusive de acesso à banheiros, camas e comida quente. Soa contraditório: parte da vizinhança não deseja que eles “defequem” ou “comam” nas ruas, mas se posiciona contra a existência de um local que ofereça, dentre várias ações, um espaço para as necessidades mais básicas do ser humano.

Outras respostas que “negativaram” a instalação trazem o temor de que a população em situação de rua “causem brigas”, “desrespeitam as pessoas”, “praticam vandalismo e quebram as coisas”, “desvalorizam os imóveis”, etc. Respostas com uma carga bastante hostil.

Dentre as respostas que avaliaram positivamente a instalação do Centro POP, destacam-se os que afirmaram que “ajuda quem precisa”, “gosta de ajudar quem precisa”, sendo as respostas predominantes. Aqui apontamos outro elemento muito presente em discursos influenciados pelo neoliberalismo e a desresponsabilização do Estado: boa parte da vizinhança não enxerga os serviços para a população em situação de rua como direitos, mas sim como “ajuda”. Mesmo que avaliem positivamente, está intrínseco o preconceito na perspectiva de que são dignos de caridade, não de políticas públicas.

Visando encontrar sugestões para amenizar os impactos negativos, a pesquisa perguntou aos vizinhos o que eles acreditavam como solução. Aqui, cabe apontar novamente a realização da pesquisa - EIV - principalmente em opiniões pessoais, como se a realidade e a proposição de políticas públicas surgisse de reflexões idealistas, teleológicas e distantes de um estudo aprofundado da realidade concreta. Destaca-se que 68,8% não souberam responder. Dentre as principais respostas dos que “souberam”, encontra-se a sugestão de “mais policiamento” (13,9%), “ter regras rígidas” (5,1%), reforçando a ideia de Estado Penal. (Wacquant, 2003)

Dentre as respostas de representantes das empresas, 23,3% acreditavam que os serviços para a população em situação de rua deveriam ser em “lugar afastado”. Porém, é no espaço urbano que a população em situação de rua encontra

meios para sua sobrevivência e é no território que realizam suas ações cotidianas, suas relações sociais e o acesso a outros serviços. Diante disso, é essencial que o Centro POP esteja onde a população que usa esse serviço consiga acessá-lo. Assim está previsto nas Orientações Técnicas do antigo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, em 2011: “Geralmente essa população tende a se encontrar nas regiões centrais da cidade, sendo indicada, nestes casos, a implantação da Unidade nesta área.” (MDS, 2011, p.43-44). Portanto, um serviço para a população em situação de rua num “lugar afastado” inviabilizaria o mesmo.

Porém, outras respostas trouxeram a visão de que é no emprego que a vizinhança acredita ser a solução para a população em situação de rua. Parte-se da análise de uma das respostas da pesquisa que trazem tal perspectiva. Quando perguntados “o que poderia ser feito para reduzir os impactos negativos causados pela instalação do serviço (Centro POP)”, obteve-se a resposta: *“6,1% dar empregos, atividades para os moradores de rua (ter atividades para ocupar o tempo deles, dar emprego para eles, fazer prestarem serviço para o Centro POP, ter oficina profissionalizante);”* (Franca, 2021, p. 21). Já numa perspectiva punitivista, 2% da vizinhança defendeu que deveriam “prender eles (população em situação de rua)”, (Franca, 2021, p. 20). Nesse caso, prender seria a resposta adequada para “reduzir os impactos negativos” (Franca, 2021, p.20). Aqui está o reflexo de uma ideologia neoliberal e seu Estado Penal, criminalizando as “ovelhas desgarradas” (Iamamoto, 2019).

Para apresentar o EIV, foi realizada Audiência Pública no dia 12 de maio de 2021. Ainda no contexto da pandemia da COVID-19, a reunião foi no ambiente virtual. Após a apresentação dos impactos e da pesquisa avaliada, através da fala da Secretária de Ação Social, a palavra foi aberta. Dentre as opiniões, é possível notar uma defesa por parte de representantes de órgãos públicos:

Dr. Mário Eduardo Bernardes Spexoto, Defensor Público do Estado de São Paulo, Comarca de Franca o qual se apresentou para os demais participantes, [...] exaltou todos os envolvidos nesse trabalho, destacando a importância desse equipamento público considerando-o essencial e indispensável para a população em situação [de rua], ressaltou que é preciso que a sociedade compreenda que não existe a população francana, não existe sociedade brasileira sem esse público, que não se pode comparar quem tem residência de quem não tem. (Franca, 2021b, p. 04)

O discurso do representante da Defensoria corrobora parte da análise presente nesta pesquisa: pessoas em situação de rua são inerentes à nossa sociedade, presentes no Brasil e na realidade Francana. Não são externos ou vivem à margem da sociedade. Pelo contrário, são também a sociedade.

Disse que a pesquisa chamou atenção pois a mesma foi realizada junto àqueles que possuem residência, foi dada oportunidade às pessoas de se expressarem, então tiveram o momento de dar sua opinião, teve direito de se manifestar, enquanto a população em situação de rua não teve esse direito porque essas pessoas não foram alvo dessa pesquisa. Enfatizou que as pessoas em situação de rua muitas vezes ficam alijadas de seus direitos e de emitir sua opinião, as pessoas em situação de rua não são importantes? (Franca, 2021b, p. 04)

Ainda dentro do mesmo discurso, é importante destacar a ausência da presença da PSR na pesquisa do EIV. Tal reflexão já presente neste texto é corroborada com a fala do Defensor Público. A fala vai na mesma direção do lema amplamente difundido do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) que diz “Nada sobre nós sem nós!”. Tal frase retrata que a PSR é por muitas vezes invisibilizada, não participando ativamente das discussões que os afetam.

Óiter Marques, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, ele expôs que a população de rua no Brasil sofre várias formas de exclusão e é uma população ampla, heterogênea e caracterizada pela pobreza extrema que fica vulnerável pela falta de moradia e vínculos familiares, sendo obrigados a habitar em logradouros públicos. (Franca, 2021b, p. 04)

O discurso do presidente do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) foi na direção de destacar a heterogeneidade da PSR, característica apontada algumas vezes nesta pesquisa.

Num discurso que resgata a legalidade, um trabalhador do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) aponta motivos para defender a existência do Centro POP. Remete também que políticas higienistas estão dentro do mesmo discurso que vitimou pessoas em diversos locais ao longo da história, em especial, os campos de concentração, dentre outras políticas de apartação já passadas pela humanidade. No mesmo escopo da audiência pública, profissionais da Política de Assistência Social fizeram a defesa do equipamento, destacando que o crescimento do número de pessoas em situação de rua justificaria a demanda por uma ampliação do equipamento, destacando inclusive a necessidade de uma atuação intersetorial, para além de apenas a política de assistência social ou saúde. (Franca, 2021b)

De fato, ao retomar a rede de atendimento em Franca-SP, a política com mais serviços especializados para a PSR é a de assistência social, com os que já fora citados e seguida pela de Saúde, que consta com o Consultório na Rua (CNR) e equipamentos que atendem um grande contingente da PSR, como o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) (Silva, 2022).

Já na sequência da audiência pública, surgem falas contra o equipamento que seria implantado na Vila Formosa:

Geovana Candido, moradora da Vila Formosa que expôs que todos estão com medo dos moradores de rua, disse que é moradora a muito tempo e que eles invadem as casas. Afirmou que eles estão concentrados na avenida Hélio Palermo e quando fecharam lá se espalharam pela região. A população em situação de rua pede, bate na porta, pede dinheiro e quando se nega, agride. Porém, não é contra um sistema social até apoia, mas, tem medo deles ao concentrar serviços no bairro. Quando alguém fala para que eles que precisam trabalhar, ficam bravos e dizem que o dinheiro que ganham nos semáforos é suficiente para eles. Por fim, afirmou que os vizinhos morrem de medo. (Franca, 2021b, p. 05)

É o reflexo da figura presente no imaginário de parte da população, como visto no início do segundo capítulo desta pesquisa: por anos, a imagem da PSR foi atrelada à de criminosos, com sua presença oferecendo riscos para a vizinhança. Outra característica importante, já exposta também no EIV, é a de que a PSR não trabalha e que são “vadios”, ou então, quando merecedores de serviços, devem recebê-lo longe do bairro.

Na mesma direção, outra fala de representante da Vila Formosa traz as seguintes expressões:

Núbia, moradora da Vila Formosa que disse morar há 15 anos na Vila Formosa e que os moradores não são contra o projeto, eles só não querem o serviço no CSU (Centro Social Urbano), propondo que os serviços sejam instalados no Parque dos Trabalhadores pois é um espaço amplo e que ali perto fica a guarda municipal, que poderá apoiar. Ela considera que essa população é de pessoas drogadas que gritam, batem nas portas dos moradores. Disse que tem pais idosos e eles já invadiram e roubaram sua casa e por isso tem medo. Também pensou que a pracinha era para os moradores do bairro, mas descobriram que é a para os moradores de rua. Segundo ela, os moradores querem ali naquele prédio um UBS, um centro comunitário e disse que lá não tem estrutura para o projeto, afirmando que os moradores de rua, são drogados e não querem se recuperar e acreditam que irão trazer transtornos, pois jogam fora comidas que recebem dos moradores, eles querem dinheiro e não só comida. Núbia, disse ainda que estão com medo pois dizem que eles (população em situação de Rua) intimidam os moradores. (Franca, 2021b, p. 06 - 07)

Outro elemento importante nessa fala precisa ser observado: a população vizinha reconhece que o bairro tem uma ausência de serviços públicos também para quem tem moradia na Vila Formosa. O CSU mencionado é a antiga nomenclatura do prédio onde passaria a funcionar o Espaço Dignidade. O Centro Social Urbano (CSU) foi, por muitos anos, sede de atividades para a comunidade local. Atividades culturais ou de lazer eram frequentes. Porém, o prédio deixou de oferecer serviços para a população anos antes, quando foi cedido para a implantação da Delegacia de Polícia Civil. Destaca-se que esta pesquisa não encontrou elementos de manifestação contrária ou realização de um EIV, para a implantação da delegacia, nas buscas pelos documentos e sites que referenciam a mesma. Portanto, a pressão popular pela realização do EIV tende a ser reflexo do preconceito da população vizinha contra a PSR.

Outra fala também traz elementos importantes para esta análise:

Luis Mamede, ele disse que os moradores de rua ,em sua maioria, são de outros municípios e que eles invadem as residências, ficam importunando as pessoas nas residências e portões, são pessoas que ficam nas proximidades das casas, tocam a campainha tarde da noite batem nas portas, relatando que a convivência com esse público é muito difícil, disse ainda que os moradores irão cobrar muito e esperam um bom funcionamento do que está sendo proposto, mas que os moradores e suas reivindicações sejam atendidas também. (Franca, 2021b, p. 06)

A presença no discurso comum de que a PSR é formada majoritariamente de pessoas de outras cidades foi parcialmente refutada nesta pesquisa. De fato, a migração é um fator determinante de parte da PSR, mas, como já apresentado, a maioria das pessoas em situação de rua em Franca-SP são nascidas na cidade ou moram no município há mais de cinco anos (Franca, 2024). Outra característica também apresentada no primeiro capítulo desta pesquisa vai em oposição à afirmação do morador vizinho: a formação de Franca-SP é ligada diretamente à migração. Como já debatido, a cidade se construiu a partir da rota de comércio, como uma parada que, aos poucos, desenvolveu o comércio e se tornou cidade. A fundação de Franca-SP é sob os pilares da moradia de migrantes oriundos de outras regiões

Por fim, ainda observando os discursos da Audiência Pública, é importante destacar a fala de uma pessoa em situação de rua que, para estar presente no ambiente virtual, precisou do apoio da equipe do Abrigo Provisório. Caso contrário,

sua presença seria inviabilizada pelo modelo virtual, excluindo novamente a participação da PSR nas decisões que lhes afetam.

Luis Molina, disse que mora no abrigo há algum tempo e já foi atendido no Centro Pop, menciona que o que está sendo feito é um trabalho muito bom, que essa mudança será muito boa para as pessoas que moram na rua mas a oposição sobre os moradores de rua, temos que entender, temos que enfrentar, pois ele conhece como essas pessoas são vistas. Ressaltou que nem todos que moram na rua, moram por querer, são pelas necessidades que passaram a viver nas ruas. (Franca, 2021b, p. 07)

Tal fala traz uma visão determinante sobre o Centro POP e sua instalação: é preciso enfrentar o discurso que classifica toda a PSR como um grupo homogêneo, marcado pela criminalidade e desemprego. A PSR é heterogênea, como diversas vezes foi apresentado nesta pesquisa. Qualquer discurso que categorizar esse segmento populacional de uma forma simples, pode estar recheado de preconceito. Como destaca Agnes Heller (1989), o preconceito é um juízo provisório que se cristaliza como verdade ultrageneralizando proposições adotadas como corretas. Nesse processo, a parte é tomada como todo, o imediato como mediato, a aparência como essência, o que parecer ser útil e correto é visto como verdade, sendo que há uma unidade imediata entre pensamento e ação que não se sustenta na análise dos fatos, mas na fé sem comprovação objetiva.

Por isso, devemos nos aproximar da compreensão dos preconceitos partindo da esfera da cotidianidade. São traços característicos da vida cotidiana: o caráter momentâneo dos efeitos, a natureza efêmera das motivações e, a fixação repetitiva do ritmo, a rigidez do modo de vida. De forma análoga, é o pensamento cotidiano um pensamento fixado na experiência, empírico e, ao mesmo tempo, ultrageneralizador. (...) por um lado, assumimos estereótipos, analogias e esquemas já elaborados; por outro, eles nos são “impingidos” pelo meio em que crescemos e pode-se passar muito tempo até percebermos com atitude crítica esses esquema recebidos, se é que chega a produzir-se uma tal atitude. (Heller, 1989, p. 43-44)

Por fim, na última fala da Audiência Pública, outro representante da PSR trouxe o seguinte discurso:

Davi passou a falar que é favor do Centro Pop, manifestando ter sido uma pessoa que tinha dinheiro, família, mas teve problemas familiares e de dinheiro e emprego, hoje mora no abrigo, por isso diz que esse serviço é muito importante e nem todos que moram na rua é bandido, tem muitas pessoas que querem melhorar, resgatar as pessoas que estão na rua ele é a favor, ressalta que é preciso dar chances às pessoas, ajudar a resgatar a dignidade das pessoas. (Franca, 2021b, p. 08)

O fenômeno da População em Situação de Rua no Brasil é provocado por diversas causas, conforme debatido nesta pesquisa. Dentre as principais, estão os

conflitos familiares, o uso abusivo de drogas e o desemprego/ausência de renda (Oliveira, 2020; Silva, 2009). Tal fala demonstra que as causas não são necessariamente separadas, mas, pelo contrário, podem estar atreladas, uma levando a outra. Assim, por vezes, é difícil mensurar qual a causa primeira que levou a pessoa a viver nas ruas. Os fatores, por vezes, vão se somando e agravando uns aos outros, não deixando que seja uma escolha viver na rua, mas a única opção possível.

Após a observação dos dados presentes no EIV (Franca, 2021) e na Audiência Pública (Franca, 2021b), é possível destacar que a ausência da PSR nas pesquisas sobre serviços destinados para esse segmento traz prejuízos aos dados e abre portas para discursos descolados da realidade concreta, que simplificam por vezes situações complexas. Abre também o palco para a difusão de falas preconceituosas, que expõem um conflito histórico entre a PSR e a comunidade vizinha dos equipamentos públicos, demonstrando que, por muitas vezes, a PSR não é reconhecida pela comunidade como detentora de direitos e de acesso a políticas públicas. Por fim, cabe destacar a importante resistência ao longo da história do Centro POP, marcando os diversos períodos e a organização da PSR, das equipes e demais setores aliados, para a defesa da Política de atendimento a esse segmento populacional.

3.2 Análise das entrevistas

Na sequência, na busca de não cometer o erro de tratar sobre a PSR sem sua presença e direito à fala, esta pesquisa traz entrevistas com a PSR, expondo o ponto de vista de quem frequenta o Espaço Dignidade, em especial, o Centro POP. Apresenta, também, as entrevistas com demais agentes atuantes no atendimento desse público.

3.2.1 As coordenações do Centro POP

O cenário apresentado pelas entrevistas está carregado das mais diversas opiniões. O que fica bem aparente é a necessidade constante de defesa do Centro POP por sua população frequentadora e por sua equipe.

As coordenações do Centro POP foram três desde de 2013. Todas elas foram entrevistadas para esta pesquisa e contribuíram para contextualizar o histórico da

unidade. O autor desta pesquisa opta por denominá-las “Coord. A”, “Coord. B” e “Coord. C”, em ordem aleatória e não cronológica. A partir de questionário digital, as respostas para as perguntas serão apresentadas e analisadas na sequência deste texto.

As perguntas foram formuladas com o objetivo de alcançar a melhor análise comparando o cenário anterior e posterior da sede do Centro POP, atualmente inserido no Espaço Dignidade. As entrevistas também tiveram o propósito de compreender as relações com o entorno, apontando a necessidade de uma resistência constante, com períodos de maior enfrentamento e articulações, além de um cotidiano desgastante para a equipe, conforme será apresentado na sequência.

As coordenadoras estiveram presentes desde o início das atividades do Centro POP, desde 2013. Abaixo, as características principais das mesmas:

Tabela 1 - Coordenadoras do Centro POP entrevistadas.

Coordenadora do Centro POP	Sexo	Idade	Raça/etnia	Tempo que Coordenou
Coord. A	F	53	Parda	5 anos
Coord. B	F	44	Branca	4 anos
Coord. C	F	44	Branca	2 anos e meio

Quando questionadas sobre “Como foi/é coordenar o Centro POP?”, as três responderam:

Apesar dos desafios diários: trabalho novo no município, estigma da comunidade em relação a pessoa em situação de rua, escassos recursos financeiros, estrutura da casa inadequada, contava com equipe coesa e comprometida com os usuários, assim, o trabalho ficava mais leve. Outro grande desafio era em relação ao atendimento na área da saúde, principalmente mental, fato que acabava respingando na qualidade do trabalho, foi um período de grande aprendizado, tanto do ponto de vista pessoal quanto profissional. (Coord. A).

A coordenação do Centro Pop, sem dúvida, foi uma das tarefas mais desafiadoras e complexas que pude experienciar, pois é um trabalho de construção coletiva e diária, na qual o resultado mais importante é a luta pelo acesso aos direitos e serviços, e o combate ao preconceito e discriminação para com a Pop rua (Coord. B).

Muito dinâmico, há sempre a necessidade de mediação de conflitos e lidar constantemente com crises dos usuários tanto de abstinência do uso de substâncias quanto com uso abusivo. Administrar as questões referentes aos profissionais que hora ou outra, também, precisam ser acolhidos dado o

trabalho constante e as demandas dos usuários também numerosas (Coord. C).

Um desafio inerente ao Centro POP surge nas falas: a lida com pessoas que, em alguns casos, fazem uso abusivo de substâncias psicoativas e também com outros aspectos da saúde mental. Afinal, a vivência nas ruas pode ser carregada de sofrimento psíquico. Sofrimento esse que também afeta a equipe que trabalha na unidade. Como observado ao decorrer deste texto, é inerente ao trabalho no Centro POP o sofrimento psíquico da equipe, levando a trocas constantes e necessidade de intervenções da coordenação.

Esse dado corrobora os dados apresentados por Silva (2023) e por Oliveira (2020), demonstrando que o desafio do trabalho com a PSR é cotidiano, exigindo da equipe um fortalecimento constante e, por vezes, troca das peças. Além disso, uma equipe que foi sendo reduzida e/ou terceirizada ao longo dos anos também reflete na qualidade do trabalho desses(as) profissionais. A sobrecarga e a insegurança, seja na estabilidade, seja no aspecto físico, causa sofrimento e pode levar ao grande número de trocas ocorridas, como observado.

Dando sequência nas entrevistas, quando perguntadas sobre “Como foi/é a relação do Centro POP com a População em Situação de Rua antes e depois da instalação na Vila Formosa? ”, as respostas foram:

Coordenei o Centro POP quando era na Av. Helio Palermo e depois, quando funcionou provisoriamente na quadra do Champagnat. A equipe tinha uma relação próxima, de respeito, raras exceções [quando] ocorriam "discussões" dos usuários com funcionários. A equipe diariamente orientava e procurava fazer com que as regras fossem cumpridas. Criamos conjuntamente com os usuários poucas regras, as que eles sugeriram e realmente conseguiam cumprir: respeitar as pessoas e cuidar do espaço, horário para banho e para pegar roupas, respeitar a vizinhança e não usar drogas dentro e nas imediações do Centro POP. Na verdade eram normas de convivência que existem em qualquer espaço coletivo (Coord. A).

A relação do Centro Pop com a PSR sempre foi legítima, inclusiva e considerado como espaço de referência, vista pela PSR como acesso coletivo e de direito ao serviço público especializado, isso desde a sua implementação. Porém, mesmo sendo este serviço, previsto e pautado pela Política Nacional de Assistência Social, não se absteve de sofrer represálias e questionamentos sobre o seu funcionamento, onde estivesse instalado, prova disso, foi o período de desinstalação que a Unidade sofreu entre o ano de 2019 a 2021, quando voltou a ser instalado e reinaugurado na Vila Formosa (Coord. B).

Não estava antes, entrei a unidade já estava na Vila Formosa (Coord. C).

As respostas trazem uma grande contribuição para todo o debate desta pesquisa. Primeiro, por resgatar a história do Centro POP, servindo também como referência sobre os períodos em que o equipamento foi instalado, desmontado e,

posteriormente, reinstalado em outro espaço, com nova configuração, como já demonstrado no Capítulo 2. Segundo, por demonstrar que a relação da PSR com a unidade é marcada pela confiança, pela construção coletiva de estratégias e pelo sofrimento de oposição constante da comunidade vizinha. Portanto, traz as características de uma relação de resistência coletiva, entre as idas e vindas.

Já quando perguntadas sobre “Como foi/é a relação do Centro POP com a vizinhança, tanto antes da Vila Formosa, quanto atualmente neste bairro?”, as respostas foram:

Assim que inaugurou o Centro Pop (Av. Hélio Palermo), a primeira ação da equipe foi realizar visita nas residências e comércio, explicando o trabalho e distribuindo folhetos explicativos. Avalio que essa ação tranquilizou um pouco a vizinhança, apesar de sempre ocorrer momentos conturbados. Acredito que o fato da pessoa em situação de rua estar na calçada, mesmo que não esteja fazendo nada (usando drogas ou sendo agressivo) incomoda as pessoas. Mas, na ocasião conseguíamos fazer essa mediação entre a vizinhança e os usuários. Diariamente, pedíamos para os usuários respeitar a vizinhança e não usar drogas nas imediações. Mesmo assim, fizeram na ocasião abaixo assinado para sairmos de lá. Com certeza a mídia contribuiu significativamente para desqualificar o trabalho do Centro POP e para estigmatizar mais ainda a pessoa em situação de rua (Coord. A).

Tanto na época da instalação quanto da reinauguração do Centro pop, o serviço trouxe em seu planejamento ações e intervenções coletivas junto aos moradores e estabelecimentos vizinhos, com propostas abertas ao diálogo, debate, cuidado e prevenção do território. Entretanto, pouco foi possível ser feito, por não ter abertura e concordância dos moradores do bairro, que nunca aceitaram a permanência do serviço no território, criando situações de repúdio e exclusão (Coord. B).

Os vizinhos estão sempre reclamando e pedindo Intervenção, alegam que as pessoas em situação de rua fazem barulho, brigam entre si, fazem as necessidades no terreno ao lado do Centro Pop e usam muita substância psicoativa (Coord. C).

Assim, é possível observar que a relação conflituosa com a vizinhança é constante, seja na sede antiga, seja na atual. As estratégias realizadas de articular com a vizinhança na primeira sede do Centro POP foram infrutíferas e o resultado foi o pedido para a retirada da unidade do território. Mas demonstra que a necessidade constante de resistir é a marca da equipe que atua no espaço. Inclusive, organizando estratégias com a população atendida.

Mas, um importante aspecto não pode passar despercebido nesta análise: a iniciativa de diálogos e a elaboração de estratégias de combate ao preconceito, historicamente partem da equipe do Centro POP, associada com outras representatividades e em conjunto com a própria PSR. Quando questionadas sobre

“Como você avalia a presença do Centro POP num bairro central? Em relação à acessibilidade, divulgação, outros aspectos.”, as respostas foram:

Acho necessário ser em um local de fácil acesso a pessoa em situação de rua (Coord. A).

Considero ideal e necessário, pois a PNAS prevê junto as orientações técnicas de instalação e funcionamento do Centro Pop, que a Unidade deve estar localizada em região central, de circulação deste público e de fácil acesso (Coord. B).

Acessibilidade garante o atendimento, no entanto, há outras questões que entre eles mesmos geram problemas, tais como: brigas entre eles, dívidas com tráfico do local (Coord. C).

Neste aspecto se encontra uma das principais características do Centro POP: a necessidade de atender a população numa região central. É no centro urbano que a rotina da cidade de Franca-SP acontece, com maior circulação de pessoas e de veículos, situando-se próximo de uma avenida com grande presença comercial. Assim, é nesse espaço que a PSR vive, cria estratégias de sobrevivência. Portanto, uma sede do Centro POP distante desse espaço levaria a uma dificuldade do acesso para a PSR. A previsão da instalação em locais de grande circulação e permanência desse segmento populacional é previsto nas Orientações Técnicas que regulamentam o Centro POP (Brasil, 2011).

Sobre a questão “Como você avalia o Centro POP inserido no "Espaço Dignidade", com outro serviço junto (Acolhimento Noturno e Atendimento Dia)?”, as respostas foram:

Apesar de não ter vivenciado essa experiência profissional, acredito que podem ser serviços complementares, desde que respeitando as particularidades de cada um. (Coord. A).

Acredito que a ideia de todos esses serviços especializados para PSR estarem próximos uns dos outros, por um lado é pertinente, pois facilita o diálogo, o fortalecimento e articulação entre eles, além de tornar acessível a este público. Porém, a estrutura deixa a desejar, pois não separam distintamente o acesso aos serviços, o que em alguns casos, não distingue a função de cada um, principalmente para quem desconhece a proposta (Coord. B).

Existem prós e contras: garante o acesso dos usuários aos serviços com maior rapidez, no entanto, são duas coordenações diferentes, em um mesmo espaço, sendo necessário muito jogo de cintura de ambos lados, e, também, saber administrar as informações que os usuários levam de um serviço para o outro (Coord. C).

Assim, observa-se que a nova configuração tem suas contradições. Ao mesmo tempo que os serviços podem se complementar, atuando conjuntamente e centralizando as ações oferecidas para a PSR, também carrega o conflito entre interesses diferentes. O Centro POP está inserido na lógica da Proteção Especial

Social de Média Complexidade, oferecendo o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. Sua execução atualmente é direta pelo poder público municipal, conforme já apresentado. O Serviço de Acolhimento Noturno e Unidade Dia está inserido na Proteção Social Especial de Alta Complexidade, gerido pela OSC Pastoral do Menor. Diferente dos serviços de média complexidade, esse serviço oferece acolhimento 24h para pessoas que tenham seus vínculos rompidos, que vivam em situação de risco social, necessitando de mais do que os serviços do Centro POP oferecia.

A experiência foi avaliada de forma positiva pelo PMAS (Franca, 2024), mas carrega também a dificuldade de relação, uma vez que a gestão do espaço é de duas equipes diferentes, com chefias diferentes, fontes pagadoras diferentes, vínculos de trabalho bem diversos (servidores públicos, profissionais terceirizados ou até quarteirizados). Assim, a precarização do trabalho que afeta de forma grave a PSR, sendo uma de suas possíveis causas, também afeta em proporções diferentes as equipes que trabalham na unidade. Se um(a) servidor(a) público(a) tem a opção de pedir remanejamento para outras unidades da prefeitura, um(a) profissional contratado (a) pela OSC não tem essa opção tão facilitada. Trabalham com a possibilidade constante de possível demissão. Portanto, suportam ainda mais o peso do trabalho, com médias salariais inferiores ao recebido pela equipe de servidores(as) públicos(as) da unidade vizinha.

Sobre as considerações finais de cada entrevista, no espaço “Deseja que conste mais alguma informação nesta entrevista? “, as respostas foram:

Apesar de não ter muitos elementos para avaliar a presença do Centro POP na Vila Formosa, exceto comentários de terceiros, acredito que houve um desgaste muito grande na relação da vizinhança com o Centro POP, esse desgaste acaba respingando no serviço. O fato é que qualquer local que o Centro POP for instalado, ocorrerá conflitos da vizinhança com este serviço (Coord. A).

Não (Coord. B).

O espaço do Centro Pop poderia ser menor, garantindo que quem trabalhe no local consiga visualizá-lo com mais facilidade (Coord. C).

Nas falas finais, é possível perceber que a busca por um ambiente de trabalho seguro e com menos pressão está presente. Seja no aspecto de melhor relação com a vizinhança que sempre esteve em oposição ao Centro POP, seja na visualização do espaço que, de fato, é amplo e a equipe é reduzida para lidar com toda a sua extensão.

Portanto, coordenar o Centro POP expõe desafios constantes, sendo o principal deles: lidar com a defesa contínua da unidade, justificando sua existência, se articulando e construindo estratégias com a PSR, com a comunidade, organizações coletivas e demais forças que se aliem à causa. Portanto, mais que um serviço público ofertado, a partir das entrevistas com as coordenações, é possível observar que o Centro POP representa um movimento de resistência na defesa dos direitos da PSR. Situação semelhante também aparece a seguir.

3.2.2 As coordenações do Fórum Municipal sobre População em Situação de Rua (Fórum PSR)

Aqui estão apresentadas as entrevistas que também foram realizadas com duas Coordenadoras do Fórum Municipal sobre População em Situação de Rua (Fórum PSR). Ambas atuaram com a PSR por mais de 8 anos, coordenando o Fórum por dois anos seguidos, cada. Serão denominadas “C. Fórum A” e “C. Fórum B”.

Tabela 2 - Coordenadoras do Fórum PSR entrevistadas.

Coordenadora do Fórum PSR	Sexo	Idade	Raça/etnia	Tempo que Coordenou o Fórum	Tempo de atuação com a PSR
C. Fórum A	F	42	Branca	2 anos	8 anos
C. Fórum B	F	44	Branca	2 anos	8 anos

Quando perguntadas sobre “ O que é o Fórum Municipal sobre a População em Situação de Rua de Franca-SP? “, as respostas foram:

O Fórum da PSR é um movimento social que visa promover o debate sobre a PSR e seus direitos e desafios, isso ocorre por meio da promoção de eventos com profissionais e pesquisadores desse segmento populacional. Tem como objetivo a aproximação com esse público para que o debate se mantenha fidedigno à realidade que esse público enfrenta. (C. Fórum A)

O Fórum foi criado com o intuito de representar a Pop rua no município de Franca e qualquer outro espaço em municípios e Estados. Tendo como objetivo: discutir sobre os direitos e serviços específicos a População, rompendo preconceitos e atitudes discriminatórias. Além de promover a articulação entre órgãos e serviços na garantia de direitos, visando o acesso dessa população. (C. Fórum B)

De fato, o Fórum PSR é um espaço coletivo que perdura na defesa dos direitos das pessoas em situação de rua em Franca-SP. Sua criação surge dos embates de 2016, já citados nesta pesquisa. A necessidade foi apontada e pactuada

pelos entes públicos, mas, apesar de vários movimentos de formalizar o Fórum PSR, com representações da comunidade, dos serviços e da própria PSR, o mesmo representa mais um movimento de luta e resistência do que um espaço institucional.

Suas reuniões possuem formato de encontros para debater sobre a PSR, buscando flexibilizar horários e estratégias que possam incluir a participação de representantes desse segmento populacional.

Como membro desse Fórum PSR por mais de 4 anos, entre idas e vindas, o autor deste texto participou de vários encontros, resgatando a presença de grupos de universitários(as) da UNESP-Franca, além de representações pontuais da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), de segmentos do poder público, em especial, trabalhadores(as) do SUAS e SUS, seja nos serviços socioassistenciais que atendem a PSR, seja do Consultório na Rua, numa atuação ativa e integrada.

Quando perguntadas sobre “Como é coordenar este Fórum?”, as respostas foram:

Trata-se de um grande desafio, principalmente pela atual conjuntura de descoletivização da classe trabalhadora e desmobilização do segmento populacional que devido à total ausência de condições concretas e objetivas, não conseguem compor o Fórum. Houve várias tentativas e mudanças de horários e locais para promover a inclusão tanto de trabalhadores quanto da PSR, porém sem a esperada adesão ao movimento. O Fórum da PSR em Franca mantém aproximação com o MNPR e assim se mantém atualizado sobre os debates a nível nacional e estadual. Outrora, o Fórum já foi um movimento com maior participação dos segmentos citados anteriormente, e que conseguiu organizar manifestações em defesa dos direitos da PSR. No momento, o Fórum passa por uma reestruturação de formatos alternando entre reuniões presenciais e eventos online, para continuar mantendo o debate sobre esse público na cidade.(C. Fórum A)

Um compromisso de muita luta e resistência. (C. Fórum B)

Como já exposto nesta pesquisa, o Fórum se caracteriza mais como movimento de luta e defesa ou resistência do que um espaço institucional, com suporte do poder público. Sua existência está condicionada não por trabalhadores(as) designados pelo poder público e instituições – atuando no horário de trabalho, no espaço do Fórum –, mas sim, existindo pelos esforços somados de pessoas que acreditam na importância do espaço, reunindo-se voluntariamente, seja no horário de trabalho, seja em horários livres, buscando garantir sua continuidade. Como se percebe, há um destaque para a desmobilização da organização coletiva. Isso afeta a permanência do Fórum PSR. Além disso, a estrutura oferecida é baixa. Não há suporte no transporte, na facilidade de permanência, uma secretaria

executiva ou algo semelhante. Portanto, a luta constante pela garantia do Fórum PSR é cansativa e gera desistências e trocas constantes, tal qual os serviços para a PSR.

Quanto a “Composição do Fórum”, as respostas foram:

Sociedade civil, terceiro setor e poder público. (C. Fórum A)

O Fórum é composto por trabalhadores do SUAS, entre eles, representantes de serviços tipificados, serviços referenciados e programas. Outros componentes do Fórum são os estudantes de universidades, representantes de SGD, pessoas em situação de rua e representantes da sociedade civil. (C. Fórum B)

As respostas corroboram com o que já foi analisado na questão anterior: o Fórum PSR é composto por pessoas da sociedade civil, incluindo representantes da PSR; representantes do poder público e terceiro setor, com participação mais presente dos serviços do SUAS, do SUS (Consultório na Rua), e das OSC's, sendo a mais comum presença dos serviços executados pela Pastoral do Menor em parceria com a Prefeitura.

Ampliar e institucionalizar o Fórum PSR, seja na modalidade de movimento social, seja como Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento (CIAMP), é uma necessidade, visto que implicaria em maior participação do poder público na oferta de estrutura e orçamento para sua realização. Essa responsabilidade é estabelecida no Decreto 7.053/09, no art. 3º:

Os entes da Federação que aderirem à Política Nacional para a População em Situação de Rua deverão instituir comitês gestores intersetoriais, integrados por representantes das áreas relacionadas ao atendimento da população em situação de rua, com a participação de fóruns, movimentos e entidades representativas desse segmento da população. (BRASIL, 2009, online)

Ou seja, a adesão à Política Nacional para a PSR pressupõe a instalação do CIAMP, de forma a compor além de fóruns ou movimentos. É um compromisso ainda não realizado pelo município e uma reivindicação de anos do Fórum PSR.

Quando perguntadas sobre se “O Fórum acompanhou a instalação do Espaço Dignidade?”, elas afirmaram que:

Sim (C. Fórum A)

Sim, parcialmente! Ocupando os espaços e atividades quando possibilitado acesso do Fórum.(C. Fórum B)

O Fórum PSR é um espaço que se aliou por diversas vezes ao Centro POP, nas estratégias de resistência já citadas nesta pesquisa. Por vezes, a função de

representante do Fórum PSR se mistura com o trabalho cotidiano da unidade, representando um movimento que busca, de forma ativa, se inteirar da rotina da PSR e do atual Espaço Dignidade.

Quando a pergunta foi “Como você avalia a presença do Espaço Dignidade num bairro central?”, as respostas foram:

É uma estrutura que foi adaptada para receber os serviços instalados ali, no entanto, trata-se de uma estrutura que poderia ser melhorada para garantir o bom atendimento dessa população. No espaço existem três serviços e acaba havendo uma confusão entre os usuários sobre os serviços e falta entendimento sobre qual equipamento está atendendo aquela pessoa, em vários casos, observa-se que o usuário foi buscar um determinado atendimento no serviço oposto e isso fragiliza as relações entre usuários e trabalhadores. (C. Fórum A)

A Política Nacional para população em situação de rua, prevê que os serviços especializados para a ‘Pop Rua’, devem ser instalados em área central, considerando as especificidades do território, em lugares de fácil acesso, maior concentração e circulação dessas pessoas. Portanto, acredito que a localização deste Espaço é excelente, pois atende a necessidade deste público e vai de encontro com as diretrizes da Política. (C. Fórum B)

As respostas vão de encontro ao debate sobre a importância de ser central a localização do Centro POP. Novamente, também é possível observar a contraditoriedade na convivência dos diferentes serviços no mesmo espaço. Ao mesmo tempo que facilita o acesso da PSR, traz uma confusão entre a finalidade de cada um deles. Nesse ponto, é importante ressaltar que a noção sobre a separação dos níveis de Proteção Social Especial se dá mais pela equipe profissional e pelos representantes do Fórum PSR. Essa noção ampla não alcança a maior parte da população atendida. Portanto, para a PSR, o espaço único contendo dois ou mais serviços pode confundir o que é do poder público e o que da OSC Pastoral do Menor, se transformando por vezes, numa coisa só.

Já analisando a relação com o bairro, quando a questão apresentada foi “Como é a relação do Fórum com a Vila Formosa? Como percebe a presença do Espaço Dignidade na Vila Formosa? Como era antes e como é agora?”, as coordenadoras do Fórum PSR afirmaram:

Conflitante, principalmente pela tentativa de aproximação com a vizinhança e o embate foi tão forte que a discussão cresceu ao ponto de ser necessária a presença e intervenção da PM para conter a vizinhança que não foi capaz de entender que ela estava em uma reunião com um movimento social e não com a prefeitura. O desgaste foi tão grande que desde então não conseguimos fazer outra aproximação. O bairro é muito precário, porém a vizinhança atribui à presença dos equipamentos que atendem a PSR, o aumento da criminalidade na região. Porém sempre houve criminalidade na região. Ocorre que o bairro e a sociedade assim como um todo tem o olhar estigmatizado sobre a pobreza extrema e prefere não enxergar resultado da

privação de direitos que a PSR enfrenta. A vizinhança só discrimina, criminaliza e contribui para a invisibilização desse segmento populacional. (C. Fórum A)

A relação que a Vila Formosa mantém com o Fórum é muito próxima da relação que mantém com o Espaço Dignidade, ou seja, uma relação embasada pelo senso comum, pelo preconceito e discriminação, uma vez que o Fórum defende e luta pelo acesso aos direitos da PSR. Através das ações de repúdio, abaixo assinado contra o funcionamento dos serviços e relatos discriminatórios, nota-se que a presença destes serviços na Vila Formosa é indesejada por seus moradores, que pedem pelo fim do Espaço Dignidade, antes mesmo de sua implantação. Infelizmente, essa relação vem piorando cada vez mais, muitos moradores da Vila Formosa não aceitam e nem veem a necessidade destes serviços para PSR como um direito, como acesso a política pública, tão pouco, os veem como sujeitos de direitos. (C. Fórum B)

Trazendo para a análise esses aspectos relatados, é possível observar que a relação já foi, em determinado momento, violenta e perigosa, envolvendo riscos para os participantes nas reuniões com a vizinhança. Um ponto importante surgiu numa das falas, ao relatar que a criminalidade já existia na vizinhança antes do Centro POP existir. Portanto, a oposição ao Centro POP e à PSR já estava contida no imaginário da vizinhança, antes mesmo da concretização da sua instalação. Isso vai de encontro ao exposto no EIV (Franca, 2021) e na Audiência Pública (Franca, 2021b), quando as opiniões eram embasadas no temor de aumento da criminalidade, associando a figura da PSR à de criminosos e não aos dados concretos que demonstram que essa população é heterogênea e complexa. Essa raiz preconceituosa foi trabalhada por Oliveira (2020), Reis (2020) e Guilherme (et al, 2024), dentre outros.

Já na pergunta “Como o Fórum atua nessa relação da Vila Formosa com o Espaço Dignidade?”, observamos pontos diferentes:

Conforme explicado anteriormente, no momento o Fórum não tenta fazer aproximação com a vizinhança. Considerando que o interesse da vizinhança é incompatível com os interesses do Fórum, não é possível dialogar. (C. Fórum A)

Neste caso o Fórum atua através de em ações de fortalecimento, reconhecimento de território, aproximação com moradores do bairro com PSR, além de discutir sobre os direitos e serviços específicos a Pop rua, combatendo preconceitos e atitudes discriminatórias. (C. Fórum B)

Aqui observa-se a diferença nas perspectivas das duas coordenações. Enquanto uma relata que o papel do Fórum PSR é insistir na relação com a vizinhança, outra traz uma desistência do movimento na aproximação com a comunidade da Vila Formosa. O desgaste nessa relação é característica marcante. O fato do Fórum PSR já ser uma forma de organização coletiva que tem suas

fragilidades já expostas (ação voluntária, falta de estrutura institucional, falta do CIAMP etc.), pode levar ao cansaço na lida com a vizinhança. Também está atrelada ao fato de que a “C. Fórum B” atuou logo na instalação do equipamento e a relação se desgastou até o momento que a “C. Fórum A” assumiu a coordenação, quando os conflitos se agravaram e houve a desistência em persistir no diálogo.

O fato do Fórum PSR não ser estabelecido institucionalmente e ser formado na maioria por trabalhadores(as) dos serviços que atendem a PSR pode trazer a confusão da vizinhança, onde se mistura o papel de participante do movimento com o de profissional do Centro POP e outros serviços.

3.2.3 As pessoas em situação de rua que utilizam o Espaço Dignidade

Adentrando a análise das entrevistas com a PSR que utiliza o Espaço Dignidade, onde o Centro POP se situa, é possível observar que os embates afetam mais a população que frequenta a unidade por mais tempo. As pessoas que utilizam os serviços num período mais recente trazem uma percepção mais distanciada do conflito entre a vizinhança e o Centro POP.

Para selecionar as pessoas que seriam entrevistadas, como exposto na introdução deste estudo, foram adotados os seguintes critérios: foram entrevistadas dez pessoas em situação de rua no Espaço Dignidade, sendo seis pessoas que estivessem em situação de rua em Franca há mais de três anos, uma vez que podem trazer uma melhor compreensão de como era antes da instalação do equipamento na Vila Formosa, podendo comparar com a atual situação. O que também é coerente com os dados de Oliveira (2020, p. 88). Além disso, outras quatro pessoas que estivessem em situação de rua há menos de um ano, trazendo a perspectiva de quem acessou o serviço já instalado, com a possível análise sobre a localização do Centro POP num bairro central.

A pesquisa procurou atender uma proporção de 9 homens e 1 mulher, visando alcançar a proporcionalidade da PSR em Franca a partir da pesquisa de Oliveira(2020). Também houve uma busca em atender a proporção de raça/etnia. Mas a proporção das pessoas que se disponibilizaram para responder a entrevista foi de 5 brancas e 5 negras.

Sobre a distribuição do ciclo etário, foram entrevistadas pessoas entre 25 e 63 anos, alcançando uma proporcionalidade de pessoas entre 18 a 59 anos, sendo maioria absoluta da PSR. Também foi entrevistada uma pessoa idosa.

Tabela 3 - Pessoas em Situação de Rua entrevistadas.

Pessoa em Situação de Rua	Sexo	Idade	Raça /etnia	Tempo em situação de rua	Nota atribuída ao Espaço Dignidade
PSR A	M	25	Parda	2 meses	10
PSR B	M	54	Branca	9 meses	4
PSR C	F	53	Parda	3 meses	9
PSR D	M	42	Branca	1 mês	7
PSR E	M	34	Branca	7 anos	5
PSR F	M	32	Parda	13 anos	9
PSR G	M	51	Preta	15 anos	10
PSR H	M	58	Branca	3 anos	8
PSR I	M	54	Branca	5 anos	10
PSR J	M	63	Preta	12 anos	10

Cabe o destaque de que na tabela as pessoas estão organizadas na seguinte ordem: as quatro primeiras (PSR A, B, C e D) são consideradas itinerantes, pois estão há menos de um ano em Franca-SP. Portanto, sua fala traz a oportunidade de observar a perspectiva de quem não vivenciou a experiência do Centro POP na sede anterior ou as mudanças que ocorreram durante o período da Pandemia da COVID-19, entre 2020 e 2021.

Já as outras seis pessoas representadas na sequência (PSR E, F, G, H, I, J) têm mais tempo em situação de rua, podendo trazer uma relação de mais tempo com a unidade e experiências de outras localidades. Alguns passaram pelo processo de mudança de espaços entre a antiga sede do Centro POP, além do período pandêmico, com a alocação em parque ou quadras esportivas.

É importante ressaltar que algumas respostas podem parecer destoantes com a pergunta realizada. Porém, para manter a melhor fidelidade com a entrevista, a sequência das respostas foi mantida exatamente na ordem original.

A primeira pergunta busca compreender a relação da PSR com o Espaço Dignidade. Desde imediato, é uma pergunta ampla que permite expressar algumas

situações gerais. As perguntas na sequência vão abordar temas mais específicos, mas a primeira traz avaliações diferentes. Quando perguntados sobre “Qual a sua relação com o Espaço Dignidade? Frequência? Há quanto tempo usa?”, as respostas foram:

O Espaço? Bom, é um lugar bom, é um ambiente adequado, a alimentação é café da manhã, a alimentação é boa, alimentação em questão diária, frequente. Em questão "dos funcionários" é tudo tranquilo né, o que fornecem pra gente, tenho nada a reclamar não. (PSR A)

Assim, de dia eu quase não fico aqui, eu venho mais na hora do almoço, e pra dormir, mas assim, mais a gente vai, e corre atrás das coisa. Não fico assim direto aqui todo dia. Mas assim, dá pra ver que esse espaço aqui é bem turbulento, com bastante alteração dos usuários. (PSR B)

Aqui? Aqui tem muita gente boa, mas tem muitas pessoas aqui... Tem umas mulher muito perigosa, muito implicante, do nada briga com cê. Eu vou falar a real, por que eu sou realista! Se cê dar esse caderno ou se cê não dar briga com cê por pouca coisa, cê tem que ficar calada, aqui é assim, apesar de que cê coloca as roupa no varal cê não acha mais, aqui rouba que nem ratinho, aqui é assim, depende da pessoa que cê conversa, cê tem que ver a pessoa que cê conversa, eu faço de tudo pra conversar com as pessoa, só que tem umas pessoa que é muito arrogante, aqui tem gente que cê tem que ter cuidado, porque aqui é assim! Eu nunca, nunca fiquei neste lugar, não sei o que deu em mim, eu tô aqui. Isso é o que eu tenho que falar, por que a gente tem que falar, cê não pode tomar banho aqui é assim, é a real, da minha parte que eu vi aqui. (PSR C)

(Não Respondeu) (PSR D)

Pra mim esse serviço aqui é excelente por que as assistente social, juntamente com as psicóloga, orientando nós aí, aparece oportunidade de serviço elas encaixa nois, documentação tudo em dia, e tem a refeição, o banho aí que é o essencial né. (PSR E)

Ótima, espaço maravilhoso, ajuda bastante a gente, tem a dormida, tem a comida, eles ajuda tipo a gente, incentiva a procurar um emprego , estabelecer nossa vida, tipo, voltar a sociedade normalmente, e é ótimo. (PSR F)

Eu acho bom, já tá perto do centro, já tá no centro praticamente, o espaço aqui é bom. Ainda tem muito pra melhorar, mas devagar chega lá. (PSR G)

Relação aqui é uma relação muito estável, boa. (PSR H)

Ah tanto faz esse bairro como o outro, será o Centro Pop né? Será praticamente as mesmas pessoa né? Agora o sentido de local, aqui é um local excelente, grande, espaçoso pra todo mundo né? (PSR I)

Ah a minha relação é muito boa! É, eu ajudo muitas parte aí, sempre ajudo aqui, ajudo na segurança aqui, já fiquei pra eles assim, é! (PSR J)

Como já exposto, as respostas foram diversas. Uma forma de analisar os relatos é separar em aspectos levantados. É presente em algumas falas a perspectiva do Espaço Dignidade como um ponto de apoio para a vida cotidiana. É um local de referência para alimentação, higiene, dormir, lavar roupas etc. Portanto,

a unidade é bem-vista como espaço para acesso ao básico, incluindo documentação e outros direitos. Porém, por vezes a perspectiva que aparece é a de que recebem uma ajuda, não trazendo nas falas a perspectiva de que é direito da PSR. A fragilidade das relações cotidianas para a PSR contribui para o não reconhecimento de direitos, numa sociedade onde o fato de se estar trabalhando representa maior status e segurança ou acesso a direitos.

Outro aspecto apresentado nas falas é de que o Espaço Dignidade é um local de convivência entre pessoas que compartilham a situação de rua. E tal convivência, como qualquer espaço coletivo, é complexa e cheia de contradições. Portanto, as pessoas se aliam com outras, entram em conflitos, ou não se relacionam, como em qualquer local da sociedade. O ponto agravante dessas relações é o fato de que, nas ruas, comunicações violentas são mais frequentes e, por vezes, necessárias, como forma de sobrevivência. Esse ponto reflete o cotidiano dentro do espaço, onde motivações menores podem, vez ou outra, desencadear em brigas.

As normativas da Política de Assistência Social, em especial a Tipificação Nacional (Brasil, 2014), trazem as seguranças afiançadas no Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, sendo elas:

SEGURANÇA DE ACOLHIDA:

- Ser acolhido nos serviços em condições de dignidade;
- Ter reparados ou minimizados os danos por vivências de violências e abusos;
- Ter sua identidade, integridade e história de vida preservadas;
- Ter acesso à alimentação em padrões nutricionais adequados.

SEGURANÇA DE CONVÍVIO OU VIVÊNCIA FAMILIAR, COMUNITÁRIA E SOCIAL:

- Ter assegurado o convívio familiar e/ou comunitário.
- Ter acesso a serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas setoriais, conforme necessidades.

SEGURANÇA DE DESENVOLVIMENTO DE AUTONOMIA INDIVIDUAL, FAMILIAR E SOCIAL:

- Ter vivência pautada pelo respeito a si próprio e aos outros, fundamentadas em princípios éticos de justiça e cidadania;
- Construir projetos pessoais e sociais e desenvolver a autoestima;
- Ter acesso à documentação civil;
- Alcançar autonomia e condições de bem-estar;
- Ser ouvido para expressar necessidades, interesses e possibilidades;
- Ter acesso a serviços do sistema de proteção social e indicação de acesso a benefícios sociais e programas de transferência de renda;
- Ser informado sobre direitos e como acessá-los;
- Ter acesso a políticas públicas setoriais;
- Fortalecer o convívio social e comunitário. (Brasil, 2014, p. 41)

Assim, é possível identificar que alguns aspectos das seguranças afiançadas tem sido alcançados, ainda que de forma complexa e contraditória. O convívio social

e comunitário nem sempre será pacífico e sem conflitos, pois é uma possibilidade nas relações humanas, seja a construção de vínculos protetivos, seja a ruptura de vínculos. A segurança de acolhida é a primeira garantia necessária para todas as demais seguranças afiançadas acontecerem. Portanto, garantir um espaço acolhedor e seguro poderia permitir que a PSR se sinta mais à vontade no Espaço Dignidade, inclusive entre si. Alguns apontam que se sentem bem e tem boa relação com o local. Outros relatos apontaram uma sensação de insegurança. A acolhida precisa sempre ser a meta nos serviços socioassistenciais.

Também aparece, nesse primeiro momento, uma avaliação positiva sobre a localização ser em bairro central, como garantia de um acesso facilitado.

Já na avaliação sobre o Espaço físico, foi realizada a pergunta “Como considera o Espaço Físico? Tanto na estrutura, quanto na localização (Vila Formosa)?”

(Não respondeu) (PSR A)

Ah eu considero que falta organização né? As coisa mais organizada. Assim organização em termos de conforto, essas coisa, higiene né? Se tivesse mais um pouco de higiene, as parede é tudo preta, não gosto de ter isso, transmite doença. E se tivesse mais uma qualidade né? Seria melhor, mais qualidade assim de, qualidade melhor, eu acho que falta. É, falta muito a desejar. Talvez venha muita verba né, que depois fazem tudo isso aí, mas eles não faz esse conforto né, sobre essas coisas que eu tô falando, conforto que eu falo é higiene, tudo geral, mais conforto pras pessoas, pros usuário, um planejamento mais higiênico, sabe? Muita qualidade, por que a verba tem, eles podem fazer isso, só que eles não faz, tem falta de vontade, eu acho isso, entende? Você vê as parede tudo preta, não sei que tipo de bactéria que tem, cê olha pra lá tudo preto, eu não tô falando uma coisa que eu tô só falando, você tá vendo, as parede tudo preta, cê olha no espaço lá pra fora tudo porco, um chiqueiro. Eu nunca fiquei doente aqui, mas tem essas coisa, tem bicho peçonhento, aranha, percevejo tem nos colchão, muitas das vez eu vi colega meu com os braço tudo pipocado, de bicho, inseto. Muita cachorrada, transmite tudo isso também, animal sabe? Dai tem essas qualidade, tem inseto, percevejo, barata, nos banheiro barata, aranha, coisa horrível, esses negócio preto, cê pode ver, tô mentindo não, tá cheio de barata ali ó, aranha, que faz as teia, ali se cê colocar a mão cê vai tomar uma picada, praticamente cê vai voltar com a mão picada por aranha, barata, teia, eu tô contando uma coisa que é realidade, é no dia a dia, eu tô falando uma coisa que você tá enxergando com seus próprios olho, não sou só eu que tô enxergando mas cê também tá enxergando, não sei se cê tá passando por aqui, passeando, mas dá pra estudar, dá pra ter uma anotação boa já. (PSR B)

Mas o resto, em torno de limpeza, higiene pessoal, tudo legal, tudo beleza. (PSR C)

Estrutura muito boa, muito boa, eu tenho assim, as vezes eu tenho uma reclamação que às vezes o pessoal fala, eu mesmo aconteceu e tal de percevejo. Isso às vezes e tal, vai limpando direto, eu não sei como eles limpam aí, mas é deles, entendeu? Mas daí tem que falar e ser sincero. (PSR D)

Ah, por que é o seguinte, o espaço é maior né, pra fazer umas atividade, entendeu? É melhor, melhor. (PSR E)

Estrutura ótima, igual eu falei ,tipo, eles falam que eles ajudam e tal, a gente tem coberta, tem o travesseiro, tem a cama, tem o colchão, então a estrutura é ótima, tem o almoço, tem o café da manhã, lanche da tarde, tem a janta, maravilhoso. (PSR F)

Eu já to aqui quase um ano já. (PSR G)

Eu peço ajuda aqui, me ajuda eu. (PSR H)

Não, isso aqui é ótimo! Isso aqui tá perfeito! A não ser os banheiro que eles arrebenta tudo lá e rouba as coisinha pra vender né? Meio detonado. Mas a limpeza eu vejo que todo dia elas fazem, a gente que suja mesmo, na realidade, não é os funcionário não, tá limpo. (PSR I)

O espaço aqui é bom demais, é grande, o espaço aqui tem muito espaço, pra pessoa ficar reagindo aqui dentro né? Porque aqui é grande! Não é igual lá embaixo né? Lá embaixo era mais apertado né? (PSR J)

As falas trazem uma avaliação focada na higiene. Enquanto uns apontam que o espaço está bem sujo, outros apontam que a limpeza é frequente. É perceptível que a degradação do espaço pelo fluxo intenso de pessoas e pelos furtos que ocorreram é algo que incomoda algumas pessoas entrevistadas. Desde 2021, quando foi inaugurado, o prédio não passou por uma reforma ampla ou refazer a pintura. Portanto, para um serviço que recebe uma média superior a 90 pessoas por dia, é preciso uma manutenção um pouco maior.

Porém, tal situação pode ser reflexo também do processo de precarização que causou a redução da equipe, enquanto o número de pessoas em situação de rua aumentou em Franca-SP. Um número menor de profissionais em relação à equipe que trabalhava nas origens do Centro POP pode ser insuficiente num espaço que atualmente é maior, como apontado.

No quesito atendimento, a pergunta foi “Qual sua avaliação em relação ao atendimento? Equipe, serviços oferecidos, horários?” e as respostas foram:

Claro! (PSR A)

Olha, o atendimento não é 100% né, se eu falar pra você que é 100% eu tô mentindo, é assim, tem uma pouca vontade das pessoa, então pretendo não falar muito com eles, não depender, "ah preciso conversar, preciso atualizar um... preciso fazer um documento" as vezes tô precisando eu não falo, por que é uma burocracia falar com eles, parece que tem pouca vontade. O ser humano que não vem pra trabalhar, eu sou bem sincero a falar "procê", ele tem que pegar as mala e ir embora, é muito mais melhor. Eu falei tudo "procê". (PSR B)

Ah eu vou ser sincera cocê, não vou mentir, eu tenho minha casa aqui no Centro, eu tô aqui por que eu tô resolvendo uns negócio do dente meu, negócio que tem que sair aqui, assim que sair eu vou embora, por que eu não sou de ficar aqui nesse lugar, eu tenho minha casa aqui no Centro, eu tô aqui, eu pouso aqui, e resolvo uns negócio, e é isso aí. To aqui não é por que eu quero ficar aqui, por que, eu me sinto bem aqui, tem umas amiga minha, mas tem umas que não é amiga minha, eu conheço pessoa só de eu

olhar, aquela pessoa que é mentirosa, eu não gosto de coisa errada, eu não gosto mesmo, eu sou certa! Falo procê, pra ele, pra qualquer um. Tem umas pessoa aqui que gosta do meu jeito porque eu sou realista, mas vamos supor, eu e cê tá conversando cê não viu a menina entrando no meio aqui? Pedi licença pra ela, é desse jeito aqui, é isso aí que eu vejo aqui. Cê vê coisa errada, eu não aceito coisa errada, por que eu detesto coisa errada, isso é uma merda, isso é chato, eu não sou chata, o que eu tenho que falar eu mando recado, não é? Eu sou assim, eu nasci assim e vou morrer assim, se gostar do meu jeito bem, se não gostar...Aí vai escutar o que não interessa, por que eu falo a verdade, é isso daí! Eu não vou inventar as coisa, cê não viu nois aqui conversando a menina entrando no meio? Umas que é tudo drogada. Eu não mexo com droga, não bebo, não fumo, graças a Deus. (PSR C)

A equipe o pessoal, assim, muito legal, assim, até agora eu não tenho o que reclamar, por que o que a gente precisa fornecem, conversam normal, assim, oferecem aquilo que a gente precisa no momento, então tá beleza. (PSR D)

A equipe do Centro Pop? Nota 10, sem palavras, o que elas podiam fazer por mim, fizeram, e muitas vezes eu nem dei valor ao trabalho delas comigo. Mas graças a Deus, hoje em dia eu tô agarrando todas as oportunidades. (PSR E)

A equipe é ótima. Eles tratam a gente super bem, como se tipo, a gente não... diferente de muitas pessoas que só no olhar você já sabe que tá julgando. (PSR F)

É regra né, não tem nada o que falar não, sou tranquilo, mas é horário né? É, podia abrir sessão, mas falta muito. Se eu falar mesmo, quem mora aqui, falta muita coisa né? Tem gente que quer trabalhar, eles não oferecem uma marmita pro cara trabalhar para se estabilizar, nessa parte aí deixa a desejar, que aí o cara que trabalha como que ele vai trabalhar sem levar a marmita? Eles podiam oferecer uma marmita para o cara se sustentar né. Se falar muita coisa, pode falar muito defeito mas tem muita coisa boa. (PSR G)

Atendimento aqui sobre refeição, aqui dão 4 refeições né, café, almoço, café da tarde e janta lá dentro. Higiene e banho. Eu avalio a situação aqui seria nota 9. Melhorar, no caso o Abrigo né? O Abrigo aqui ele acolhe pessoas jovens, de idade média e os idosos, e eu preferia assim no caso, na minha opinião, tivesse um lugar com os idosos 50 pra cima, muitas vezes os idosos aqui sofrem violência, eu já cheguei a ver violência, apanhasse, caia pra trás, e o jovem bateu nele aqui dentro, e daí seria assim, no caso, um abrigo pra 50 anos em diante, mas não um abrigo assim, asilo, mas um abrigo pra trabalhar com pessoas 50 anos pra cima, e na Câmara Municipal de Franca, a emenda do vereador está fazendo isso esquisito, segundo pelo o que eu escutei as pessoas estão fazendo projetos pras pessoas 50 anos pra cima, um abrigo só se mudando pra cima, um abrigo pra jovem em reabilitação, um abrigo e os idosos se encaminharem, se ele ter um salário, encaminhar ele pro asilo. Asilo hoje é muito bem feito, muito bem planejado aqui em Franca, bom. (PSR H)

Olha, é, eu não tenho muito contato, eu só, simplesmente quero uma coisa vou ali e pego, não sou muito de ficar conversando, trocando ideia, não sou muito assim não, eu fico mais afastado no meu canto, converso o menos possível né? Quando é necessário conversar mais um pouquinho a gente conversa né? Mas sou assim, mais afastado, não tenho nada a falar quanto a ninguém aqui, ninguém, nem os colega aqui de rua. (PSR I)

É eles aí me elogia muito porque, por conta do modo que eu sou né? Sou bem dependente dos outro né? Então aí eu conquisto aí, ajudo eles, ajudo

eles demais, por que eu não dou "trabai", não dou "trabai", não fico conversando, entendeu? Então eu só converso com aquele que é usuário, com aquele que eles tá sem entender o que tá acontecendo na vida né? Tem uns que a gente encontra até chorando no muro aí, fica chorando na beira do muro, querendo sair dessa vida e não consegue, mas a coisa ruim não deixa de sair, ele tem que ficar "emprastado" com ele ali, entendeu? Mas é por isso que eu falo, que não é eles, é a coisa ruim que encostou neles, então aí eles fica pregado ali, chora, dá desespero, tem uns que até pula de cima da ponte, então através tudo da "coisa ruim", não é eles, é a "coisa ruim" que faz eles fazer isso. Então é difícil né? Igual, tem gente estudada aí, muito estudada, até faculdade, e tá numa coisa dessa e não consegue sair. Tem um lá no abrigo lá que ele tem a faculdade inteira, e era pra ele já tá trabalhando e ganhando muito dinheiro, mas não sai, ele apostou nisso aí e a "coisa ruim" não deixa ele sair, o caminho dele é da "coisa ruim" ali. (PSR J)

Nota-se uma diversidade nas relações entre a equipe e a PSR. Algumas avaliam que a relação é boa por “não dar trabalho” pra equipe. Outros preferem ficar mais distantes da equipe, solicitando apenas o que julgar necessário. Assim, percebe-se uma relação que por vezes pode ser personalizada. Afinal, a rotina no trabalho com a PSR também se torna um espaço de convivência com a equipe, construindo ou não vínculos com os profissionais. Para uma convivência mais organizada, são realizadas assembleias com a PSR e profissionais, definindo regras e medidas a serem tomadas em caso de descumprimento. Tal fator não é novo e já foi observado por Oliveira (2020) na sede antiga do Centro POP. Sendo assim, é presente numa das falas que as regras ainda são mantidas.

Outro aspecto que surge novamente em algumas falas é a complexidade do convívio coletivo. Alguns vínculos são construídos de forma a proteger e oferecer orientações. Outros são constantemente conflituosos e por vezes, tais características se misturam. Para pessoas externas à rotina do trabalho, em alguns momentos as conversas podem parecer briga, mas não são de fato, sendo apenas as formas de comunicação comuns no espaço das ruas e também na unidade.

Cabe destacar que, como observado, que a queixa apresentada por pessoa em situação de rua com mais de 50 anos é que o processo de envelhecimento nas ruas também oferece um risco social maior. Num espaço onde, em alguns momentos, a força é usada em conflitos que surgem, uma pessoa mais idosa pode sofrer violência de outras pessoas em situação de rua. Tal relato vai de encontro com a pesquisa de Cramolichi (2022) que retrata uma importante análise sobre o processo de envelhecer em situação de rua.

Dessa forma, são as pessoas idosas que mais tendem a sentir os impactos desse formato de sobrevivência estando nestas condições de degradação

humana, se levarmos em conta o seu tempo de vida, as fragilidades naturais físicas do próprio corpo e, conseqüentemente, da mente em que estão mais suscetíveis aos infortúnios que se instalam especialmente neste período da vida e nas relações sociais, no contexto capitalista. (Cramolichi, 2022, p. 61)

A pessoa idosa, já vitimizada pelos diversos preconceitos em relação à idade que ocorrem no cotidiano, estando em situação de rua, tende a ser um processo contraditório entre a violência física relatada pela “PSR H” onde um jovem agrediu uma pessoa mais velha e as orientações e conselhos oferecidos pela “PSR J”, um homem idoso para uma jovem, num papel protetivo.

Já avaliando a relação com a vizinhança, oferecendo um espaço para essa avaliação, foi realizada a pergunta “Como é sua relação com o entorno do Espaço Dignidade? Vizinhança, comércio, outros serviços públicos, outras pessoas que possuem vínculos?”

Eu mesmo de vez em quando eu vou pro sinal, eu não conheço muita gente por aqui mas tenho neutralidade, eu convivo só aqui com as pessoas só mas também não tenho muita amizade não. (PSR A)

Ah é boa por que eu não gosto de ficar parado né, não consigo, não sei se é naturalidade do meu pai, nós não consegue ficar num lugar só parado, sempre a gente tem que ter um objetivo pra fazer, não é só de serviço, as vezes falo assim: tenho que ir na farmácia, tenho que comprar um desodorante, tem que ter foco, eu sempre vou ter um objetivo, fazer qualquer coisa, ou seja, eu invento fazer as coisa, não fico num lugar só, agora mesmo vou almoçar, tô esperando o almoço, almocei, eu já tô de saída, procurar alguma coisinha pra eu fazer, entende? Eu não consigo ficar parado num lugar só. (PSR B)

Daqui? Não, não vou falar pra você que eu ajudo assim, mas se me pedir pra varrer aqui eu varro, eu ajudo a lavar um banheiro eu lavo, varrer o quarto, faço isso aí. Não, conheço não. Igual falei, não saio pra fora, não vou pra lá, é aqui dentro, daqui na minha casa, na casa do meu filho e é isso aí. (PSR C)

Não, com os vizinhos eu acho legal assim por que o pessoal respeita assim mas só que...tem uns pessoal que às vezes começam as vezes até com bebida, aí o pessoal que não influi o pessoal a não fazer, respeito muito bõ, a gente vê isso de longe, mas tá tudo bom, pessoal, normal ai. (PSR D)

Não, referente a minha pessoa com a vizinhança é legal, mas a vizinhança não aceita não, os comércio, porque é muito furto no bairro, o comércio o povo fica pedindo, roubando, e o pessoal não tá aceitando. É muito abaixo assinado já pra mudar daqui né? O Centro POP. (PSR E)

É bem tranquilo, porque o pessoal que tem vizinhança também tem loja, tem essas coisas, tem restaurante. Às vezes até o pessoal mesmo vai dar um café da manhã, dar um lanche pra gente. (PSR F)

Tudo pra mim, tudo bem, vizinhança aqui é normal pra mim. Ah na padaria, nossa, eu vou na padaria de vez em quando, ali eu compro um doce, um pão, essas coisas, sabe? Que tem uma padaria ali que vende. (PSR G)

Então, a vizinhança e o comércio sob todo o Centro Pop no caso é bom, é bom procedimento eu tenho, tem 15 anos que eu moro em Franca né, sou lá de São Paulo, sou lá de São José dos Campo né? Vim pra cá faz desde 2010, trabalhei em fábrica, paguei bastante aluguel, vou pagar aluguel também, tô juntando dinheiro pra sair e pagar meu aluguel, ter minhas coisas, condições minha, né? Mesmo a situação de rua que eu vivia eu pagava o carnêzinho sabe? Tô pagando até hoje o carnêzinho 5% do INSS pra eu aposentar por idade. (PSR H)

A vizinhança não conheço, eu sei que reclama muito né, que , não só aqui como até em certas profissão que tem um ou meia dúzia que atrapalha pra mil né? Atrapalha pro resto, então cê vê ali de fora, é diferente aqui dentro né? E ai lá de fora tá a vizinhança, o olhar do lado de fora, eles não olham aqui dentro, não vem aqui pra ver como é aqui dentro, vê lá de fora, mas lá de fora né... É, também eles fazem umas estrapolia sem necessidade, né? Apesar que não tem vaga pra todo mundo também né? Povo tem que morar na rua mesmo, é automático, é igual, precisa de 150 funcionário aqui em Franca, mas tem 1000 parado, não tem serviço pra todo mundo e também não tem vaga pra todo mundo, se tivesse né? (PSR I)

Ah vizinhança pra mim são tudo gente boa viu? É, porque eu não vou na casa deles e passo dou bom dia, e minha subida é aqui ó, dou bom dia, dou boa tarde, mas assim, não tem aquela noção de parar pra conversar, porque se parar pra conversar vai conversar sobre tudo isso aqui, e não pode, não pode falar disso aqui. Isso aqui nois tem que ajudar, tem que ajudar, é por que aqui sai ajuda de quem tá pra rua. Não, por que isso aqui não pode tá com comentário disso aqui, agora se as vizinhança tocar alguma coisa, aí a gente pode contar também alguma coisa, pra não depender, não maltratar muito aqui, por que daqui, eu agradeço a Deus todos os dias, é daqui, que todo mundo que tá aí não passa fome, não passa a hora de tomar café, eles os café nas hora certa, a comida na hora certa, ninguém pode falar disso aqui não! A gente tem que agradecer a Deus, que Deus põe na mente deles de "ponhá" pro povo que é milhões de gente na rua, então é por isso, isso aqui é uma bênção de Deus! (PSR J)

A relação com a vizinhança, a partir dos relatos da PSR entrevistada, traz as contradições entre ser uma relação amistosa às vezes, ao mesmo tempo que é conflituosa. É possível perceber que as pessoas com menos de um ano na rua (PSR A, B, C e D) não apontaram conflitos com a vizinhança. Isso pode se dar pelo tempo ainda menor em situação de rua, em relação aos outros entrevistados que apontam os cuidados com a vizinhança. Exemplo disso é a fala de “PSR J”, que traz um receio em expor o que acontece dentro do Espaço Dignidade para a vizinhança, para evitar que a comunidade local tenha elementos para prejudicar a unidade.

Os relatos da PSR itinerante apontam uma relação nula com a vizinhança, alheios da noção de que o conflito é histórico, ficando mais dentro do Espaço do que fora. Já a PSR entrevistada que vive em situação de rua em Franca há mais tempo parece estar acostumada com o conflito e a oposição de vizinhos, através de abaixo assinados ou evitar conversas alongadas. Evitar a vizinhança também é uma estratégia que alguns adquirem para proteger o Centro POP e a própria PSR do preconceito expressado.

A relação com o comércio local também traz as contradições entre: 1. o conflito e medo da criminalidade expostos no EIV (Franca, 2021) e também na fala de uma das pessoas entrevistadas; 2. a relação de doação e acolhida que alguns estabelecimentos comerciais fazem, inclusive, com a doação diária de marmitas em um restaurante local. Portanto, não é correto afirmar que toda a vizinhança é oposição ao Centro POP, mesmo que parte dela faça uma manifestação mais notória. Parte da vizinhança se expressa contrária, de forma bem perceptível. Mas parte contribui diariamente com a PSR ao redor da unidade. O mesmo está presente na fala de “PSR I”, apontando que a generalização é um equívoco. Apesar de haver pessoas que já praticaram ou ainda praticam crimes dentro da PSR, não significa que toda essa população é criminosa. E, não menos importante, é possível reforçar que a PSR realiza compras na região, como na padaria citada ou demais estabelecimentos. A economia local pode receber um impacto econômico dessa movimentação diária de pessoas com tais compras.

Ainda dentro desse contexto, cabe destaque para a percepção da situação de desemprego do município e da falta de vagas para atender toda a demanda de PSR nos serviços. Como já debatido, a situação de não haver trabalho para todas as pessoas que desejam trabalhar é parte da estrutura do modo de produção capitalista, sendo o pauperismo e o desemprego uma das causas apontadas para a existência da PSR nesse sistema.

Avaliando a presença no bairro, foi perguntado “Como você avalia, de modo geral, a presença do Espaço Dignidade na Vila Formosa?”, com as respostas a seguir:

Avalio? O bairro cê fala? Bom! (PSR A)

Eu dou, de 100% eu vou dar 30% , é o máximo, e ainda vou dar bastante, entendeu? Por que eu creio que precisava melhorar muito, mais de 50%. É assim, a verba vem, mas se tiver má vontade não melhora né? O que cê acha disso aqui? Aqui ó, não existe, lugar porco, eles move a verba, cai bastante, então se tiver vontade, eles melhora 100% um local desse, eu acredito, na minha opinião, basta eles ter vontade. Tão ganhando pra isso, vem a verba bastante, tem bastante verba pra eles, prefeitura, esse negócio de pastoral, vem bastante verba pra eles. (PSR B)

Aqui? Com as pessoa aqui? É igual eu te expliquei, é o que eu falei, é desse jeito, eu vejo as pessoas que é do bem e a que não é, mas eu cumprimento, eu não faço pouco caso de ninguém, eu sei lidar com as pessoa, mas cê tem que saber com quem cê conversa, por que aqui uma coisinha aumenta "desse tamanho", é isso aí que eu falo! (PSR C)

Ou, vou ser sincero, eu se tivesse oportunidade em outro bairro assim era menor, por que, às vezes aqui, como diz... Um bairro assim, mesmo aqui no centro, já é menor. (PSR D)

Tem conflito devido à rapaziada ficar usando droga. Aí, usa acaba a droga, quer arrumar dinheiro, não tem como, vai roubar pra arrumar, pula na casa "dum", na casa do outro, bate na porta da casa do vizinho pedindo comida. (PSR E)

Localização boa, aqui é tudo perto, tem supermercado, farmácia, tem, o centro é subir a rua aqui ce já sai no centro. (PSR F)

Pra mim tá bom, quem não gosta é a vizinhança. Porque um monte de morador de rua não gostam de nós, aí não gostam, mano. Não gostam, a classe é desunida. Não, pra mim não falaram nada, mas se falarem eu sei responder com um alto nível de educação né? Mas nunca falaram nada não. A gente vê no olhar das pessoas, da vizinhança né? Eles olham por aparência e vê que a sociedade é assim podre. (PSR G)

Eu avalio que tem uma diferença. (PSR H)

É, tem o cara que é bandido, tem o cara que é vagabundo, tem o cara que quer trabalhar mas não arruma um serviço, não tem pra todo mundo né? Então... (PSR I)

Boa , muito boa! Uma maravilha rapaz, isso aqui é uma coisa que Deus manda aqui, é , por que isso aqui é uma coisa abençoada! É bão, não é ruim não! Esse bairro aqui não tem nada de queixa dele não uai, vizinho nenhum aqui não fica falando nada aqui. Só tem uma mulher uma vez, uma vez eu tava aqui, seis mês, diz que é até advogada, mora bem de frente, o marido dela é policia ali, ela começou a vim aqui rapaz, começar a cutucar o povo, daí, vixe, deu um problema desgramado pra ela viu? Aqui foi todo mundo parar na delegacia, e pegou aqui, foi duas assistente social, mais uns que fica pro lado de fora ali, e essa mulher, foi tudo no carro da policia pra delegacia! Deu maior problema essa mulher. Chegou lá o delegado virou o bicho pra ela, falou: "Além da senhora ser delegada a senhora foi lá dentro criticar com o Pop? Já sabe que o povo é da rua! E a senhora foi lá criticar? Uai o que que a senhora que a senhora é? Falou o bicho pra ela véi! Nunca mais essa muié pisou os pé, passa aí cumprimenta todo mundo, óia procê vê, indo no carro de policia, criticando aqui dentro! Foi ali dentro, ali dentro, ali ó, criticando o povo daqui, falando pra assistente social. (PSR J)

A relação com o bairro, nesse contexto, englobou tanto a estrutura, a localização e a relação com território. Sobre a estrutura, novamente, pessoas trazem como referência um prédio precário e sugerem que poderia até ser menor.

Quanto à localização, é nítido que a presença na Vila Formosa é bem avaliada pela PSR, pois está em região de ampla circulação, próximo dos comércios e inserido no Centro da cidade.

Sobre a relação tanto interna (entre a PSR), quanto externa (Vizinhança) está recheada de conflitos. E, em alguns momentos, com provocações, no relato de um conflito que já foi também apontado pela coordenadora do Fórum PSR (C. Fórum A), onde envolveu-se a polícia. Assim, é nítido o desgaste na relação.

Na sequência, as pessoas entrevistadas receberam uma pergunta diferente, de acordo com o tempo em situação de rua e uso do Centro POP. As pessoas com

mais de 3 anos usando o Centro POP tiveram espaço para falar sobre a história do espaço, comparando a sede antiga com a atual e também com os locais que foram utilizados provisoriamente.

As pessoas com mais de 3 anos (PSR E, F, G, H, I e J) responderam a pergunta “Comente um pouco da história da sua relação com o Centro POP antes e depois de estar neste bairro?”

Não, lá embaixo os vizinho aceitava mais, agora aqui, aqui a aceitação tá zero. (PSR E)

Fácil, porque se você pesquisar no google já aparece o telefone, cê já liga, eles te passam o endereço, cê já vem, tudo. (PSR F)

Ah, achei andando aí, passei em Passos, em outra cidade, aí vim e parei aqui. Por que geralmente tem muito colega que mora na rua né? Que anda né, não tem família mais igual a eu. (PSR G)

Quando era o Centro Pop lá, a entrada tinha um segurança né, cê agendava pra falar, tinha o refeitório, tinha o, a pessoa fazia banhos, faltava mais assim uma biblioteca que, que foi tirado. a pessoa lê, até esperar os atendimentos sociais né, era assim lá, e eu achava que isso, eu acho que tava faltando. É o que falta aqui, uma biblioteca. (PSR H)

(Não respondeu) (PSR I)

Ah tirar de lá, foi bom tirar de lá. É, da quadra ali pegava fogo ali. Já começou, eles tirar fora de linha, arrancar os coiso pra clarear lá dentro da quadra né? É melhor. Aqui é melhor. Aqui tinha um caboco que tava roubando era chuveiro aí, pegaram ele no pulo! Roubando os fio lá embaixo. Pegaram ele no pulo véi, queriam jogar ele até lá dentro daquele corgo lá ó, é! Ele passou apertado. Eles só não jogou por que tem um negócio que mexe com piso ali, saiu um mundo de gente pra fora, ficou aqui, balançando ele, pra jogar ele lá. (PSR J)

Aqui fica exposta que a relação entre a primeira sede do Centro POP e a atual tem diferenças importantes. Para um, a relação com a vizinhança era melhor e esse aspecto é importante destacar. Já os relatos que na sede antiga do Centro POP era mais organizado pode se dar pelo fato que a unidade não compartilhava o espaço com outro serviço, tinha equipe maior e isso permitia controlar melhor o fluxo de atendimentos e a rotina do Centro POP era melhor compreendida pela PSR.

Já uma outra análise compara o Espaço Dignidade com uma das quadras que abrigou o Centro POP provisoriamente. E nesse quesito, a avaliação foi positiva, resgatando o histórico de furtos que ocorreram em 2020, deixando a unidade sem oferecer alguns serviços por quase dois meses.

E, mais uma vez, a localização foi destacada como ponto positivo, sendo de fácil acesso para encontrar, seja através da internet ou a partir de relatos da própria PSR.

Já as pessoas itinerantes responderam a pergunta “Comente um pouco sobre como foi acessar o Espaço Dignidade. Como foi localizar? Como soube que existia? Como chegou? As vias de acesso?”

Minha relação... Nada a reclamar. (PSR A)

(Não respondeu) (PSR B)

Aqui dentro? É o que eu te falei, é daquele jeito, é igual cê tá aqui, desse jeito aqui, é briga toda hora, é discussão, não comigo, por que eu fico na minha, fico observando, aqui é assim, oi pra lá e aqui, não fico misturada não faço fofocaiada, não gosto dessas coisas, aqui é assim. Vamos supor, nós tá conversando aqui e vem uma e fala "ai não sei o que" e eu já presto atenção, eu já corto na hora, não quero conversa com cê! Aí sai andando pra lá e fica lá sozinha, aqui é assim. Aqui tem gente boa, tem gente ruim, tem gente de todo tipo que cê pensar, cê vê coisa aqui que tem hora que cê fica até... Apesar de que ninguém nunca me pôs a mão aqui, por que vamo supor, se eu brigar com cê aqui dentro e cê sai lá fora, as menina pega cê lá e te dá um cacete lá na rua. Porque como a gente é da casa aqui, se as outras não brigar com cê aqui elas vai te cercar, por que nois é daqui de dentro da casa, aqui é assim, aqui é desse jeito. E eu fico só prestando atenção. (PSR C)

Eu fiquei sabendo, tava sem emprego, aí o pessoal falou: vai lá! que às vezes vai dar certo. Aí eu vim e a gente começou a conversar com o pessoal, até a gente se apropriar no aluguel, no trabalho, tudo certinho é melhor, muito bom no momento. (PSR D)

A avaliação ficou comprometida por uma pessoa não responder e outra resgatar sobre as relações conflituosas no espaço, com represálias na rua, caso o conflito começasse dentro do espaço, levando ao relato da “PSR C” optar por ficar mais reservada.

Mas ainda assim, é possível notar como o espaço se tornou uma referência de acesso da população, conforme relatado por “PSR D”. O desemprego pode levar pessoas para a situação de rua, conforme já discutido nesta pesquisa. A existência de um local que ofereça o suporte para a pessoa que está recentemente em situação de rua pode levar à prevenção do agravamento desse momento vivido. Como observado, um local acessível e bem localizado pode apoiar a pessoa na saída da rua.

Observando as relações de gênero e a PSR, foi perguntado “Como é estar em situação na rua enquanto homem/mulher? Relações de gênero possíveis.” As respostas foram:

"Comé" que é estar aqui? Bom, minha relação, eu mesmo eu "num"... fiquei um pouco, como eu te falo, nada contra em questão, um pouco é por que eu não mexo com droga, não tenho nenhum vício, mas em questão tirando disso é tranquilo, porque querendo ou não tem pessoas que usam e eu respeito, mas eu não gosto. (PSR A)

Eu acredito que pra homem é muito difícil, pra mulher é mais ainda, mas vou falar por nós homem. Eu, na minha opinião, não queria uma situação dessa pra mim, jamais, mas assim por força maior perdi meus pai muito novo, aí, fui morar com minhas irmã assim, mas, não deu certo, por conta do marido delas, a família delas, complicado assim, aí, fiquei desempregado muito tempo, e agora por causa da idade não consigo emprego assim, a idade já passou né, agora tem que ficar nesses lugar, por que na rua não dá né? Na rua é perigoso, tá muito perigoso. Mas assim, é por motivo de precisão mesmo, entende? Perder os pais muito novo, assim, e agora passou a idade, tá muito difícil a vida.(PSR B)

Ah é o que eu te expliquei, não sei se respondi, por que eu te falei tudo né? É meu desafio, ao mémo tempo que tô lá tô aqui, tô aqui tô lá, na minha casa e fico nisso. Eu não vou falar das menina que eu não sei né, elas tem os problema delas, eu não posso julgar, elas tem problema e todo mundo tem, não é? Bom, eu tenho problema. Essa menina que tava aqui, essa que tava aqui, ela já me roubou eu. Eu gosto de viver com as pessoa, eu faço visita, vou visitar as pessoa, já fui até no APAE aqui ó, eu graças a deus sou bem recebida em qualquer lugar que eu entro. É isso ai que eu tenho que falar. (PSR C)

Uai eu vou ser sincero, como diz, aconteceu, a gente precisou, tem muita gente lá fora que ao invés de ajudar a gente revoltou, ficou constrangido, humilhando a gente, aí falou não: procura um melhor, fica tranquilo no Centro Pop que vai dar tudo certo. Aí como diz, tudo pode mudar, a gente tá na vida tudo pode mudar, aqui é bom, até o momento que eu vi tá ajudando, o pessoal, todo mundo. Assim, a gente precisou, ficou quietinho e tudo tá certo.(PSR D)

É difícil, difícil, difícil. Mas a população de Franca é muito amigado, é muito amistosa, eles sempre ajuda, certo? Elas sempre ajuda, fome não passa não. (PSR E)

Tranquilo, tipo, acho que o respeito acima de tudo, né? Independente de qualquer lugar, igual, aqui a casa é pastoral, e eu sou candomblecista, e tipo, eles me respeitam, respeitam a religião, respeitam tudo, tranquilo, respeito. (PSR F)

É eu sou uma pessoa normal, só não precisa ter preconceito, né , nem todo mundo é igual, entendeu? E assim cada um tem sua vida, eu só tô aí, minha caminhada só. (PSR G)

Sexo masculino, quer dizer, não é fácil né, não é fácil, não é facil... Eu desanimei assim de ver as pessoa aqui, que tem um monte de vício, sabe? Não é fácil não, tem que ter muita força pra aguentar. Eu não tenho vício.(PSR H)

Muitas vezes a gente faz a própria escolha da gente, né? Muitas vezes as coisas acontecem sem a gente querer, agora a situação é a coisa mais ruim, o sonho, tenho certeza que praticamente de todos, é ter uma casinha, nem que se for de aluguel, sabe? Igual tem um auxilio aluguel aqui, ajuda muito cê sair dessa situação, dá um ânimo assim de cê trabalhar, ter uma moto, um carro, nem todo mundo usa droga aqui, eu por exemplo usava, fui internado, parei, mas a minha situação pra trabalhar já não tenho muita força mais, a idade vai chegando e cê não tem muito... Passou de 50 a gente é quase descartável né? É, praticamente descartável sem a disposição né, e outras não, igual produção de fábrica, já tá meio cansado. É mais ou menos o que eu tenho pra dizer, é mais ou menos essas coisas assim né? (PSR I)

As mulher né? Ah tem diferença né? Tem várias aí , agora mémo tava conversando com uma e ela tem uns 25 anos, falei assim: "Uai, cê sumiu daqui, cê foi pra onde?" ela falou: "uai eu fui pra umas banda aí fumar ai".

Eu falei: "Então menina, esse negócio ai, cê deveria procurar uma igreja, cê é uma menina nova, cê tem tudo pra ter alguma coisa na vida, é só ocê ponhá em prática tudo muda, a sua vida muda tudo, aí ela falou assim: "É, eu tenho vontade, mas eu não consigo" eu falei: "Mas se cê procurar a igreja, cê passa perto dela, e cê entrar dentro dela, Deus muda sua vida lá dentro, se cê perceber Deus muda sim, rapidamente, por que se eu der conselho procê cê num vai guardar nada". Qualquer um que der conselho pra essas pessoa eles não guarda nada. Ó tem um aí que é carreiro, ele entra ali, um careca, ele tava lá deitado lá, no meio da...Ele é carreiro véi, e tá vencida a carta dele, e carreiro com, ele fazia carga daqui pro Sul, ou, tem quatro cinco fio, e ele mora aqui o pai dele parece que trabalha pro magazine, o pai dele! E ele tendo essa vida aí ó! Já pelejou pra sair dessa vida e não consegue! Eu falei ah, não consegue mémo não, se cê não procurar uma igreja, num adianta, cê vai ficar pro resto da vida ai. (PSR J)

As respostas quando a pergunta aborda gênero não adentraram muito a temática. Com o receio de interferir no resultado da pesquisa, o entrevistador não insistiu na pergunta. Mas, alguns elementos apareceram e são importantes de serem analisados.

O fato de muitos não compreenderem a diferença entre ser homem ou mulher na rua, inclusive respondendo a pergunta com outras temáticas abordadas, pode evidenciar o quanto o machismo, na sociedade patriarcal, naturaliza as violências e não amplia a percepção, em alguns casos, sobre o quanto as mulheres estão numa situação maior de risco, uma vez que, para além das consequências enfrentadas por toda a PSR, elas são agravadas para públicos minoritários. Isto é, se as ruas são um ambiente majoritariamente masculino, as relações de poder são disputadas entre os homens. As mulheres ficam desprotegidas, recorrendo às relações com homens para se proteger, numa posição onde o mesmo ocupa o papel de algoz e protetor (Tiengo, 2020; Guilherme et al, 2024), como já debatido.

Nesse aspecto, as respostas trazem elementos importantes que vão de encontro com o debate neste texto. O papel de protetor e conselheiro fica evidenciado na fala de "PSR J", quando o mesmo se coloca na posição de orientar e dar conselhos, inclusive religiosos e impregnados de uma moralidade, para a mulher jovem que está em situação de rua. Esse papel também está ligado à figura mais velha, sendo a única pessoa idosa entrevistada, ocupando um papel contraditório que vai desde o sábio conselheiro ao desprotegido e frágil.

Os outros temas abordados nesse aspecto dão mais força ao que já foi debatido: o homem provedor é descartado do mercado de trabalho e, em alguns casos, sofre a rualização (Tiengo, 2020). Assim, pessoas mais velhas engrossam as fileiras de pessoas sem acesso ao trabalho e renda, tendo, por vezes, a rua como única alternativa.

O afeto, nesta sociedade patriarcal, fica relegado às mulheres. Isso permite também que os vínculos com os filhos e familiares se fortaleçam, ampliando a rede de apoio. Em determinado momento da vida, nas situações de desemprego, um pai ausente teria mais dificuldade em ser acolhido por familiares, afinal, as relações não teriam sido construídas durante a vida. São hipóteses que merecem uma pesquisa mais aprofundada em outra oportunidade.

Por fim, cabe ressaltar a presença da religiosidade que surge em duas respostas. As falas carregam que nas ruas não sofreram preconceito por religião de matriz africana, embora essa realidade exista e passe, muitas vezes, despercebida. Ainda assim, a fé está presente em alguns discursos, representando uma busca pelo lado espiritual que também carece de mais estudos.

Como é estar em situação de rua enquanto pessoa negra/branca?

Normal. Creio eu que, bom, existem por ai né, preconceito, mas, normal. (PSR A)

Eu acho que não por que, existe diferenças, cê vê uma pessoa negra na rua, a sociedade vai dizer: ó o ladrão, tô encontrando com um ladrão, principalmente se for uma pessoa de cor que cê falou, mas assim, pessoas brancas, pode ver até dois na rua, se tiver bem limpo, eles desejam até bom dia ou boa tarde. Só que eu não ando do lado, sempre meu objetivo é sozinho, meu foco é sozinho, eu não gosto de andar com ninguém, até por que eu não nasci junto com ninguém, meu pai costumava falar isso: "você não nasceu junto com ninguém, cê não vai sair com essa molecada ai, você que vai sair, vai pra escola e voltar pra casa, sozinho" então eu tô aí com a educação que ele me deu entendeu? E, não mudo, desde criança, desde que nasci. (PSR B)

Aí eu não posso explicar, por que aí eu não sei como que é lá na rua, por que elas é de rua, eu não sou né? Eu não sei te contar. Aí essa não vou te responder por que eu não sei mémo. Essa vou ficar te devendo. (PSR C)

Como diz, eu, aqui em Franca, tá horrível, como diz, coloca muita sem educação nas pessoas, aí divide, pegar a pessoa trocar uma ideia, conversar, não, tem gente que já passa assim e te esnoba, eu já vi jogar no chão a pessoa, não é assim, o ser humano não pode ser assim, porque cê não sabe o dia de amanhã o que a pessoa um dia pode ser, como diz o Silvio Santos da vida: 'calma, tudo é no transparecer da vida'. Aqui, tem gente aqui na cidade, eu vejo, humilham demais, e cê vai ver a pessoa tá mais em dívida que, como diz, que falam que a gente que tá na rua não tem dívida, não tem nada, mas tá na rua, quer dizer, a gente tá na rua e pode se habilitar ainda. (PSR D)

Leva a mal não, de morador pra rua não tem diferença de cor, eles é tratado do mesmo jeito, com descaso, e humilhado, e tá ligado? Esquecido. (PSR E)

É bem mais tranquilo ser pardo do que você ser negro, por que hoje as pessoas negras, mesmo tendo todo esse negocio tipo, de as pessoas falarem sobre a cor e o racismo, mas ainda tem, tem muito racismo. (PSR F)

Véio, rua, negro e rua é mema coisa. Preconceito tem né, sempre tem, infelizmente tem né mano? (PSR G)

Homem branco em situação de rua assim, ele passa a mesma discriminação do pardo e do moreno, a mesma, tudo em situação de rua. (PSR H)

Hum, tanto negro, quanto índio, quanto branco pra mim não muda nada, tô na rua é a mema coisa, na rua é muito sofrimento, já vivi tem muitos ano na rua, e agora tem um barraquim lá num terreno lá mas é a méma coisa de tá na rua. (PSR I)

Ah tem uma diferença minha, pra eles, tem muita né? Por que eu trago exemplo pra eles né? Só que eles tá preso, e num tá, eles vê minha visão, eles gostam de mim pra caramba esse povo daqui, tanto daqui como lá fora, por que tem muitas parte assim, eles quer um dinheiro eu dou pra eles, comprar a pinguinha deles, quer beber né? Então eu pego e dou! Então aquilo lá enche eles, todos eles aqui tudo me conhece faz muitos anos, eles me conhece dentro do Abrigo, desde que eu tava no Abrigo esse povo me conhece! Eles me vê na rua e me grita na rua de longe: "Oh véi, cê não tem 1 real aí pra me dar?" se eu tenho eu tiro e dou, entendeu? Por que, isso aí, pra Deus, é o que eu faço, por que eu faço de coração, então Deus me abençoa muito, eu tô sempre procurando Deus, e minha família fica mandando mais, minha família é tudo da congregação sabe? Então isso aí me fortalece muito! (PSR J)

A questão sobre raça/etnia é mais respondida em relação à pergunta anterior sobre gênero. O ponto maior é que algumas pessoas em situação de rua que responderam a entrevista disseram que não há diferença. Dentre elas, pessoas brancas que, por não sofrerem o preconceito de raça (racismo), equiparam todo e qualquer outro preconceito ligado à situação de rua.

De fato, o preconceito contra a PSR é frequente e, muitas vezes, pode camuflar o que seria racismo. Porém, cabe ressaltar que o racismo não só existe, como é também a raiz para o fato de pessoas negras serem maioria na PSR. Portanto, a questão étnico/racial contribui para a rualização, uma vez que, na formação do Brasil, os processos de acumulação rebateram num pauperismo maior na população negra, que teve seu acesso negado a diversas políticas, independente da questão de classe. Assim, brancos, mesmo que sem renda, tinham mais direitos que pessoas negras ex-escravizadas (Santos, Oliveira e Guilherme, 2023).

A sociedade brasileira, por meio do sistema de escravidão, sequestrou comunidades inteiras de seus territórios, tentou apagar sua história, cultura e ancestralidade, os desumanizou e em seguida os abandonou à própria sorte, empurrando-os para as periferias e para as ruas. (Santos, Oliveira e Guilherme, 2023, p. 15)

Ou seja, a população negra no Brasil teve diversos direitos violados ao longo da história, e estar em situação de rua é, em alguns casos, mais uma dessas violações. Ou, em algumas situações, “*negro e rua é a mesma coisa*” (PSR G).

A última pergunta foi “Como é estar em situação de rua na faixa etária?”, as respostas foram:

Era pra eu já tá aposentado, não era pra eu tá nesse ambiente, nessa mentalidade, mas até mesmo em questão, era pra eu ter assim, ter minha casa, eu sou uma pessoa que tem os planos de vida bem altos sabe? Eu penso bem alto. Mas questão, às vezes a gente se contenta, não se contentar, a gente agradece pelo que a gente tem, mas a gente quer sempre mais, por que a gente quer o nosso melhor, não é errado querer o melhor, então se a gente correr atrás a gente adquire, nada cai do céu, então por isso que eu sempre persisto, que eu tento arrumar um emprego que eu tento viver a paz e pedir pra Deus abençoar né? Na fé. (PSR A)

Ah eu não sinto que tô fazendo aniversário aqui, por que num lugar desse a gente não faz aniversário, faz anos que só completo o ano. Assim, vou falar pra você que vou fazer ano, completar ano, não aniversário. Não existe aniversário nesse lugar.(PSR B)

(Não respondeu) (PSR C)

Não, tá tudo legal, só mais isso ai. Oportunidade aqui, igual, as vezes aqui, acho que a ***** (Coordenadora) que toma conta aqui, quando cê precisa na hora ela estende currículo e tal, essas coisas, ela ajuda o pessoal, tem gente que já se levantou aqui e tá trabalhando , tá com aluguel, tanto de ter estabilidade, ela já ajuda, ela toca na parte de auxílio moradia, dá uma ajuda pra pessoa. (PSR D)

Ah, mais atividade aí pra rapaziada ocupar a mente, elaborar aí, entrar num consenso do Centro Pop com a Casa de Acolhimento, por que parece que eles não jogam junto não, um de um lado e o outro do outro. Ah tem né, não é igual não. Cada um faz sua parte, um pra lá um pra cá, Centro Pop pra cá, precisando de uma união aí deles para elaborar. Um dia a dia melhor pra rapaziada que tá frequentando o ambiente aí. (PSR E)

Não respondeu) (PSR F)

Ah, impacto é que cê, que é um lugar que cê convive com muita pessoa diferente né, e as vez cê quer um lugar só pra você, você não tem condições nem de alugar uma casa, nada por enquanto né. (PSR G)

Essa situação de rua eu cheguei assim por causa de trabalho, né? Desemprego. Eu já trabalhei no comércio, vendo picolé na cidade, fiquei 5 ano vendendo picolé, mesmo em situação de rua eu vendia picolé e vinha no Pop que era aqui na Av. Hélio Palermo, fazia higiene no Pop, tomava banho, trabalhava limpinho, sempre limpinho, pegava meus picolé e dormia ali no viaduto, ali no Centro, levantava ia pro Pop, higiene, tomava café, sempre vivia a vida normal. Sim, sempre levei minha vida normal assim, independente da situação de rua assim, eu ia juntava dinheiro do meu picolé, pagava três dias de pensão, o dinheiro do picolé pagava três diária, pessoal tomava banho, alimentava, três dia eu saía, voltava situação de rua, mas assim, voltava pra juntar mais dinheiro pra pagar de novo a pensão por que eu não tinha condições, de pagar assim. E aqui eles trata a gente muito bem, muito bem, eu dou nota 9 por que falta esse quesito que eu penso, separa 50 ano, 50 ano pra cima, faz um abrigo 50 anos, já tem o projeto na Câmara pras pessoa, tem já o projeto na Câmara já, o projeto pra 50 ano pra cima, e até chegar 65 ano pra pessoa que tiver um salário, por que tem

muitos idosos que já trabalharam, precisa de oportunidade pra eles expressar, igual no meu caso, eu tô no meu objetivo, meu objetivo é esse. (PSR H)

É cansativo! Cê passa dos 50 automaticamente seu corpo quer um descanso, por isso que existe aposentadoria né, eu comecei a trabalhar errado, eu era jovem mas eu comecei a trabalhar errado, tá tudo errado aqui, a aposentadoria é uma coisa pra descansar, eu queria um descanso, porque posar aqui não é um descanso, cê tá restrito as pessoas de horário, cê não pode arrumar uma namorada, e etc sabe? Às vezes nem trabalhar certinho você pode, eu catava muita latinha, mas agora não aguento mais ficar andando pra catar latinha então vai ferrando cada vez mais a idade, sabe? Não é legal não, a idade chega pra todos nós né? É igual os pessoal, a molecada falava: "Vai morrer pra lá véio" mas cê não quer morrer jovem, quer ficar velho, mas vai doendo cada vez mais. (PSR I)

Pra mim não tá difícil de nada, é, por que Deus ele dá direção certa, entra quem quer, a pessoa só entra em mal caminho por que quer, ele vê o caminho assim e já quer ficar já no meio, e eu já não sou, então o meu caminho eu corto já pra mostrar pra ele que eu não sou daquele caminho, eu sou desse caminho aqui ó, agora quem quiser me seguir, ele vai sair bem! (risadas). Então é por isso que eles acha muito bonito, os de fora ai, o jeito que eu sou, a humildade, pra falar com a pessoa, entendeu? Se eu tiver alguma coisa eu represento pra eles, eu tenho prumo? Tenho, eu dou logo um bocado bom, é assim, então se tá sobrando pra mim e não tá sobrando pra eles, a gente reparte com eles, tendeu? Por que eu quero que um dia que eu peço a Deus no meu coração, pra Deus ver essa pessoa daqui, por que só pela misericórdia de Deus, por que se Deus fazer um reboço aí, aí não fica ninguém, vai tudo pro caminho dele, mas, pra acontecer, a pessoa tem que dar uma chance pra Deus, que ali a pessoa tá sem chance, e ele não tem, ele tá como preso né? Prisioneiro. (PSR J)

Elementos novos surgiram nessa parte da entrevista. Falas que aprofundaram a temática do envelhecimento nas ruas. Pessoas com mais de 50 anos trouxeram relatos de uma vida dedicada ao trabalho informal, com uma rotina estabelecida e um vigor físico. A renda nunca foi suficiente para arcar mais do que com as obrigações mensais e a subsistência cotidiana. Contribuir para a previdência não era, em alguns casos, uma opção. Mas com o cansaço de um trabalho penoso e sem garantias, as aposentadorias ficaram distantes e o acesso ao BPC levará anos, se sobreviverem às ruas. A perspectiva apontada por pessoas de 50 anos ou mais traz o peso do desemprego, com uma vida tendo renda insuficiente para construir uma possibilidade de futuro, com moradia própria e aposentadoria. Como afirma Cramolichi (2022):

No entanto quando não estão sendo úteis para suprir algum tipo de necessidade pela família na atualidade, as pessoas idosas principalmente da classe trabalhadora tem se tornado alvos das formas de "descarte", tanto nas Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPIs ou restando unicamente sobreviver nas ruas. O fenômeno da população em situação de rua por se configurar extremamente complexo e se constituir de diversos fatores multidimensionais acaba abarcando a velhice nestas circunstâncias

de exclusão social e desvela as faces mais perversas desta condição para o segmento. (Cramolichi, 2022, p. 90)

Na sociedade capitalista, o valor de um ser humano estaria ligado à sua produção e, em especial na superexploração do trabalho (Marini, 2017), o valor pago pelo trabalho é inferior ao necessário para a subsistência. Quando as portas do emprego se fecham, as ruas, em alguns casos, aparecem como a única opção.

Há de se destacar que as pessoas idosas que se tornaram pessoas em situação de rua foram impactadas por diversos fatores: recessão econômica; vínculos familiares fragilizados/rompidos e o abandono de filhos (as) e familiares; ausência de políticas públicas de apoio a esse segmento; falta de vagas em instituições de longa permanência, entre outros motivos. Outra demanda importante a ser ressaltada é o comprometimento do salário das pessoas idosas, seja o salário-aposentadoria, o salário-pensão por morte ou até o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A grande maioria dessas pessoas idosas recebem em média um salário mínimo mensal, valor insuficiente para sua subsistência. (Guilherme et al, 2024, p. 424)

Ainda que a aposentadoria seja uma esperança de algumas pessoas entrevistadas, é preciso destacar que o salário mínimo está abaixo do necessário para garantir a sobrevivência. Afinal, com aluguéis altos, consumir moradia pode ser uma proporção grande do salário, prejudicando o acesso a diversos outros direitos, como a alimentação, saúde, lazer etc.

A perspectiva de pessoas mais jovens ainda está ligada à busca por trabalho e construção de uma vida que se iniciaria com o acesso à renda e moradia, conforme discurso presente nas falas de “PSR D” e “PSR G”. Na sua visão, buscam no Centro POP um lugar para estabilizar a vida, acessar trabalho e sair da situação de rua. Porém, o desejo de sair das ruas é manifestado em quase todas as falas. A dor de permanecer nessa situação de forma prolongada traz um sofrimento psíquico, com a pessoa deixando de reconhecer a si mesma como alguém “viva”, sem fazer aniversário, com o tempo apenas passando, como dito por “PSR B”.

Por fim, a análise traz outro aspecto importante: a percepção em uma das falas sobre a diferença entre os serviços que ocupam o mesmo espaço. Em algum momento, tais divergências são percebidas pela PSR, escancarando que a fragmentação de trabalhadores(as) pode afetar também a qualidade dos serviços prestados.

Assim, encerraram-se as entrevistas analisadas nesta pesquisa. O conflito evidente entre a vizinhança e as pessoas que ocupam o Espaço Dignidade (PSR,

profissionais e militantes) é histórico e se agravou nos últimos anos com as mudanças de local. Um Centro POP enfraquecido abre as portas para as tentativas de desmonte, seja internamente, com a precarização do trabalho, redução na equipe e falta de reformas, seja externamente, com a organização da oposição ao mesmo e as estratégias político-eleitoreiras de transferir a unidade de local.

Embora a qualidade da estrutura seja questionada em diversas partes dessas entrevistas, os discursos estavam carregados por diversas vezes de avaliações positivas quanto à existência do Centro POP, sua função enquanto unidade da política socioassistencial para a PSR, seu compromisso na defesa dos direitos humanos das pessoas em situação de rua e sua localização acessível num bairro central.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou uma aproximação com a rotina da PSR inserida no Espaço Dignidade, utilizando o Centro POP. Também se preocupou em compreender melhor a relação com a vizinhança.

Antes, chegou-se à conclusão, desde os capítulos 1 e 2, que a PSR é produto da sociedade capitalista. A existência de pessoas em situação de rua são antigas na humanidade. Mas, tal sistema é estruturado sob os pilares da acumulação, provocando desemprego, precarização do trabalho, pauperismo e, também, pessoas em situação de rua. De fato, elas compõem o exército industrial de reserva (Marx, 2013), seja na parcela estagnada, seja na população flutuante ou latente. Também engrossam as filas da superpopulação relativa (Marx, 2013) no aspecto de muitos estarem aptos ao trabalho e não conseguirem encontrar emprego ou viverem na informalidade. Os que são afetados pelo pauperismo, como “lúmpen” (Marx, 2013), ocupam as fileiras da fome e da falta de acesso, ou seja, pessoas que são “velhas demais” para o trabalho, mas que ainda não conseguiram se aposentar ou não acessam o Benefício de Prestação Continuada, previsto na Constituição Federal de 1988. Ou ainda, seres humanos que, por desemprego, combinado com outros fatores, foram forçadas para as ruas.

No Brasil, para além do exército industrial de reserva e superpopulação relativa, a PSR é formada por pessoas que, por consequência do Capitalismo

Dependente, tem relações de trabalho com rendas abaixo do necessário, não consumindo moradia. Assim, numa sociedade onde as residências são mercadorias, com custo cada vez mais elevado, bem como o aluguel (Guilherme et al, 2024), moradias são inacessíveis para algumas pessoas que tenham renda tão baixa que precisam optar por outras prioridades. Morar é caro no Brasil (Guilherme et al, 2024), e é conveniente para a manutenção do modo de produção capitalista que a moradia seja mercadoria (Engels, 2015). O oposto de pessoas que conseguem consumir moradia (comprando, pagando parcelas ou alugando, etc.) é a pessoa em situação de rua.

Portanto, uma das conclusões desta pesquisa é o fato de que, para além das principais causas apontadas como determinações sociais para as pessoas viverem nas ruas, sendo elas, o desemprego, conflitos familiares e uso abusivo de drogas (Silva, 2009; Oliveira, 2020), no contexto de capitalismo dependente, a superexploração do trabalho (Marini, 2017) contribui para que pessoas não tenham moradia. Em tempos de crise econômica, o acesso a moradias diminui, levando pessoas que trabalhavam para as ruas.

A população negra sofre mais os impactos dessa estrutura. O passado escravista é a base para a PSR ser majoritariamente negra. Mas não apenas isso. O período pós abolição trouxe um processo aliado ao estado brasileiro de embranquecimento da população, com políticas que criminalizaram a população negra ex-escravizada, sem reparação histórica, sem acesso à propriedade privada e aos meios de produção, sem acesso a políticas públicas e trabalho remunerado proporcionalmente à população não negra (Santos, Oliveira e Guilherme, 2023). Todos esses fatores contribuíram para que o processo de acumulação no Brasil afetasse mais a população negra do que a branca. Assim, não é coincidência o fato de haver, em uma desproporção significativa, mais pessoas negras em situação de rua do que brancas.

As relações de gênero são chave para entender que a PSR é majoritariamente masculina. A sociedade atribui papéis desde o nascimento pautados no sexo que a pessoa nasce. Esses papéis são determinantes no desenvolvimento das relações sociais, trazendo consequências positivas e/ou negativas em toda a vida de cada pessoa. Dentre essas, as ruas são formadas por homens que não construíram vínculos, seja pelo orgulho, pelo papel social de homem racional, seja pela atribuição de provedor; por homens que trabalharam

(formal ou informalmente) até seus corpos ficarem cansados e serem descartados pelo mundo do trabalho; por homens que tiveram nas drogas sua possibilidade de fuga diante de situações do cotidiano; por homens que não conseguiram construir relações e sucumbem na vergonha ou na ausência de vínculos; por homens que violentam e são violentados numa comunicação onde a força se impõe, frutos de uma sociedade patriarcal.

Apesar da imagem atribuída, a maioria da PSR tem trabalho e atua de forma precarizada. Como observado e debatido na decorrência deste texto, o trabalho informal predomina para as pessoas em situação de rua, onde os direitos são nulos e sua renda depende apenas do seu esforço diário. Não há tempo para adoecer, para descansar ou para poupar dinheiro. O que se recebe é usado totalmente para arcar com o agora. Para boa parte da população, a média de renda abaixo do necessário para a subsistência contribui para uma perspectiva imediatista, onde o futuro não parece algo a ser construído. É no cotidiano que a vida acontece e é preciso morar hoje. Quem não pode consumir moradia, passa a viver nas ruas.

A precarização também afetou quem trabalha no Centro POP. A rotina de trabalho se intensificou com a ampliação no Espaço Dignidade, com uma equipe que foi sendo reduzida ao longo dos anos, com resquícios de terceirização, vínculos menos estáveis e salários menores em relação aos dos(as) servidores(as) públicos(as) do município. A fragmentação leva a uma menor coletivização das demandas de quem trabalha com a PSR. Por isso, fica cada vez mais distante exigir melhores condições de trabalho, diferenciação nos salários por um trabalho que exige mais e um cuidado para que o sofrimento psíquico não adoça essas equipes.

O presente trabalho procurou permitir que os (as) ausentes na pesquisa do EIV pudessem expressar seus posicionamentos. Observar o impacto na vizinhança com um serviço que atenderia a PSR deveria, obrigatoriamente, ouvir quem seria o público-alvo de tal política. O EIV, embora previsto na legislação, não costuma ser aplicado e exigido pela vizinhança quando se instala serviços de diversas políticas públicas, como escolas, UBS's, Delegacias etc. Isso escancara dois fatores: 1. a população da Vila Formosa carece de mais políticas públicas, exigindo que sejam alcançados por outras políticas e, inclusive, a assistência social; 2. parte da vizinhança enfrenta, de forma preconceituosa, os direitos da PSR, a equipe do Espaço Dignidade e as militâncias que defendem a PSR. E esse conflito se intensificou com a mudança de espaço e o fechamento do diálogo como

possibilidade de construir estratégias para amenizar os impactos da unidade no território.

Também foi observado que o Fórum PSR é um importante movimento social que se alia à PSR e ao Centro POP durante toda a história dessa unidade. Porém, seu enfraquecimento escancara a necessidade de uma regulamentação, estrutura institucional e a criação do Comitê Intersetorial, demanda antiga do Fórum.

Ainda assim, verificou-se nas entrevistas que a PSR é favorável ao espaço onde está localizado. O acesso é facilitado por estar em via de ampla circulação, comércios ao redor que por vezes oferecem apoio, embora com os conflitos também presentes. Traz uma avaliação de que, apesar dos conflitos com a vizinhança, a PSR busca o Centro POP como referência seja para garantir as necessidades básicas cotidianas, seja para construir possibilidades de futuro.

De fato, o histórico de mudanças da unidade aponta para um preconceito difícil de desconstruir, com o diálogo cada vez mais enfraquecido ou ausente entre a vizinhança e as representações da PSR. Sendo assim, é possível concluir que existe de fato uma tendência de que, seja qual for a localidade que o mesmo for instalado, enfrentará oposição da vizinhança. Assim foi durante esses mais de doze anos do Centro POP em Franca-SP.

Embora a oposição aconteça, as argumentações carecem de dados mais concretos, já que, geralmente, tem se pautado na observação pessoal. Não há dados de aumento na criminalidade da Vila Formosa, pois aferir tal situação exigiria uma maior transparência por parte das informações da segurança pública. Tal consulta não foi realizada na metodologia desta pesquisa, mas carece de um estudo em outra oportunidade.

A principal observação desta pesquisa é a de que o Centro POP é resistência na história de Franca-SP. A defesa dos direitos da PSR são inerentes à existência da unidade, desde sua implantação em 2013. Essa resistência se deu nos enfrentamentos, nas audiências públicas, nas tentativas de diálogo com a vizinhança, com lideranças políticas. O Centro POP resistiu às tentativas de desmonte, à pandemia da COVID-19 sem vacinas para trabalhadores(as) e para a PSR (Neves, 2022), trabalhando de domingo a domingo durante as campanhas do “Fique em Casa”, atendendo pessoas que não tinham casa. Resistiu às investidas do preconceito, aos conflitos diários internos e externos, à redução da equipe e à terceirização. Enfraquecido ou fortalecido, em alguns momentos, resistiu através de

manifestações e alianças com a comunidade e a PSR. Resistiu no cotidiano, no simples fato de trabalhar todos os dias, seja na localidade que fosse, se vinculando à PSR, para minimamente existir.

REFERÊNCIAS

Alves, Francisco. A terceirização na agricultura brasileira: impactos sobre os trabalhadores assalariados rurais. in Lourenço, E. S; Navarro; V. L. O avesso do trabalho IV: terceirização, precarização e adoecimento no mundo do trabalho./ Vera Lucia Navarro, Edvânia de Souza Lourenço (Organizadoras). - 1,ed,- São Paulo: Outras Expressões, 2017.

Alves, João Vitor DAntas. A População em Situação de Rua e a Reestruturação Produtiva na Indústria Calçadista Francana entre os anos 2009 e 2018 / João Vitor DAntas Alves. - Franca: UNESP, 2022.

Antunes, Ricardo. O privilégio da servidão. São Paulo: Boitempo, 2018.

Benevides, Bruna G. Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022 / Bruna G. Benevides. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023.

Batistoni, M. R; Silva, J. F. S. Trabalho, Movimentos e Políticas Sociais – diálogos como o Serviço Social. Renovação crítica do Serviço Social no Brasil: legado, tendências e desafios contemporâneos. São Paulo, Rosivan Diagramação & Artes Gráficas, 2021. P. 81-98

Bourdieu, Pierre. In: Thiollent, Michel. Crítica Metodológica, investigação social e enquete operária. São Paulo : Polis, 1981.

Brasil. Lei 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Brasil, 1850.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua: relatório. Brasília, DF : Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2006.

Brasil. Decreto nº 7053 de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências: Diário Oficial da União, 24 dez. 2009.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Reimpressão 2014. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2014.

Brasil. Lei 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2017.

Brasil. Lei nº 10.741, de 1 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Presidência da República, Brasília, DF, 2003b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm. Acesso em: 25 mar. 2024.

BRASIL. MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) e Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. SUAS e População em Situação de Rua, Volume III. – Brasília, DF – 2011.

CRAMOLICHI, Richardson. Velhices Marginalizadas: Um Estudo da Pessoa Idosa em Situação de Rua na Perspectiva de Direitos. 2022. 97 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2022.

Carmo, Onilda A. do; Sant’Ana, Raquel S. Questão social e o debate do urbano e do rural: os desafios dos tempos atuais. Trabalho, questão social e serviço social: a autofagia do Capital / organização Edvânia A. De Souza, Maria Liduina de Oliveira e Silva (orgs.) – São Paulo: Cortez, 2019.

Carvalho, Cleivison J. de; Fernandez, Rebeca N. G. CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. Série Assistente social no combate ao preconceito. São Paulo, CFESS, 2016.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. Série Assistente social no combate ao preconceito. São Paulo, CFESS, 2016.

Chasin, J. A miséria brasileira: 1964 - 1994 - do golpe militar à crise social / José Chasin. Santo André (SP): estudos e Edições Ad Hominem, 2000.

Chasin. J. A via colonial de entificação do capitalismo. A miséria brasileira: 1964-1994 – do golpe militar à crise social. Santo André (SP): estudos e edições Ad Hominem, 2000.

Cisne, Mirla. Relações Sociais de Sexo, “Raça”/Etnia e Classe: uma análise feminista- materialista. Revista Temporalis. Brasília (DF), ano 14, n. 28, p. 133-149, jul./dez. 2014. Brasília, DF: Temporalis, 2014.

Cortina, Adela. Aporofobia, a aversão ao pobre: um desafio para a democracia. | Adela Cortina; tradução de Daniel Fabre – São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

Costa, Décio Bessa da. Cidadãos e cidadãs em situação de rua: uma análise de discurso crítica da questão social. 2009. 347 f. Tese (Doutorado em Linguística)-Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

CRP-2ª Região, Conselho Regional de Psicologia. “Nota: a mulher em situação de rua”. Ser Digital, 2015. Disponível em <http://www.serdigital.com.br/gerenciador/clientes/crp/arquivos/254.pdf> Acesso em 18 jan 2024.

Dias, André Luiz Freitas et al. À margem da cidade: trajetórias de invisibilidade e exclusão de travestis em situação de rua. Gerais, Rev. Interinst. Psicol. [online]. 2015, vol.8, n.spe, pp. 214-233. ISSN 1983-8220. Brasil, 2015.

Dutra, Matheus Hakime. Ocaso: Etnografia das pessoas que permanecem nas ruas e não acessam os serviços da política de Assistência Social / Matheus Hakime Dutra. Franca, 2024

Faleiros, V. P. A Política Social do Estado Capitalista. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

Fernandes, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.

Fernandes, Florestan. Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina. 2ª ed., Zahar Editores. Rio de Janeiro. 1975.

FIPE, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. FIPEZAP - Índice Histórico. Brasil: FIPE, 2023. Disponível em: <https://www.fipe.org.br/pt-br/indices/fipezap/#indice-fipezap-historico>. Acesso em: 26 jan. 2024.

Franca. Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV para Instalação de Serviços de Atendimento à População em Situação de Rua no bairro Vila Formosa na cidade de Franca/SP. Franca-SP, 2021. Disponível em <<https://www.franca.sp.gov.br/acao-social/estudo-de-impacto-de-vizinhanca>>. Acesso em 02 de fevereiro de 2025.

_____. Ata da Audiência Pública para apresentação do EIV para Instalação de Serviços de Atendimento à População em Situação de Rua no bairro Vila Formosa na cidade de Franca/SP. Franca-SP, 2021b. Disponível em <<https://www.franca.sp.gov.br/acao-social/estudo-de-impacto-de-vizinhanca>>. Acesso em 02 de fevereiro de 2025.

_____. Lei Complementar n. 206, de 26 de junho de 2012. Dispõe sobre a obrigatoriedade do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) no Município de Franca e dá outras providências. Franca-SP, 2012.

_____. Plano Municipal de Assistência Social 2018-2021. Secretaria de Ação Social de Franca. Franca-SP, 2018. Disponível em: [https://franca.sp.gov.br/index.php?option=com_phocadownload&view=file&id=5517:plano-de-assistencia-so](https://franca.sp.gov.br/index.php?option=com_phocadownload&view=file&id=5517:plano-de-assistencia-social&Itemid=1552) ago. cial&Itemid=1552 Acesso: 09 ago. 2021.

_____. Plano Municipal Decenal de Assistência Social. Prefeitura Municipal de Franca, Plano Municipal Decenal de Assistência Social: 2022-2032. Secretaria Municipal de Ação Social: Franca, 2024. Disponível em: <https://www.franca.sp.gov.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=2003&Itemid=1552> Acesso: 04 fev. 2025.

G1 – Globo. Desemprego mantém recorde de 14,7% e atinge 14,8 milhões de brasileiros no trimestre encerrado em abril. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/06/30/desemprego-fica-em-147percent-no-trimestre-terminado-em-abril-diz-ibge.ghtml> Acesso: 09 ago. 2021.

Guilherme, Bruno César de Oliveira. Situação de Rua e Preconceitos. Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social - ENPESS. No. 2 2022 Anais do XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Rio de Janeiro, 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023a.

IBGE. Pesquisa nacional por amostra de domicílios: PNAD Contínua. Rio de Janeiro: IBGE, 2023b. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amo>

[stra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=desemprego>](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11604/4/NT_103_Disoc_Estimativa_da_Populacao.pdf)

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Nota Técnica nº 103: Estimativa da população em situação de rua no Brasil (2012-2022). Brasília: Ipea, 2023. Disponível em:

https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11604/4/NT_103_Disoc_Estimativa_da_Populacao.pdf. Acesso em 18 jan 2024.

IAMAMOTO, M. V. YASBEC, M. C. Serviço Social na história: América Latina, África e Europa. São Paulo, Cortez, 2019.

KATROS CREATIO; DATALINK. Relatório final e Análise Descritiva de Pesquisa de Avaliação de Impacto - avaliar a opinião da população sobre a instalação do CENTRO POP. Franca-SP, 2021. Disponível em <<https://www.franca.sp.gov.br/administracao-municipal/administracao-direta/acao-social/estudo-de-impacto-de-vizinhanca>> Acesso: 09 ago.2021.

KATZ, Claudio. O ciclo dependente, 40 anos depois. A teoria da dependência – 50 anos depois. São Paulo: Expressão popular,315-339, 2020.

Kohara, Luiz. A Moradia é a base estruturante para a vida e a inclusão social para a população em situação de rua / Luiz Kohara, Francisco Comarú - Curitiba: CRV, 2023.

Lenin, V. I. O imperialismo – fase superior do capitalismo. 4ª ed., São Paulo: Centauro, 2008.

Marx, Karl. Manifesto do Partido Comunista. Karl Marx; Friedrich Engels. 1 ed. São Paulo. Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. Glosas críticas a artigo o rei da Prússia e a reforma social-De um prussiano. Lutas de classe na Alemanha. São Paulo: Boitempo, 25-52, 2010a.

Marx, Karl, Sobre a questão judaica / Karl Marx; apresentação [e posfácio] Daniel Bensaïd; tradução Nélio Schneider, [tradução de Daniel Bensaïd, Wanda Caldeira Brant]. - São Paulo: Boitempo, 2010b.

Marx, Karl. O capital: Crítica da economia política. Livro I – o processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

Mascaro, Alysson Leandro. Crise e Pandemia. / Alysson Leandro Mascaro. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2020.

Moura, C. História do negro brasileiro. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992.

Navarro, Vera Lúcia. Terceirização e Precarização do Trabalho na Indústria de Calçados. in Lourenço, E. S; Navarro; V. L. O avesso do trabalho IV: terceirização, precarização e adoecimento no mundo do trabalho./ Vera Lucia Navarro, Edvânia de Souza Lourenço (Organizadoras). - 1,ed,- São Paulo: Outras Expressões, 2017.

Netto, José Paulo. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. Brasília: ABEPSS, 1999. Acesso 2025. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/a-construcao-do-projeto-etico-politico-do-servico-social-201608060411147630190.pdf>

Netto, José Paulo, 1947- Capitalismo monopolista e serviço social [livro eletrônico] / José Paulo Netto. -- São Paulo : Cortez, 2017.

Neves, L.C; Luzia, E. L. R, Liporoni, A. A. R. C. População em situação de rua e política de saúde em tempos de pandemia. In: IV Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: desafios contemporâneos e V Seminário Nacional de Território e Gestão de Políticas Sociais e IV Congresso de Direito à Cidade e Justiça ambiental. Londrina/ Paraná, mai. 2022.

Neves, Laís Caroline POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E O DIREITO À SAÚDE : análise sobre a Estratégia Consultório na Rua no contexto pandêmico / Laís Caroline Neves. -- Franca, 2023.

O MUNDO está à beira de uma nova grande crise econômica?. G1, 2019. Disponível em:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/02/02/o-mundo-esta-a-beira-de-uma-nova-grande-crise-economica.ghtml> Acesso em 17 jan 2024.

Oliveira, F. de. Crítica à razão dualista: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Lélío Luiz de. Economia e história em Franca: século XIX. Franca: FHDSS, Unesp, 1997.

Oliveira, K. B. T; Pedroso, G. J.T; Reis, G. D. Mulheres em Situação de Rua: As perspectivas e trajetórias de vida das mulheres no município de Franca-SP. 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Brasília-DF, 2019.

Oliveira, Katicilene Barsanulfa Tavares de. PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: as determinações sociais que motivam a viver e permanecer nas ruas / Katicilene Barsanulfa Tavares de Oliveira. -- Franca, 2020.

OXFAM. Desigualdade S.A. Publicado pela Oxfam GB para a Oxfam International sob DOI: 10.12201/2024.000007. Oxfam GB, Oxfam House, John Smith Drive, Cowley, Oxford, OX4 2JY, Reino Unido. Oxford, Reino Unido: Oxfam, 2024.

Petras, James. No fio da navalha: crítica das reformas neoliberais de FHC /Nildo Domingos Ouriques, Waldir José Rampinelli organizadores. - São Paulo: Xamã, 1997.

Queiróz, Maria Isaura Pereira de. Variações sobre a técnica de gravador no uso da informação viva. São Paulo: T.A., 1991

Reis, Graziela Donizetti dos. População em situação de rua : um reflexo do agravamento do capital / Ghraziela Donizetti dos Reis. -- Franca, 2020.

Rezende, Vinícius Donizete de. Anônimas da história: relações de trabalho e atuação política de sapateiras entre as décadas de 1950 e 1980 (Franca – SP). 2006. 252 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca. 2006.

Rio de Janeiro (Município). População em situação de rua no Rio de Janeiro: censo 2020. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, 2020.

São Paulo (Município). Pesquisa censitária da população em situação de rua, caracterização socioeconômica da população em situação de rua e relatório temático de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo. São Paulo: Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, 2019.

Santos, Elaine Teixeira Alves dos; Sarreta, Fernanda de Oliveira; Guilherme, Bruno César Oliveira. A cor das ruas: o racismo e a população em situação de rua no Brasil. *PerCursos*, Florianópolis, v. 24, p. e0304, 2023. DOI: 10.5965/19847246242023e0304. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/23485>. Acesso em: 31 jan. 2024.

Silva, Alessandra Teixeira da Cunha. Fatores que contribuem para a manutenção da pessoa idosa no mundo do trabalho no contexto da aposentadoria tardia. 146 fl. Dissertação (Programa de Pós-Graduação STRICTO SENSU em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2021a

Silva, J. F. S. da. América Latina: capital e devastação social. *Revista Katálysis*, 24(1), 7–19, 2021b. <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e74788> Silva, J. F. S. da. *Serviço Social: resistência e emancipação?* São Paulo: Cortez, 2013.

Silva, J. F. S. da. Perspectiva histórico-crítica y Trabajo Social. *Revista Plaza Pública.- Procesos emancipatorios y resistencias al neoconservadurismo en América Latina. Debates, luchas y conquistas en Trabajo Social* Conferencias presentadas en el V Encuentro Latinoamericano de Trabajo Social. Tandil: UNICEN, 29 (16), 2023. Disponível em: <https://ojs2.fch.unicen.edu.ar/ojs-3.1.0/index.php/plaza-publica/article/view/1783> Silva

Silva, J. F. S. Teoria Social de Marx e Serviço Social: aportes para uma abordagem histórico-crítica. *Libertas, Juiz de Fora*, v. 24, n.1, p. 163-186, jan./jun. 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/44270>

Silva, Maria Lucia Lopes da. *Trabalho e População em situações de rua no Brasil.* / Maria Lucia Lopes da Silva. - São Paulo: Cortez, 2009.

Silva, Rodrigo Mateus *Cidadania e moradia em Franca : a luta de trabalhadores em tempo de democracia (1945-1960)* / Rodrigo Mateus Silva. –Franca : UNESP, 2007

SILVA, Uelber Barbosa. Racismo e luta de classes no Brasil. *Revista Pandora*. Edição 101, 11-34, setembro de 2019. Disponível em: http://revistapandorabrasil.com/revista_pandora/escravidao_recantada/03_Uelber%20Barbosa%20Silva_Racismo%20e%20luta%20de%20classe.pdf Acesso em: 09 ago. 2021.

Snow, D.; Anderson, L. *Desafortunados: um estudo sobre o povo de rua.* Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998.

Stoffels, Marie Ghislaine. *Os mendigos na cidade de São Paulo.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

Tiengo, V. M. *Rualização e informalidade: frutos do capitalismo* / Verônica Martins Tiengo. 1. ed. - Curitiba: Appris, 2020.

Trovão, C. J. B. M.; Araújo, J. B. de. *Reformas trabalhistas, flexibilização e novas formas de contratação: impactos sobre o mercado de trabalho no Brasil de 2012 a*

2019. RBEST Revista Brasileira de Economia Social e do Trabalho, Campinas, SP, v. 2, n. 00, p. e020009, 2020. DOI: 10.20396/rbest.v2i00.13304. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/rbest/article/view/13304> Acesso em: 26 jan. 2024.

UOL – Universo Online. Anuário: Letalidade policial é recorde no país; negros são 78% dos mortos. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/07/15/letalidade-policial-e-a-mais-alta-da-historia-negros-sao-78-dos-mortos.htm> Acesso: 09 ago. 2021.

WACQUANT, Löïc. Punir os pobres: A nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: F. Bastos, 2001.

Apêndice 1

Entrevista semiestruturada com a População em Situação de Rua

Nome:

Idade: Sexo: Gênero: Orientação Sexual:

Raça/Etnia: Tempo em situação de rua em Franca:

1- Qual a sua relação com o Espaço Dignidade? Frequência? Há quanto tempo usa?

2- Como considera o Espaço Físico? Tanto na estrutura, quanto na localização (Vila Formosa)?

3- Qual sua avaliação em relação ao atendimento? Equipe, serviços ofertados, horários?

4- Como é sua relação com o entorno do Espaço Dignidade? Vizinhaça, comércio, outros serviços públicos, outras pessoas que possui vínculo?

5- Como você avalia, de modo geral, a presença do Espaço Dignidade na Vila Formosa?

05.1- (Para pessoas com mais de 03 anos usando o Centro POP) Comente um pouco da história da sua relação com o Centro POP antes e depois de estar neste bairro?

05.2 – (Para pessoas com menos de 01 anos usando o Centro POP) Comente um pouco sobre como foi acessar o Espaço Dignidade. Como foi localizar? Como soube que existia? Como chegou? As vias de acesso?

6- Como é estar em situação na rua enquanto homem/mulher? Relações de gênero possíveis.

7- Como é estar em situação de rua enquanto pessoa negra/branca?

8- Como é estar em situação de rua na faixa etária?

9- Dando uma nota de 0 a 10 (sendo 0 muito ruim e 10 muito boa), como você avalia a presença do Centro POP na Vila Formosa?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Apêndice 2

Entrevista com as coordenadoras do Centro POP

Nome:

Idade: Sexo: Gênero: Orientação Sexual:

Raça/Etnia: Período que coordenou e coordena o Centro POP:

1- Como foi/é coordenar o Centro POP?

2- Como foi/é a relação do Centro POP com a População em Situação de Rua antes e depois da instalação na Vila Formosa?

3- Como foi/é a relação do Centro POP com a vizinhança, tanto antes da Vila Formosa, quanto atualmente neste bairro?

4- Como você avalia a presença do Centro POP num bairro central? Em relação à acessibilidade, divulgação, outros aspectos.

5- Como você avalia o Centro POP inserido no espaço dignidade, com outro serviço junto?

6- Dando uma nota de 0 a 10 (sendo 0 muito ruim e 10 muito boa), como você avalia a presença do Centro POP na Vila Formosa?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Apêndice 3

Entrevista com a coordenadora do Fórum Municipal sobre a População em Situação de Rua de Franca-SP

Nome:

Idade: Sexo: Gênero: Orientação Sexual:

Raça/Etnia:

Tempo que atua com a População em Situação de Rua:

Profissão:

Tempo em que está na coordenação do Fórum:

1- O que é o Fórum Municipal sobre a População em Situação de Rua de Franca-SP?

2- Como é coordenar este Fórum?

3- Composição do Fórum?

4- O Fórum acompanhou a instalação do Espaço Dignidade?

5- Como você avalia a presença do Espaço Dignidade num bairro central?

6- Como é a relação do Fórum com a Vila Formosa? Como percebe a presença do Espaço Dignidade na Vila Formosa? Como era antes e como é agora?

7- Como o Fórum atua nessa relação da Vila Formosa com o Espaço Dignidade?

8- Dando uma nota de 0 a 10 (sendo 0 muito ruim e 10 muito boa), como você avalia a presença do Centro POP na Vila Formosa?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Anexo 1



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

NOME DO PARTICIPANTE: _____

DATA DE NASCIMENTO: ___/___/___, IDADE: _____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE: TIPO: _____ Nº _____ SEXO: M () F ()

ENDEREÇO DE REFERÊNCIA _____

BAIRRO: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____

CEP: _____ FONE DE REFERÊNCIA: _____

Eu, _____,

declaro, para os devidos fins ter sido informado verbalmente e por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa: **POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E VILA FORMOSA: O IMPACTO DA INSTALAÇÃO DO CENTRO POP NUM BAIRRO CENTRAL**. O projeto de pesquisa será conduzido pelo discente **Bruno César de Oliveira Guilherme**, orientado pelo **Prof. Dr. José Fernando Siqueira da Silva**, pertencente ao quadro docente da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/UNESP/C.Franca. Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação de Dissertação de Mestrado, observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discrição. **A pesquisa abordará o impacto da instalação do Centro POP na Vila Formosa, bairro central de Franca-SP, além de discorrer sobre a População em Situação de Rua no Brasil e, em especial, no município de Franca-SP.** Fui esclarecido sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e riscos e a garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário.

Franca, de _____ de _____.

Assinatura do participante